

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração	22
----------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	180
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	182
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	183
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	184
--	-----

Motivos de Reapresentação	185
---------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	2.028.504	2.016.609
1.01	Ativo Circulante	357.078	345.916
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18	305.760
1.01.02	Aplicações Financeiras	315.421	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	315.421	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	315.421	0
1.01.03	Contas a Receber	207	6
1.01.03.01	Clientes	207	6
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.000	4.291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.000	4.291
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.432	35.859
1.01.08.03	Outros	36.432	35.859
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	36.127	35.819
1.01.08.03.06	Outros Tributos	0	2
1.01.08.03.07	Demais ativos	305	38
1.02	Ativo Não Circulante	1.671.426	1.670.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.101	90.727
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.615	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.615	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	87.296
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	87.296
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.486	3.431
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.486	3.431
1.02.02	Investimentos	1.663.321	1.579.961
1.02.02.01	Participações Societárias	1.663.321	1.579.961
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.662.343	1.579.733
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	978	228
1.02.03	Imobilizado	2	3
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2	3
1.02.04	Intangível	2	2
1.02.04.01	Intangíveis	2	2
1.02.04.01.07	Outros	2	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	2.028.504	2.016.609
2.01	Passivo Circulante	116.417	22.844
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.710	837
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.710	837
2.01.02	Fornecedores	106	188
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	106	188
2.01.03	Obrigações Fiscais	253	243
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	253	243
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	12
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	253	231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	113.737	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	113.737	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	113.737	0
2.01.05	Outras Obrigações	611	21.576
2.01.05.02	Outros	611	21.576
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	542	19.823
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	0	36
2.01.05.02.09	Demais obrigações	69	1.717
2.02	Passivo Não Circulante	239.769	326.729
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	227.355	312.075
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	227.355	312.075
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	227.355	312.075
2.02.02	Outras Obrigações	249	4.294
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	3.903
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	3.903
2.02.02.02	Outros	249	391
2.02.02.02.04	Outros tributos	249	391
2.02.04	Provisões	8.757	6.828
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.757	6.828
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.479	6.550
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.408	3.532
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.408	3.532
2.03	Patrimônio Líquido	1.672.318	1.667.036
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	6.951	12.185
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	879	879
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	9.687	14.921
2.03.04	Reservas de Lucros	986.791	915.451
2.03.04.01	Reserva Legal	67.595	63.884
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	195.665	214.666
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	658.937	529.558
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-113.248	-45.889

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	5.137	1.236
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.683	49

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.417	2.112
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-456	-1.212
3.03	Resultado Bruto	1.961	900
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	73.223	768.556
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.682	-15.034
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	163	573
3.04.04.02	Outras receitas	163	573
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.724	-1.994
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-3.724	-1.994
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	93.466	785.011
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	93.466	785.011
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.184	769.456
3.06	Resultado Financeiro	-966	13.087
3.06.01	Receitas Financeiras	32.175	53.254
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.141	-40.167
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.218	782.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-3.907
3.08.01	Corrente	0	-3.907
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.218	778.636
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	74.218	778.636
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07750	0,81290
3.99.01.02	PN	0,07750	0,81290
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07650	0,81230
3.99.02.02	PN	0,07650	0,81230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	74.218	778.636
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.535	1.310
4.02.01	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	2.811	43
4.02.02	Reserva Reflexa de hedge accounting	223	6
4.02.03	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	3.501	1.261
4.03	Resultado Abrangente do Período	80.753	779.946

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-263.922	171.733
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.518	13.021
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.218	782.543
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	26.405	14.702
6.01.01.03	Depreciação e amortização	-1	0
6.01.01.05	Provisões	1.929	0
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-93.466	-785.011
6.01.01.11	Prescrição de dividendos	-154	0
6.01.01.12	Participação de empregados e administradores	-1.673	753
6.01.01.13	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	-2.536	36
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-204	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-312.820	-3.404
6.01.02.01	Contas a receber	-201	162
6.01.02.03	Tributos	2.499	-5.366
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-315.421	0
6.01.02.07	Fornecedores	-82	-230
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	2.546	-714
6.01.02.09	Provisões	0	1.241
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	-2.161	1.503
6.01.03	Outros	44.380	162.116
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-2.419	-798
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	46.799	162.914
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.849	-74.047
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	0	-3
6.02.03	Aquisição de investimento, menos caixa líquido incluído na aquisição	-10.794	-74.044
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-55	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.971	208.065
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	0	-7.000
6.03.03	Transações com partes relacionadas	87.061	365.185
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-118.032	-150.120
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-305.742	305.751
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	305.760	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18	305.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	71.340	-76.458	21.518	16.400
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.000	0	0	-95.000
5.04.10	Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária	0	0	0	79.230	21.518	100.748
5.04.11	Outras movimentações com reorganização societária	0	0	0	10.652	0	10.652
5.04.12	Constituição de reservas	0	0	166.340	-166.340	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.218	6.534	80.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.218	0	74.218
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.534	6.534
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.501	3.501
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	222	222
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	2.811	2.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-5.234	0	2.240	-88.876	-91.870
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-81.185	-81.185
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-5.234	0	0	0	-5.234
5.06.08	Varição de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-2.268	-2.268
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	2.240	-944	1.296
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	-4.479	-4.479
5.07	Saldos Finais	784.004	6.951	986.791	0	-105.428	1.672.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	778.636	1.310	779.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	778.636	0	778.636
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.310	1.310
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.261	1.261
5.05.02.06	Ganho reflexo de contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	6	6
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	43	43
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.450	646.913	-650.081	-42.908	-38.626
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	2.379	0	0	-5.523	-3.144
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	5.071	0	0	0	5.071
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-36.124	-36.124
5.06.09	Outros efeitos / variações PL controladas	0	0	0	-3.168	-1.261	-4.429
5.06.10	Constituição reserva legal	0	0	38.931	-38.931	0	0
5.06.11	Constituição reserva de investimento e lucros a realizar	0	0	607.982	-607.982	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	2.720	2.808
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.558	2.234
7.01.02	Outras Receitas	162	574
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.511	-9.749
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-686	-948
7.02.04	Outros	-7.825	-8.801
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.791	-6.941
7.04	Retenções	-2.051	-1.241
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	0
7.04.02	Outras	-2.050	-1.241
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-2.050	-1.241
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.842	-8.182
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	125.641	837.976
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	93.466	785.011
7.06.02	Receitas Financeiras	32.175	52.965
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	117.799	829.794
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	117.799	829.794
7.08.01	Pessoal	7.746	5.291
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.944	4.294
7.08.01.02	Benefícios	666	835
7.08.01.03	F.G.T.S.	136	162
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	993	6.482
7.08.02.01	Federais	850	6.359
7.08.02.03	Municipais	143	123
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.842	39.385
7.08.03.01	Juros	33.061	38.631
7.08.03.02	Aluguéis	108	0
7.08.03.03	Outras	1.673	754
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	74.218	778.636
7.08.04.02	Dividendos	0	156.539
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.218	622.097

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	16.862.829	17.203.393
1.01	Ativo Circulante	5.092.659	5.700.205
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.712.655	3.161.782
1.01.02	Aplicações Financeiras	972.148	360.227
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	972.148	360.227
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	967.869	360.227
1.01.02.01.03	Caixa restrito	4.279	0
1.01.03	Contas a Receber	1.231.939	1.077.659
1.01.03.01	Clientes	1.208.145	1.059.955
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.794	17.704
1.01.04	Estoques	61.448	28.792
1.01.06	Tributos a Recuperar	311.332	212.008
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	311.332	212.008
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	803.137	859.737
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	35.643
1.01.08.03	Outros	803.137	824.094
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	96.309	41.029
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	384	5.915
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	316.083	343.768
1.01.08.03.06	Outros tributos	234.271	224.360
1.01.08.03.07	Demais ativos	154.689	171.826
1.01.08.03.08	Ativo relacionado aos fundos de pensão	1.401	37.196
1.02	Ativo Não Circulante	11.770.170	11.503.188
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.765.194	2.750.135
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.652	40.685
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	0	22.866
1.02.01.01.03	Caixa restrito	10.652	17.819
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.174	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	16.174	0
1.02.01.03	Contas a Receber	63.032	28.946
1.02.01.03.01	Clientes	9.425	28.946
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	53.607	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	683.126	960.312
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	683.126	960.312
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	48.047	121.355
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	48.047	89.956
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	31.399
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.944.163	1.598.837
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	16.976	0
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	1.518.657	1.268.824
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros derivativos	52.480	28.541
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	136.262	109.540
1.02.01.09.09	Ativo relacionado aos fundos de pensão	15.211	39.952
1.02.01.09.13	Outros tributos	115.139	85.494
1.02.01.09.14	Demais ativos	89.438	66.486
1.02.02	Investimentos	2.197.072	1.857.362

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.02.01	Participações Societárias	13.610	11.808
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	13.610	11.808
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.183.462	1.845.554
1.02.03	Imobilizado	3.879.737	3.787.281
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.253.399	3.219.304
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	442	725
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	625.896	567.252
1.02.04	Intangível	2.928.167	3.108.410
1.02.04.01	Intangíveis	2.824.403	2.927.501
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	360.975	388.736
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	1.986.282	2.179.720
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	238.436	240.020
1.02.04.01.04	Marcas e patentes	18.841	19.699
1.02.04.01.07	Outros	60.229	72.872
1.02.04.01.10	Ágio na aquisição de investimentos	88.169	0
1.02.04.01.11	Carteira de Clientes	27.534	26.454
1.02.04.01.12	Intangível em formação	43.937	0
1.02.04.02	Goodwill	103.764	180.909

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	16.862.829	17.203.393
2.01	Passivo Circulante	3.282.865	3.306.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	220.627	146.848
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	220.627	146.848
2.01.02	Fornecedores	741.347	789.614
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	741.347	789.614
2.01.03	Obrigações Fiscais	199.071	120.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	196.529	117.447
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	179.421	106.640
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	17.108	10.807
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.542	3.431
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	953.414	1.093.155
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	953.414	1.093.155
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	840.693	1.000.554
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	112.721	92.601
2.01.05	Outras Obrigações	911.813	847.970
2.01.05.02	Outros	911.813	847.970
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	114.946	106.748
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	46.566	37.804
2.01.05.02.06	Outros tributos	338.203	313.968
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	16.259	17.674
2.01.05.02.08	Autorizações e concessões a pagar	159.285	65.148
2.01.05.02.09	Demais obrigações	236.554	306.628
2.01.06	Provisões	256.593	298.462
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	256.593	298.462
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	10.960	25.706
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	52.624	61.680
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	15.595	12.184
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	177.414	198.892
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	9.192
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	9.192
2.02	Passivo Não Circulante	8.969.128	8.573.506
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.054.012	6.164.878
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.054.012	6.164.878
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.222.882	4.890.963
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.831.130	1.273.915
2.02.02	Outras Obrigações	933.396	982.282
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	71.203	75.106
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	71.203	75.106
2.02.02.02	Outros	862.193	907.176
2.02.02.02.04	Outros tributos	337.946	281.437
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros derivativos	30.799	24.134
2.02.02.02.08	Autorizações e concessões a pagar	165.338	223.853
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	149.496	168.587
2.02.02.02.13	Demais obrigações	178.614	209.165

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.03	Tributos Diferidos	83.838	467.325
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	83.838	467.325
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.373	462.647
2.02.03.01.02	Outros impostos s/ receitas diferidas	5.465	4.678
2.02.04	Provisões	894.474	955.489
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	894.474	955.489
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	147.029	145.169
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	215.234	261.789
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	72.276	85.558
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	459.935	462.973
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.408	3.532
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.408	3.532
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.610.836	5.323.768
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	6.951	12.185
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	879	879
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	9.687	14.921
2.03.04	Reservas de Lucros	986.791	915.451
2.03.04.01	Reserva Legal	67.595	63.884
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	195.665	214.666
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	658.937	529.558
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-113.248	-45.889
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	5.137	1.236
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.683	49
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.938.518	3.656.732

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.142.754	5.123.363
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.215.513	-3.242.492
3.03	Resultado Bruto	1.927.241	1.880.871
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.112.207	-198.728
3.04.01	Despesas com Vendas	-628.052	-615.359
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-501.359	-524.837
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	516.845	1.419.706
3.04.04.02	Outras receitas	516.845	1.419.706
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-499.641	-470.312
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-499.641	-470.312
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-7.926
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	0	-7.926
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	815.034	1.682.143
3.06	Resultado Financeiro	-521.348	-630.787
3.06.01	Receitas Financeiras	508.385	546.950
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.029.733	-1.177.737
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	293.686	1.051.356
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-66.014	-56.835
3.08.01	Corrente	-218.892	-177.572
3.08.02	Diferido	152.878	120.737
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	227.672	994.521
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	49	-4.929
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	49	-4.868
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	-61
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	227.721	989.592
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	74.218	778.636
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	153.503	210.956
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07750	0,81290
3.99.01.02	PN	0,07750	0,81290
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07650	0,81230
3.99.02.02	PN	0,07650	0,81230

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	227.721	989.592
4.02	Outros Resultados Abrangentes	31.041	4.701
4.02.01	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	3.520	54
4.02.02	Reserva Reflexa de hedge accounting	14.785	109
4.02.03	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	12.736	4.538
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	258.762	994.293
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	80.753	779.946
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	178.009	214.347

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	349.719	1.183.300
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.367.544	2.308.559
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	293.735	1.046.427
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	779.824	736.368
6.01.01.03	Depreciação e amortização	906.978	977.056
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	89.410	146.660
6.01.01.05	Provisões	145.661	166.037
6.01.01.06	Reversão de atualização de depósitos judiciais	0	31.163
6.01.01.07	Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda	6.964	104.672
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	0	7.926
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	-94.348	14.546
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - Anatel	20.607	18.680
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	78.385	24.861
6.01.01.12	Operações de instrumentos financeiros derivativos	-34.351	-32.873
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	42.856	62.471
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de Refinanciamento Fiscal	14.204	27.607
6.01.01.15	Provisão (reversão) de programa de Refinanciamento Fiscal	0	32.746
6.01.01.16	Apropriação de despesas antecipadas	0	147.674
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	10.825	4.378
6.01.01.18	Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	17.098	20.103
6.01.01.19	Prescrição de dividendos	-11.394	-28.675
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	101.090	-1.199.268
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.308.426	-492.001
6.01.02.01	Contas a receber	-308.888	-211.919
6.01.02.02	Estoques	-40.324	-10.570
6.01.02.03	Tributos	64.187	-23.978
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-2.014.808	-1.214.682
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.420.108	1.206.126
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-206.102	-169.428
6.01.02.07	Fornecedores	-162.433	169.680
6.01.02.08	Salários, encargos e benefícios	-5.988	-37.450
6.01.02.09	Provisões	-120.921	-122.372
6.01.02.10	Provisão para fundo de pensão	-15.122	-15.067
6.01.02.11	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	13
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	81.865	-62.354
6.01.03	Outros	-709.399	-633.258
6.01.03.01	Encargos financiamentos pagos	-606.382	-630.933
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-205.268	-155.492
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-49.095	-49.449
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	151.346	202.616
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.348.569	-3.409.372
6.02.01	Ativo financeiro disponível para venda	-37.635	-214.211
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-1.401.746	-1.320.256

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.03	Aquisições de Ações de Minoritários	-4.435	0
6.02.04	Aumento/redução dos investimentos permanentes	-12.567	-1.811.452
6.02.05	Depósitos e bloqueios judiciais	-387.487	-398.488
6.02.06	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	116.725	97.190
6.02.07	Recursos obtidos na venda de bens	346.297	238.868
6.02.08	Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	0	7.363
6.02.09	Créditos entre Empresas Ligadas - Recebimentos	20.010	3.688
6.02.10	Caixa restrito	1.562	-6.832
6.02.11	Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	10.707	-5.242
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-449.604	2.423.697
6.03.01	Captações	2.294.057	2.469.092
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-1.659.304	-2.159.408
6.03.03	Transações com partes relacionadas	88.300	440.534
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	-22.152	-31.762
6.03.05	Autorizações e concessões	-49.292	-55.026
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-26.548	-25.204
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-516.620	-483.743
6.03.08	Aumento de Capital	1.875	2.290.002
6.03.09	Pagamento de ações preferenciais	-20.788	-20.788
6.03.10	Variação caixa advindo de mudança percentual na reorganização societária	-74.126	0
6.03.11	Reembolso de ações	-302.108	0
6.03.12	Bonificação de ações	-162.898	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-673	25.073
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.449.127	222.698
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.161.782	2.939.084
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.712.655	3.161.782

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	3.656.732	5.323.768
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	3.656.732	5.323.768
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	71.340	-76.458	21.518	16.400	-659.448	-643.048
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	331	331
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	2.306	2.306
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.000	0	0	-95.000	-323.021	-418.021
5.04.08	Direito de retirada referente a Reorganização Societária	0	0	0	0	0	0	11.720	11.720
5.04.09	Resgate de Ações bonificadas	0	0	0	0	0	0	-48.073	-48.073
5.04.10	Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária	0	0	0	79.230	21.518	100.748	-291.964	-191.216
5.04.11	Outras movimentações com reorganização societária	0	0	0	10.652	0	10.652	-10.747	-95
5.04.12	Constituição de reservas	0	0	166.340	-166.340	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.218	6.534	80.752	178.009	258.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.218	0	74.218	153.503	227.721
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.534	6.534	24.506	31.040
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.501	3.501	9.235	12.736
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	222	222	14.562	14.784
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	2.811	2.811	709	3.520
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-5.234	0	2.240	-88.876	-91.870	-236.775	-328.645
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-81.185	-81.185	-229.542	-310.727
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	1.917	1.917
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-5.234	0	0	0	-5.234	3	-5.231
5.06.08	Varição de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-2.268	-2.268	-3.618	-5.886
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	2.240	-944	1.296	-5.535	-4.239
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	-4.479	-4.479	0	-4.479
5.07	Saldos Finais	784.004	6.951	986.791	0	-105.428	1.672.318	2.938.518	4.610.836

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539	375.377	218.838
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	611.299	611.299
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	-25	-25
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-3.375	-3.375
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539	-92.219	-248.758
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-20.926	-20.926
5.04.09	Ações bonificadas a resgatar	0	0	0	0	0	0	-119.377	-119.377
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	778.636	1.310	779.946	214.347	994.293
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	778.636	0	778.636	210.956	989.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.310	1.310	3.391	4.701
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.261	1.261	3.277	4.538
5.05.02.06	Ganho reflexo de contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	6	6	103	109
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	43	43	11	54
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.450	646.913	-650.081	-42.908	-38.626	-1.194.872	-1.233.498
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	2.379	0	0	-5.523	-3.144	264	-2.880
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	5.071	0	0	0	5.071	883	5.954
5.06.06	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	895	895
5.06.07	Exercícios de opção de ações	0	0	0	0	0	0	-9	-9
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-36.124	-36.124	-9.260	-45.384
5.06.09	Outros efeitos / variações PL controladas	0	0	0	-3.168	-1.261	-4.429	-1.183.381	-1.187.810
5.06.10	Variação de participação em dividendos	0	0	0	0	0	0	-528	-528
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-3.736	-3.736
5.06.12	Constituição reserva legal	0	0	38.931	-38.931	0	0	0	0
5.06.13	Constituição reserva de investimento e lucros a realizar	0	0	607.982	-607.982	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	3.656.732	5.323.768

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	7.049.693	7.974.958
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.745.287	6.789.190
7.01.02	Outras Receitas	393.816	1.332.428
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	393.816	1.332.428
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-89.410	-146.660
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.364.308	-2.326.565
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-360.549	-514.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.823.479	-1.722.517
7.02.04	Outros	-180.280	-89.986
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.685.385	5.648.393
7.04	Retenções	-1.034.202	-1.352.277
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-906.978	-977.056
7.04.02	Outras	-127.224	-375.221
7.04.02.01	Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda	-6.964	-104.672
7.04.02.02	Provisões (inclui atualização monetária)	-109.202	-207.059
7.04.02.03	Outras despesas	-11.058	-63.490
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.651.183	4.296.116
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	508.385	539.024
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-7.926
7.06.02	Receitas Financeiras	508.385	546.950
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.159.568	4.835.140
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.159.568	4.835.140
7.08.01	Pessoal	999.825	774.599
7.08.01.01	Remuneração Direta	768.971	568.534
7.08.01.02	Benefícios	168.324	152.986
7.08.01.03	F.G.T.S.	49.874	41.685
7.08.01.04	Outros	12.656	11.394
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.635.860	1.845.618
7.08.02.01	Federais	396.994	439.775
7.08.02.02	Estaduais	1.209.646	1.339.786
7.08.02.03	Municipais	29.220	66.057
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.296.162	1.225.331
7.08.03.01	Juros	957.780	896.176
7.08.03.02	Aluguéis	308.328	292.735
7.08.03.03	Outras	30.054	36.420
7.08.03.03.01	Dividendos fixos e atualização monetária nas ações preferenciais resgatáveis	17.098	20.103
7.08.03.03.02	Outras	12.956	16.317
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	227.721	989.592
7.08.04.02	Dividendos	0	156.539
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.218	622.097
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	153.503	210.956

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A Administração da Jereissati Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo Jereissati”), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2012 foi marcado por grandes eventos no Grupo Jereissati e suas controladas.

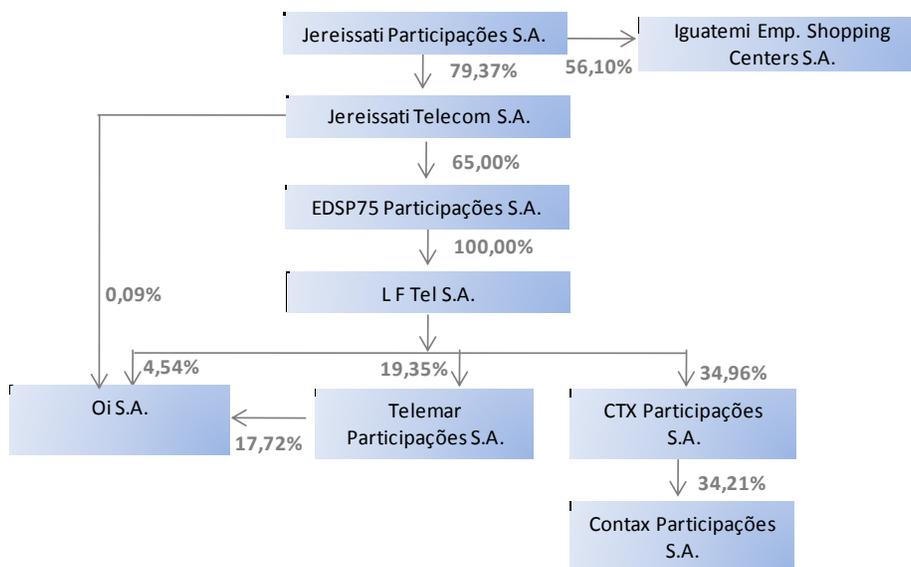
- As empresas do Grupo Jereissati deram um grande salto na consolidação de sua excelência em governança corporativa, trazendo maior transparência na gestão dos negócios em que atuam e permitindo ao Grupo Jereissati uma maior captura da evolução do valor de suas controladas em relação ao valor de mercado (redução do desconto praticado):
 - Iguatemi: consolidação do modelo de governança pela empresa e atuação ativa dos comitês de gestão na companhia, que atua no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde sua abertura de capital em 2007.
 - Oi: conclusão do processo de simplificação societária do Grupo Oi, que passou a ter apenas uma empresa listada na bolsa com duas classes de ações, aproximando desta forma os interesses de todos os seus acionistas. A Oi passou a integrar o Nível 1 de governança corporativa da BM&FBOVESPA.
 - Contax Participações: a companhia deu início ao processo de migração para o Nível 2 de governança corporativa da BM&FBOVESPA, operação aprovada em seu Conselho de Administração em março de 2013 e amplamente elogiada pelo mercado.
- No aspecto operacional, as controladas do Grupo Jereissati também apresentaram resultados bastante positivos:
 - O setor de Telecomunicações foi marcado pela retomada de crescimento da Oi confirmando a execução bem sucedida de sua estratégia e da capacidade de execução da mesma em todos os segmentos de produtos (Residencial, Mobilidade Pessoal e Empresarial/Corporativo).

Relatório da Administração

- A Contax Participações ao longo de 2012 recuperou a rentabilidade em seu core business de Contact Center no Brasil através de importantes avanços operacionais, apesar do cenário desafiador imposto, principalmente pela elevação de seus custos no início do ano. A operação de Contact Center na América Latina também registrou expressivo crescimento de volume de operações no ano. Destaque também ao início das operações no segmento de trade marketing na Colômbia em outubro, aproveitando as oportunidades de cross-selling junto aos clientes da Allus.
- As vendas da Iguatemi apresentaram um aumento de 12,5%, impulsionadas principalmente pela maturação do Iguatemi Alphaville, assim como o início da operação do JK Iguatemi, um marco para a companhia e para a indústria de shoppings centers no Brasil. A receita líquida da Iguatemi atingiu R\$ 411 milhões, um crescimento de 24,6% em relação a 2011.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia controla as sociedades Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) e a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”). Através de sua controlada Jereissati Telecom, concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações e Serviços, participando do bloco de controle da Oi S.A. (“Oi” ou “Grupo Oi”) e Contax Participações S.A. (“Contax Participações”). Já a controlada Iguatemi concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor imobiliário, com foco em imóveis que produzam renda, notadamente Shopping Centers.



A receita líquida consolidada da Companhia no exercício 2012 atingiu R\$ 5,1 bilhões e o lucro líquido consolidado no exercício totalizou R\$ 228 milhões.

O ano foi marcado por grandes desafios e repleto de conquistas importantes para o Grupo Jereissati e suas controladas.

Relatório da Administração

No setor de Telecomunicações, tivemos como principal acontecimento a conclusão em fevereiro de 2012 do processo de reorganização societária do Grupo Oi iniciado em 2011, que passou a ter apenas uma empresa listada na bolsa. A partir de abril de 2012, as ações ordinárias e preferenciais da Oi passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA e na bolsa de Nova York (“NYSE”) através de seus novos tickers – respectivamente OIBR3 e OIBR4 na Bovespa e OIBR.C e OIBR na NYSE.

Com a reestruturação societária, em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), da Coari Participações S.A. (“Coari”) e da Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) tornaram-se acionistas da Oi, com a TNL e a Coari sendo extintas e a TMAR se transformando em uma subsidiária integral da Oi. Com isso, o resultado apresentado nas demonstrações financeiras da Oi refletem esta nova estrutura. No entanto, para fins de consolidação das demonstrações financeiras da Companhia, os resultados consolidados da Oi representam os resultados consolidados equivalentes às informações da antiga TNL e TMAR para os meses de janeiro e fevereiro de 2012 e da Oi em sua nova estrutura, para os meses de março a dezembro de 2012. Desta forma, a Oi em 2012, apresentou uma receita líquida de R\$ 28,1 bilhões e um EBITDA de R\$ 8,8 bilhões, finalizando o ano com 74 milhões de UGRs (Unidades Geradoras de Receita), crescimento de 6,7% em relação a 2011, na telefonia fixa e móvel, banda larga, 3G e TV por assinatura.

No segmento de Shopping Centers, a Iguatemi encerrou 2012 com excelentes resultados e vendas recordes de R\$ 8,3 bilhões no ano, 12,5% acima do ano anterior. A maturação do Iguatemi Alphaville, assim como o início da operação do JK Iguatemi, um marco para a companhia e para a indústria de shoppings centers no Brasil, foram os principais propulsores deste crescimento. A receita líquida cresceu 24,6% em relação a 2011 e o EBITDA do ano atingiu R\$ 406 milhões, 72,6% acima de 2011, com margem de 98,9%, considerando a venda do Shopping Boulevard Rio Iguatemi. A Iguatemi encerrou 2012 com 13 shoppings em operação, 4 shoppings em desenvolvimento e 3 torres comerciais, que, ao todo, correspondem a 282 mil m² de área bruta locável própria.

No setor de Serviços, a Contax Participações manteve sua posição de liderança no segmento de atuação, encerrando o ano com operações na Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e ainda com presença comercial nos EUA e na Espanha. A Contax Participações é a maior prestadora de serviços de contact center e a única companhia de Business Process Outsourcing (BPO) especializada do país. O setor de call center em 2012 recuperou parte de sua margem, reduzida nos últimos anos, com a entrada da Medida Provisória 540/2011 que permitiu a desoneração da folha de pagamento. A Contax Participações terminou o ano com 107 mil colaboradores, dos quais 93 mil no Brasil, responsáveis pela operação de 53 mil posições de atendimento, espalhados em 52 sites (sendo 31 no Brasil). No ano de 2012, a sua receita líquida consolidada atingiu R\$ 3,6 bilhões, representando crescimento de 16,3% sobre 2011, seu lucro líquido no exercício totalizou R\$ 44,5 milhões e o lucro líquido consolidado de R\$ 50,3 milhões.

As companhias controladas pelo Grupo Jereissati desempenharam importante papel na atividade econômica brasileira e demonstraram, mais uma vez, a confiança e o compromisso do Grupo Jereissati com o desenvolvimento do País.

A receita líquida das companhias nas quais o Grupo Jereissati participa como controlador atingiu R\$ 32,2 bilhões em 2012. No mesmo período, o investimento consolidado destas empresas atingiu R\$ 7,1 bilhões.

Isto é resultado direto do empenho e dedicação de aproximadamente 146 mil colaboradores diretos que se encontram distribuídos no negócio de Contact Center (107 mil), nas atividades de Telecomunicações (37 mil) e em Shopping Centers (2 mil).

Relatório da Administração

R\$ bilhões	2012	2011	Δ%
Receita líquida das controladas operacionais	R\$ 32,2	R\$ 31,3	+2,9%
EBITDA das controladas operacionais	R\$ 9,6	R\$ 9,1	+5,3%
Lucro líquido das controladas operacionais	R\$ 1,2	(R\$ 0,2)	n/a
Investimento das controladas operacionais	R\$ 7,1	R\$ 5,5	+29,1%
Dividendo declarado pelas controladas operacionais	R\$ 3,2	R\$ 0,8	+400%
Número de colaboradores nas controladas operacionais	146 mil	150 mil	-2,7%

Dados consolidados de Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Oi S.A e Contax Participações S.A.

Telecomunicações e Serviços

A Companhia, através da controlada Jereissati Telecom, controladora indireta da LF Tel S.A. (“LF Tel”) participa do bloco de controle da Telemar Participações S.A. (“Telemar” ou “TmarPart”) que por sua vez, controla a Oi, uma das maiores empresas integradas de Telecomunicações do Brasil. A Companhia, através da sua controlada indireta LF Tel, também participa do bloco de controle da CTX Participações S.A. (“CTX”), empresa que controla a Contax Participações, a principal empresa de contact center e BPO do País.

Oi

Em 2012, a Oi focou esforços na melhoria de eficiência operacional, na remodelação de seus canais de vendas e na reestruturação societária do Grupo Oi. Para sustentar esta transformação a Oi aumentou seus investimentos em 32% no ano de 2012, totalizando R\$ 6,6 bilhões em todo o território nacional.

Do ponto de vista operacional, a Oi focou na melhoria da qualidade do serviço prestado em todas as áreas e produtos, conseguindo apresentar reduções importantes em seus indicadores de *churn* em todos os serviços. Adicionalmente trabalhou no redesenho de seus canais de comercialização e ofertas de serviços, ampliando significativamente seu volume de vendas em clientes de alto valor, apresentando-se no segundo semestre de 2012, como líder de mercado no crescimento de clientes pós-pagos em telefonia móvel. Neste sentido, destacam-se a expansão de 7,0% na base de clientes de telefonia móvel com melhoria do mix de planos vendidos e o crescimento de 14,3% da base de clientes corporativos e empresariais.

Indicadores Operacionais Consolidados (em milhares de usuários)	2012	2011	Δ%
Residencial	18.337	17.810	+3,0%
Mobilidade Pessoal	46.305	43.264	+7,0%
Empresarial / Corporativo	8.971	7.848	+14,3%
Telefones Públicos	727	771	-5,7%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs)	74.339	69.693	+6,7%

Relatório da Administração

Em 2012, a Oi concluiu o processo de simplificação societária que reduziu de três empresas listadas na Bolsa para apenas uma e de sete diferentes classes de ação para apenas duas (ordinária e preferencial). Esse importante passo permitiu a divulgação de uma política de dividendos em 2012 e trouxe um maior alinhamento dos interesses entre os seus acionistas.

Em 2012 a Oi deu outro importante passo na melhoria de sua governança corporativa, passando para o Nível 1 da BM&FBOVESPA.

Contax Participações

Em 2012, a Contax Participações manteve o ritmo para se consolidar como uma companhia líder em soluções de BPO (Business Process Outsourcing), mantendo sua posição de liderança em *Contact Center* e Cobrança no Brasil.

Neste ano, apesar de apresentar uma redução de 8% do volume total de colaboradores, a Contax Participações registrou uma melhoria de 6,4% na eficiência de suas posições de atendimento (funcionários/PAs), o que representou uma melhoria de produtividade de 26% na receita líquida / funcionário.

Indicadores	2012	2011	Δ%
Volume PA's	53 mil	54 mil	-1,7%
Colaboradores	107mil	117 mil	-8,0%
Receita líquida	R\$ 3,6 bilhões	R\$ 3,1 bilhões	+16,3%
EBITDA	R\$ 368 milhões	R\$ 251 milhões	+46,6%
Margem EBITDA	10,2%	8,1%	+2,1p.p
Lucro líquido	R\$ 44,5 milhões	R\$ 20,9 milhões	+112,9%
Dívida líquida	(R\$ 677,1 milhões)	(R\$ 626,6 milhões)	+8,1%
Dívida líquida / EBITDA	1,8x	2,5x	-0,7

Shopping Centers

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi, atua no segmento de shopping centers e participa de 20 empreendimentos, sendo 13 shoppings em operação, 3 torres de escritório em operação e 4 shoppings em construção. A atividade no setor de shopping centers engloba a concepção, planejamento, implementação, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

O foco de atuação da Iguatemi continua nas regiões Sul, Sudeste e Brasília, áreas de maior poder aquisitivo e potencial de consumo per capita do país e, com público-alvo predominantemente das classes A e B, menos suscetíveis às crises e mais exigentes em termos de qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Em 2012, a Iguatemi anunciou as expansões dos Shoppings Iguatemi Campinas e Iguatemi Porto Alegre, como parte da estratégia de fortalecer os shoppings de maior relevância do seu portfólio, criando propriedades com maior poder de atração e diferenciação. A Iguatemi acredita que essa

Relatório da Administração

relevância dá sustentabilidade ao contínuo crescimento da área de shopping e de sua rentabilidade por m².

A Iguatemi inaugurou o Shopping JK Iguatemi em junho de 2012, com enorme repercussão na mídia local e internacional. O projeto inovador trouxe 23 marcas internacionais inéditas para o Brasil e 21 marcas nacionais exclusivas em shopping, e logo se tornou um marco arquitetônico para a cidade de São Paulo e sinônimo de luxo, moda, lazer e gastronomia. A Iguatemi também inaugurou a expansão do Shopping Galleria, em setembro de 2012, na cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo.

R\$ Milhões	2012	2011	Δ%
Receita bruta	R\$ 462	R\$ 370	25,2%
Receita líquida	R\$ 411	R\$ 330	24,6%
EBITDA	R\$ 406	R\$ 235	72,6%
Lucro líquido	R\$ 268	R\$ 152	76,5%
Funds from operations (FFO)	R\$ 309	R\$ 178	73,8%
ABL Total (m ² /mil)	491	474	3,6%
ABL Própria (m ² /mil)	282	278	1,2%

O setor de shopping centers no Brasil ainda é muito fragmentado e algumas regiões são desprovidas de empreendimentos de qualidade. A Iguatemi administra hoje uma ABL de aproximadamente 491 mil metros quadrados e sua participação proporcional nestes empreendimentos equivale a aproximadamente 282 mil metros quadrados.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia está submetendo à Assembleia Geral de Acionistas a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 95 milhões, já declarados e pagos conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012.

Resultado operacional

Receita bruta

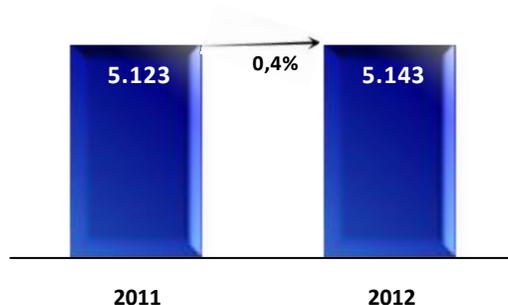
Em 2012 a receita bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 7.693 milhões, apresentando redução de 0,3% em relação aos R\$ 7.716 milhões reportados em 2011.

Receita líquida

Descontados os impostos e outras deduções, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 5.143 milhões, traduzindo-se em um aumento de 0,4% relativamente a de 2011, que atingiu R\$ 5.123 milhões.

Relatório da Administração

Receita líquida – R\$ milhões

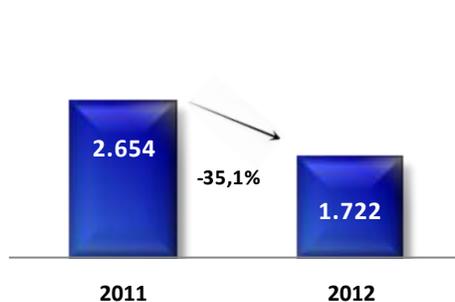


EBITDA

O resultado operacional, medido pelo EBITDA, apresentou uma razoável queda. O EBITDA consolidado da Companhia no exercício 2012 atingiu R\$ 1.722 milhões, representando uma queda de 35,1% quando comparado aos R\$ 2.654 milhões reportados em 2011. A variação deve-se fundamentalmente ao ganho obtido em 2011 pela controlada da Companhia, Jereissati Telecom, com a concretização da parceria estratégica firmada com a Portugal Telecom.

(R\$ Milhões)	2012	2011	Δ%
Lucro líquido do exercício	228	990	-77,0%
Despesas financeiras líquidas	521	631	-17,3%
Depreciação e amortização	907	977	-7,2%
Imposto de renda e contribuição social	66	57	16,2%
EBITDA	1.722	2.654	-35,1%

EBITDA – R\$ milhões

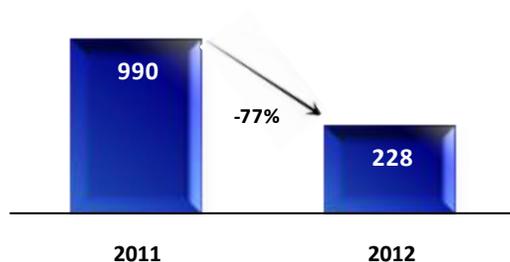


Lucro líquido

O lucro líquido consolidado em 2012 atingiu R\$ 228 milhões, representando uma queda de 77% do lucro líquido reportado em 2011 que totalizou R\$ 990 milhões. A variação deve-se fundamentalmente ao ganho obtido em 2011 com a concretização da parceria estratégica firmada com a Portugal Telecom.

Relatório da Administração

Lucro líquido – R\$ milhões



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes não foi contratada para a prestação de serviços adicionais à auditoria de suas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Outros tributos
13. Depósitos e bloqueios judiciais
14. Investimentos e Propriedades para investimento
15. Imobilizado
16. Intangível
17. Fornecedores
18. Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures, ações preferenciais resgatáveis e ações em usufruto)
19. Instrumentos financeiros derivativos
20. Autorizações e concessões a pagar
21. Programa de refinanciamento fiscal
22. Provisões
23. Demais obrigações
24. Patrimônio líquido
25. Benefícios a empregados
26. Informações por segmento
27. Transações com partes relacionadas
28. Seguros
29. Outras informações
30. Eventos subsequentes
31. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Companhia ou Jereissati”), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – MLFT3 (ON) e MLFT4 (PN), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte.

A controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA – IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos em sua maioria sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de uma fração ideal (“participação”) de determinados empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 56,10% do seu capital total e votante.

A controlada direta Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”), é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia detém, das ações em circulação da Jereissati Telecom, 79,37% do seu capital total e 80,01% e votante.

A Jereissati Telecom possui participação direta de 65% no capital total e votante da EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”) e 100% da Infinity Trading Limited. (“Infinity”) e participação direta e indireta da Oi S.A. (“Oi”), anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou “BrT”.

A controlada indireta em conjunto EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel”), da Telemar Participações S.A. (“Telemar”); da Oi S.A., da CTX Participação S.A. (“CTX”), da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e das sociedades por elas controladas. Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel.

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Notas Explicativas

A LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Oi S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas. Além destas participações, a LF Tel possuía participação em conjunto na Privatinvest Participações S.A. (“Privatinvest”) passando, a partir de 21 de junho de 2012, a ter participação em conjunto na Alium Participações S.A. (“Alium”), companhia que incorporou a Privatinvest. Em 31 de dezembro de 2012 a LF Tel detém das ações da Telemar, 19,35% do seu capital total e votante; das ações em circulação da Oi, 4,54% do capital total e das ações da CTX, 34,96% do seu capital total e votante.

A controlada indireta CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle. A controlada indireta CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como controladas indiretas a Contax S.A. (“Contax”), a TODO Soluções em Tecnologia S.A. (“TODO”), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), a Ability Comunicação Integral Ltda. (“Ability”), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira Argentina (“Contax Argentina”), Stratton Spain S.L (“Stratton Espanha”), Allus Spain S.L. (“Allus”), Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”), Multienlace S/A (“Multienlace”), a Mobitel S.A. (“Mobitel ou Dedic”), GPTI Tecnologia da Informação S.A. (“GPTI”) e a Venecia SP Participações S.A. (“Venecia”). As controladas da Contax Participações atuam em teleatendimento em geral, prestação de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros, com exceção da Venecia que não possui operações. Em 31 de dezembro de 2012 a CTX detém das ações em circulação da Contax Participações, 72,60% do capital votante e 34,21% do capital total. A Contax Participações, por sua vez, em 31 de dezembro de 2012 detém 100% do capital da Contax.

A controlada indireta em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 31 de dezembro de 2012 a nossa controlada indireta em conjunto Telemar detém, das ações em circulação da Oi, 15,23% do seu capital total e 48,51% do seu capital votante.

Além da participação na Oi, a controlada indireta em conjunto Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. (“Valverde”) e da Bakarne Investments Ltd. (“Bakarne”).

A Oi, anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou “BrT”, é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da controlada indireta em conjunto Telemar, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em

Notas Explicativas

outras sociedades, que em 31 de dezembro de 2012 detém, das ações em circulação da Oi, 2,49% do seu capital total e 7,94% do seu capital votante.

A Bakarne é uma subsidiária integral da controlada indireta em conjunto Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A Oi ainda possui: (i) através da sua controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da sua controlada indireta TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da sua controlada integral 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 16.

A Oi é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Os valores originários das demonstrações financeiras, ajustados às práticas contábeis da Companhia, quando aplicável, da controlada em conjunto indireta EDSP75 e conseqüentemente da sua controlada direta LF Tel e as suas controladas em conjunto direta e indireta, que são a Telemar, Oi ((em 2011, investimento representado pelas controladas direta e indireta Tele Norte Leste S.A. (“TNL”) e Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”)), CTX e Alium (em 2011 e para o período findo em 30 de junho de 2012 representado pela Privatinvest), para fins de demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas, foram proporcionalizados à participação detida pela Companhia nestas controladas em conjunto, exceto se indicados de outra forma. A consolidação do resultado foi elaborada na proporção da respectiva porcentagem de participação de cada período.

As participações em controladas diretas e indiretas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Sociedade	Participação Acionária Direta		Participação Acionária Indireta	
	2012	2011	2012	2011
Grupo de Shopping Centers:				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	56,10%	55,93%	0,72%	0,72%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda (“SCRB”)	-	-	56,82%	56,65%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda (“Lasul”)	-	-	56,82%	56,65%
Rio Pinheiros Diversões LTDA. (“Rio Pinheiros”)	-	-	56,82%	56,65%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. (“IESTA”)	-	-	56,82%	56,65%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. (“Leasing Mall”)	-	-	56,82%	56,65%
EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda (“EDR47”)	-	-	56,82%	56,65%
SISP Participações S.A. (“SISP”)	-	-	56,82%	56,65%
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda (“IESTAPA”)	-	-	56,82%	56,65%

Notas Explicativas

Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC")	-	-	20,46%	20,39%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("MPPart")	-	-	56,82%	56,65%
WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("WTORRE")	-	-	28,41%	28,33%
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-Retail") (iii)	-	-	56,82%	56,65%
Amuco Shopping S.A. ("Amuco")	-	-	56,82%	56,65%
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (vii)	-	-	56,82%	56,65%
SCIAAlpha Participações LTDA ("SCIALPHA")	-	-	56,82%	56,65%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP")	-	-	56,82%	56,65%
CL Brasil S.A. ("CL Brasil") (iii)	-	-	-	28,33%
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY")	-	-	45,46%	45,32%
EDSP66 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("EDSP66") (viii)	-	-	-	56,65%
Iguatemi Leasing Ltda. ("EDSP74")	-	-	56,82%	56,65%
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP")	-	-	18,94%	18,88%
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (v)	-	-	56,82%	56,65%
CSC61 Participações Ltda. ("CS61")	-	-	56,82%	56,65%
SCRIP Participações Ltda. ("SCRIP")	-	-	56,82%	56,65%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (iii)	-	-	56,82%	56,65%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (iv)	-	-	56,82%	56,65%
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST") (vi)	-	-	56,82%	56,65%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (vi)	-	-	28,41%	-
JK Iguatemi Administração Ltda ("01JJ") (vi)	-	-	56,82%	-
PBES Participações Ltda ("PBES") (ix)	-	-	45,46%	-
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (x)	-	-	56,82%	-
Grupo de Telecomunicação:				
Jereissati Telecom S.A.	79,37%	79,37%	-	-
EDSP75	-	-	-	51,59%
LF TEL S.A.	-	-	51,59%	51,59%
Telemar Participações S.A.	-	-	9,98%	9,98%
Tele Norte Leste Participações S.A.	-	-	-	3,20%
Oi S.A	-	-	3,94%	4,30%
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	-	-	4,19%	2,13%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	-	-	6,61%	2,13%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	-	-	4,19%	2,13%
Vant Telecomunicações S.A. (i)	-	-	-	2,13%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	-	-	4,19%	2,13%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	-	-	4,19%	2,13%
Agência O Jornal da Internet Ltda. ("JINT") (i)	-	-	-	0,64%
iG Participações S.A. ("iG Part") (ii)	-	-	-	2,13%
Internet Group do Brasil S.A. ("iG Brasil")	-	-	4,19%	2,13%
Nova Tarrafá Participações Ltda ("NTPA") (ii)	-	-	-	2,13%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	-	-	6,61%	2,13%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	-	-	4,19%	2,13%
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	-	-	4,19%	2,13%

Notas Explicativas

Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	-	-	4,19%	2,13%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	-	-	4,19%	2,13%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") (5)	-	-	4,19%	2,13%
Sumbe Participações S.A. ("Sumbe")	-	-	-	2,13%
Rio Alto Participações S.A.	-	-	4,19%	2,13%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	-	-	4,19%	2,13%
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR")	-	-	4,19%	3,43%
TNL PCS S.A. ("TNL PCS")	-	-	4,19%	-
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	-	-	4,19%	4,30%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	-	-	4,19%	4,30%
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora")	-	-	4,19%	4,30%
Oi Serviços Financeiros S.A.	-	-	6,60%	4,32%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	-	-	4,19%	4,32%
Telemar Internet Ltda ("Oi Internet")	-	-	4,19%	2,56%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	-	-	4,19%	4,32%
SEREDE – Serviços de Rede S.A. ("Serede")	-	-	4,19%	4,32%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	-	-	4,19%	4,32%
VEX Wifi Tec España S.L (6)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Venezuela C.A (3)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Wifi S.A (7)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Ukraine LLC (8)	-	-	4,19%	4,32%
VEX USA Inc (2)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Bolivia (9)	-	-	4,19%	4,32%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina (10)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Wifi Canadá Ltd (11)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (12)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Colombia Ltda (4)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Paraguay S.A. (5)	-	-	4,19%	4,32%
Pointer Peru S.A.C (13)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Portugal S.A. (14)	-	-	4,19%	4,32%
VEX Panamá S.A. (15)	-	-	4,19%	4,32%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (16)	-	-	4,19%	4,32%
Circuito das Águas Telecom S.A.	-	-	4,19%	-
Caryopocae Participações S.A.	-	-	4,19%	4,32%
Bryophyta SP Participações S.A.	-	-	4,19%	2,25%
TNL Trading S.A.	-	-	-	3,20%
TNL Net Participações S.A.	-	-	-	3,20%
TNL Exchange S.A.	-	-	-	3,20%
Companhia AIX de Participações	-	-	-	2,16%
Tamboá Participações S.A.	-	-	-	4,32%
Tete Participações S.A.	-	-	-	4,32%
Paggo Soluções	-	-	-	2,15%

Notas Explicativas

Blackpool Participações Ltda ("Blackpool")	-	-	-	4,32%
Carpi RJ Participações S.A. ("Carpi")	-	-	-	4,32%
Cremona RJ Participações S.A. ("Cremona")	-	-	-	4,32%
Valverde Participações S.A.	-	-	9,98%	9,98%
Grupo de Contact Center e Cobrança:				
CTX Participações S.A.	-	-	18,04%	18,04%
Contax Participações S.A.	-	-	6,14%	6,14%
Contax	-	-	6,14%	6,14%
Dedic	-	-	6,14%	6,14%
Ability	-	-	6,14%	6,14%
TODO BPO	-	-	4,91%	4,91%
BRC - XVI Empreendimentos Imobiliários	-	-	6,14%	6,14%
Contax Argentina (10)	-	-	6,14%	6,14%
Contax Colômbia (4)	-	-	-	6,14%
GPTI	-	-	6,14%	6,14%
Stratton Espanha (6)	-	-	6,14%	6,14%
Venecia (3)	-	-	6,14%	6,14%
Outros:				
Infinity Trading Limited (17)	-	-	79,37%	79,37%
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (17)	-	-	56,82%	56,65%
Privatinvest Participações S.A.	-	-	-	25,80%
Alium Participações S.A.	-	-	25,80%	25,80%
Bakarne Investments Ltd	-	-	9,98%	9,98%

- (i) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Outras incorporações realizadas em 2012.
- (ii) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012.
- (iii) As participações na I-Retail, CL Brasil e DV Brasil foram adquiridas em 2 de setembro de 2011 e em dezembro de 2012 a participação na empresa CL Brasil foi vendida no montante de R\$4.500 gerando um ganho líquido de R\$1.606.
- (iv) Controlada constituída a partir da cisão de ativos líquidos da MPPart em agosto de 2011.
- (v) As controladas iniciaram suas atividades em novembro de 2011.
- (vi) Controladas constituídas a partir da inauguração do Shopping Center Iguatemi JK.
- (vii) Em 01 de abril de 2012 houve alteração de percentual na participação da controlada CSC41 Participações Ltda. pelo aumento de capital efetuado pela Iguatemi Empresa de Shopping Center S.A. e Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda., devido a cisão da participação no SCBRI.
- (viii) Participação vendida em maio de 2012 pelo valor de livros, não havendo ganho ou perda de capital.

Notas Explicativas

- (ix) Participação adquirida através de aporte de capital no montante de 80% do patrimônio líquido em 1 de julho de 2012.
- (x) Controlada constituída para participar no futuro shopping em São José do Rio Preto.

Todas as controladas diretas e indiretas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- 1) Sediada em Bermuda
- 2) Sediada nos Estados Unidos da América
- 3) Sediada na Venezuela
- 4) Sediada na Colômbia
- 5) Sediada no Paraguai
- 6) Sediada na Espanha
- 7) Sediada no Uruguai
- 8) Sediada na Ucrânia
- 9) Sediada na Bolívia
- 10) Sediada na Argentina
- 11) Sediada no Canadá
- 12) Sediada no Chile
- 13) Sediada no Peru
- 14) Sediada em Portugal
- 15) Sediada no Panamá
- 16) Sediada na Holanda
- 17) Sediada nas Ilhas Virgens Britânicas

Novo investimento da Companhia

Em 2012, a Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. (“Sollers”) investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. (“BRIO”), uma empresa que nasceu com o objetivo de estruturar e investir em ativos imobiliários em geral (à exceção de Shopping Centers).

A BRIO é uma sociedade controlada pela Companhia que em 31 de dezembro de 2012 detém 55% do seu capital total. O seu principal objetivo é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro, e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico, residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários.

Reforma do Estatuto Social da Oi

Em reunião da AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi, no dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a reforma de seu Estatuto Social a fim de adaptá-lo às novas regras do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o ingresso da Oi no referido nível de governança.

Reorganizações Societárias em 2012(valores não proporcionalizados)

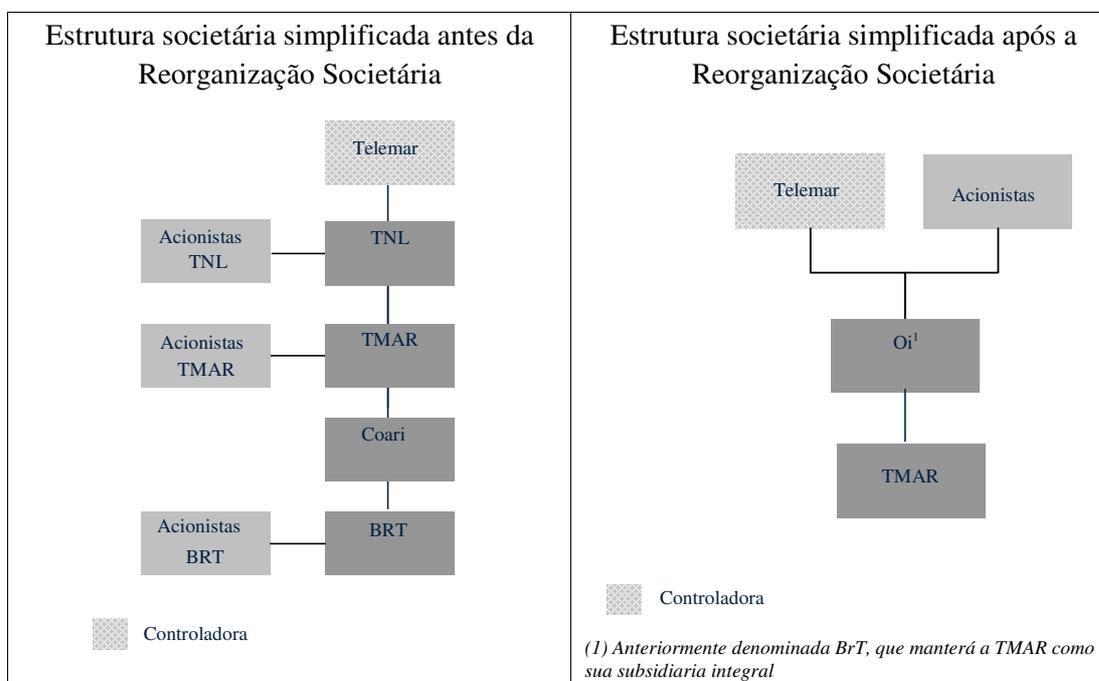
Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Notas Explicativas

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Oi, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;

Notas Explicativas

- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente, e inclui o montante da mais-valia apurada sobre os ativos imobilizado e intangível, na aquisição do controle da (à época) Brasil Telecom S.A., nos termos do parágrafo 44, letra (a) da Interpretação Técnica ICPC 09. O aumento no patrimônio líquido da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$13.574.013. Nessa operação, a Companhia apurou um ganho indireto no valor de

Notas Explicativas

R\$100.748, representado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pela linha “Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária”.

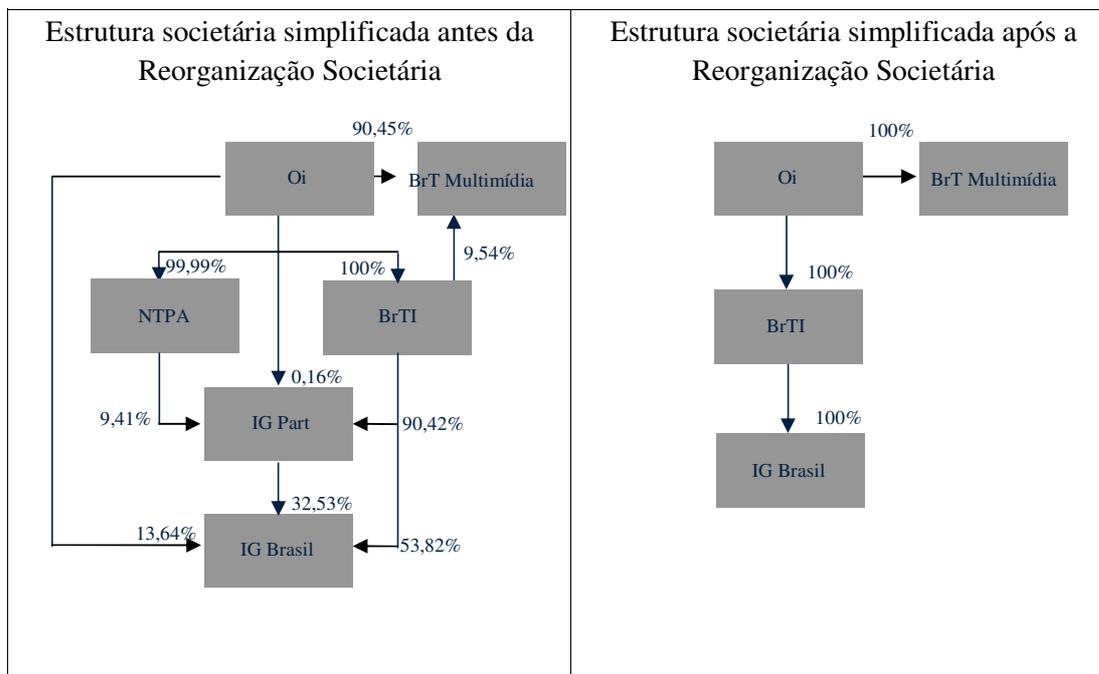
Em decorrência da Reorganização Societária os saldos patrimoniais e de resultado da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram impactados a partir da data da aprovação da operação, em 27 de fevereiro de 2012, e no que se refere ao resultado a partir de 28 de fevereiro de 2012, quando começaram a incluir os saldos e transações decorrentes das operações da TMAR e controladas.

Também em decorrência da Reorganização Societária, a controlada indireta LF Tel e a controlada direta Jereissati Telecom apuraram a equivalência patrimonial sobre os resultados da TNL e da TMAR dos meses de janeiro e fevereiro e sobre o resultado da Oi dos meses de março a dezembro. Para fins de consolidação e comparabilidade, a controlada indireta LF Tel e a controlada direta Jereissati Telecom divulgaram as informações consolidadas das contas de resultado somando os saldos das contas da TNL e TMAR de janeiro e fevereiro mais os saldos das contas da Oi dos meses de março a dezembro, comparando-os com os saldos consolidados da TNL e da TMAR em 31 de dezembro de 2011. Para as contas patrimoniais foram divulgados os saldos consolidados da Oi em 31 de dezembro de 2012, comparando-os com os saldos consolidados da TNL e da TMAR em 31 de dezembro de 2011. Como consequência, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia representam os critérios adotados pela sua controlada indireta LF Tel e sua controlada direta Jereissati Telecom.

Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Oi aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrTI, pela Oi, no valor de R\$51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Oi na NTPA (99,99%), iG Part (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Oi (iii) incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.

Notas Explicativas



Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “*holdings*” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação desua estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

- i. Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- ii. Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

Grupo Contact Center e Cobrança

Em outubro de 2012, a Contax Colômbia S.A.S. (“Contax Colômbia”) foi incorporada pela sociedade controlada Multienlace S.A.S.(“Incorporadora”). No mês de dezembro de 2012, houve a transferência do controle acionário da Multienlace S.A.S da Contax S.A. para a Stratton Spain S.L.

A partir de fevereiro de 2012, a Contax S.A. passou a deter o controle direto da Dedic através da aquisição da totalidade de suas ações junto a Contax Participações.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas principais políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Notas Explicativas

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas, despesas e lucros não realizados relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Critérios de consolidação das entidades controladas em conjunto pelo método proporcional

A Companhia optou por reconhecer a participação nos empreendimentos controlados em conjunto através do método de consolidação proporcional, de acordo com o IAS 31 / CPC 19 (R1)– Investimento em empreendimento controlado em conjunto. O método utilizado consiste em consolidar a participação da Companhia em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto, linha a linha, em suas demonstrações contábeis.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente comoholdings, operadoras no setor de telecomunicações brasileiro, administradora de shopping centers no mercado brasileiro, prestadora de serviços de teletendimento em geral e em atividades correlacionadas, principalmente, ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras, exceto determinadas controladas da CTX, as quais não são relevantes.

Notas Explicativas

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia, a controlada direta Iguatemi e a controlada indireta Oi possuem investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29.

A Administração da Oi analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido (passivo a descoberto) daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2012, ser de R\$ (2.563) (2011 – R\$ 2.658) (valores não proporcionalizados).

A controlada indireta CTX possui operações no exterior, que utilizam moeda funcional diferente do Real (R\$), cujos ativos e passivos são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado, quando aplicável. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação, quando aplicável.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Notas Explicativas

Combinações de negócios

A Companhia e suas controladas optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia e suas controladas procedem com a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, testes são efetuados para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia e suas controladas testam anualmente o valor recuperável, ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações pelas controladas estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, simcard e acessórios. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

As contas a receber decorrentes de serviços prestados pela controlada direta Iguatemi e pelas controladas da CTX são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável.

Notas Explicativas

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição. Na controlada indireta Oi, os estoques são, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Na controlada direta Iguatemi, os estoques são representados por roupas e sapatos das empresas de varejo.

Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, integral ou compartilhado, se inicia até a data em que o controle, integral ou compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas

Notas Explicativas

adotadas pela Companhia, e se diferente, são ajustadas para fins de registro de equivalência patrimonial e consolidação.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. As propriedades para investimento são divulgadas ao valor justo, conforme Nota 14 (b). Anualmente, a controlada direta Iguatemi revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimentos.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para as controladas e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual as controladas da Companhia revisam anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de

Notas Explicativas

produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações das companhias.

As UGC são os segmentos de negócios das companhias, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas

Notas Explicativas

de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações das companhias, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pelas controladas da Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia e suas controladas nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Oi passou a fazer uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Oi e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.

Notas Explicativas

- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, pela participação indireta na Oi e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão descritas na Nota 3.

A controlada indireta Contax Participações e a controlada direta Iguatemi possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual as obrigações serão liquidadas com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada

- A Companhia, as controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom e a controlada indireta LF Tel mantém plano de previdência complementar na Unibanco-AIG - Previdência Prever de contribuição definida. Esse plano é opcional aos seus funcionários e a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, contribuem com 100% do valor mensal.

A Companhia, as controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom e a controlada indireta LF Tel não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

- Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Oi e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Oi e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha

Notas Explicativas

de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Plano de opção de compra de ações

- A controlada direta Iguatemi possui plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a controlada direta Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a controlada direta Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.
- A Oi possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações, que foi extinto em 31 de dezembro de 2011. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções foi determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.
- A controlada indireta Contax Participações – O plano de opções de compra tem como objetivo a outorga de opções para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de sua emissão, em favor dos administradores e funcionários beneficiários. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a quatro anos de serviço (períodos de aquisição de direito). O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido. As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto os executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

Participações dos empregados no resultado

- A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A

Notas Explicativas

determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido por cada companhia.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

Para a controlada direta Iguatemi e suas controladas, as receitas de alugueis são reconhecidas com base na fruição dos contratos. Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Para a controlada indireta Oi e suas controladas, as receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas indiretas BrT Celular e TNL PCS implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou

Notas Explicativas

seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Para a controlada indireta Contax Participações e suas controladas, as receitas provenientes de serviços de telemarketing, atendimento ao consumidor e recuperação de crédito para outras entidades são prestados de acordo com os contratos onde o faturamento deve-se pelo tempo de conversação, por posição de atendimento (PAs), por desempenho ou por preço fixo.

As receitas de serviços de telemarketing e atendimento ao consumidor baseadas em tempo de conversação são faturadas com base nas horas faladas, enquanto as receitas baseadas em PAs são faturadas conforme a quantidade de PAs utilizadas pelo cliente.

Receitas provenientes de metas de desempenho (ex.: serviços de recuperação de crédito) são reconhecidas com base na taxa percentual acordada com o cliente sobre os créditos a cobrar dos seus consumidores. Após a confirmação, por parte do cliente, de que tais créditos foram recuperados, a receita é reconhecida.

Receitas auferidas com o desenvolvimento de softwares personalizados são reconhecidas tomando como referência o estágio de conclusão desse desenvolvimento, e também contemplam os serviços pós-venda.

Se for verificado que surgiram certas circunstâncias que possam vir a alterar as estimativas iniciais de receitas, custos ou extensão do progresso rumo à conclusão, as estimativas são revistas. Estas revisões podem resultar em aumentos ou reduções de custos e receitas estimadas, e são refletidas na receita do período em que as circunstâncias que dão origem à revisão tornam-se conhecidas pela Administração.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. As controladas da Companhia elaboram estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da sua Administração, considerando a continuidade das empresas. O valor contábil do ativo fiscal diferido é reduzido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual as controladas da Companhia esperam, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas da Companhia irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar as controladas da Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita das controladas diretas e indiretas da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. No caso de telecomunicações, a determinação de preços, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a sua Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Oie suas controladas dependem de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Com relação a controlada direta Iguatemi reconhece-se a receita pelo regime de competência, quando da efetiva prestação de serviços, independentemente do faturamento. As receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Com relação aos serviços de telemarketing, contact center e serviços de recuperação de créditos a outras empresas, são prestados com base em tempo de conversação, em posições de atendimento, por desempenho ou contrato com preço fixo.

Notas Explicativas

A receita dos contratos de prestação de serviços com base em tempo de conversação é mensurada com base nas horas de conversação, ao passo que a receita com base em contrato de prestação de serviços é mensurada com base no número de posições de atendimento que foram utilizadas pelo cliente. A receita de metas de desempenho (ou seja, serviços de recuperação de crédito) é reconhecida com base na taxa percentual acordada com o cliente sobre os créditos recuperados e a confirmação do cliente de tais créditos recuperados.

Se surgirem certas circunstâncias que possam vir a alterar as estimativas iniciais de receitas, custos ou extensão do progresso feito em direção à conclusão, as estimativas são revistas. Essas revisões poderão resultar em aumentos ou reduções nas receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado do período em que as circunstâncias que causaram a revisão se tornarem conhecidas pela Administração.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Oi inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

Para a controlada indireta Oi, as vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Oi revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam e analisam a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Notas Explicativas

Os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) são testados, no mínimo anualmente ou quando existirem indicativos de impairment, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que se estabeleçam determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que são fornecidos ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 22. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente

A contraprestação contingente derivada de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo e, portanto como um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado e as principais premissas consideram a probabilidade de atingimento de cada objetivo e do fator de desconto.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que as controladas indiretas da Companhia receberiam ou pagariam no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

As controladas diretas e indiretas da Companhia reconhecem e liquidam os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), as controladas diretas e indiretas da Companhia reconhecem os ativos e passivos tributários diferidos com base nas

Notas Explicativas

diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

As controladas diretas e indiretas da Companhia revisam regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, capacidade para criar novos empregos e de reter empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados consolidados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas e interpretações que não entraram em vigor e ainda não foram adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (iii) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (i) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

IFRS 11 - Acordos de Participação (i) - substitui a IAS 31 - Participações em “*Joint Ventures*” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. Em junho de 2012, o IASB modificou as orientações de transição limitando a exigência de aplicação comparativa somente para o exercício imediatamente anterior.

Notas Explicativas

A Companhia estima que a alteração da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial reduza os ativos, passivos, receitas e despesas, apresentados nas Demonstrações Consolidadas, em montantes materiais. Os respectivos impactos estão demonstrados a seguir:

Demonstrações financeiras	Posição atual	Parcela não consolidada	Apresentação futura
Ativo Circulante	5.092.659	(3.430.035)	1.662.624
Ativo Não Circulante	11.770.170	(8.484.943)	3.285.227
Total do Ativo	16.862.829	(11.914.978)	4.947.851
Passivo Circulante	3.282.865	(2.875.414)	407.451
Passivo Não Circulante	8.969.128	(7.037.351)	1.931.777
Patrimônio Líquido Consolidado	4.610.836	(2.002.213)	2.608.623
Total do Passivo	16.862.829	(11.914.978)	4.947.851
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.142.754	(4.731.843)	410.911
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.215.513)	3.097.796	(117.717)
Resultado Bruto	1.927.241	(1.634.047)	293.194
Despesas/Receitas Operacionais	(1.112.207)	1.071.226	(40.981)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(77.019)	(77.019)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	815.034	(562.821)	252.213
Resultado Financeiro	(521.348)	492.991	(28.357)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	293.686	(69.830)	223.856
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(66.014)	16.661	(49.353)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	227.672	(53.169)	174.503
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	49	(49)	-
Lucro (Prejuízo) Consolidado do Exercício	227.721	(53.218)	174.503

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (i) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Em junho de 2012, o IASB modificou as orientações de transição limitando a exigência de aplicação comparativa somente para o exercício imediatamente anterior.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (i) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. Em junho de 2012, o IASB modificou as orientações de transição limitando a exigência de aplicação comparativa somente para o exercício imediatamente anterior.

Modificações à IAS 19 - Benefícios a Empregados (i) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A norma revisada excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos, além de determinar que os ganhos e perdas atuariais passem a ser registrados diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). A Companhia estima que o novo pronunciamento impacte negativamente o seu patrimônio líquido individual e consolidado (outros resultados abrangentes) em R\$13.230 e R\$3.439, respectivamente, na data de transição.

Notas Explicativas

Modificações à IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (i) – refletem modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

Modificações à IAS 28 - Investimentos em Coligadas e “*Joint Ventures*” (i): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (a) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “*impairment*” de acordo com a IAS 36 - “*Impairment*” de Ativos; (b) que qualquer perda por “*impairment*” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); (c) que as reversões de “*impairment*” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente; e (d) transição da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial na contabilização de “*Joint Ventures*”.

Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (i) e IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento (ii) - as alterações exigem divulgações mais extensas sobre os itens financeiros que são apresentados líquidos no balanço patrimonial.

Modificações à IFRS 1 – Adoção Inicial das IFRSs (i) – As alterações não trazem impacto para a Companhia.

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O CPC editou ao longo de 2012 os pronunciamentos e modificações relacionados às IFRSs novas que entrarão em vigor em 2013. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinadas controladas da Companhia usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada:

Iguatemi

Notas Explicativas

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Iguatemi e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela sua Administração.

Grupo de Telecomunicações

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política"), aprovada pelo seu Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo Oi, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, o Grupo de Contact Center e Cobrança procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia e suas controladas efetuam uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando as condições são semelhantes, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da administração da companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas mensuram seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 de 2011. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Mensuração Contábil	Hierarquia do valor justo	2012			
			Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2 ^(*)	18	18	1.712.655	1.712.655
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	315.421	315.421	998.974	998.974
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	-	-	148.789	148.789
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		207	207	1.294.971	1.294.971
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1	-	-	136.262	136.262
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		36.127	36.127	384	384
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		-	-	45.387	45.387
Passivo						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		106	106	741.347	741.347
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Empréstimos, financiamentos e debêntures(iii)	Custo amortizado		341.092	341.092	7.807.535	7.669.614
Ações preferenciais resgatáveis (iii)	Custo amortizado		-	-	156.010	156.010
Usufruto de ações (iii)	Custo amortizado		-	-	43.881	43.881
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	-	-	77.365	77.365
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		542	542	114.946	114.946
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado		-	-	324.623	324.623
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		-	-	165.755	165.755
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado		-	-	15.038	15.038
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado		-	-	71.203	71.203

(*) Na Controladora é Nível 1.

	Mensuração Contábil	Hierarquia do valor justo	2011			
			Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	305.760	305.760	3.161.782	3.161.782

Notas Explicativas

Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	-	-	400.912	400.912
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	-	-	69.570	69.570
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		6	6	1.106.605	1.106.605
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		35.819	35.819	5.915	5.915
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1	-	-	109.540	109.540
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		87.296	87.296	118.695	118.695
Passivo						
Fornecedores(iv)	Custo amortizado		188	188	789.614	789.614
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Empréstimos, financiamentos e debêntures(iii)	Custo amortizado		312.075	312.075	6.972.659	6.286.609
Ações preferenciais resgatáveis (iii)	Custo amortizado		-	-	174.075	174.075
Notas Promissórias(iii)	Custo amortizado		-	-	54.625	54.625
Usufruto de ações (iii)	Custo amortizado		-	-	56.674	56.674
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	36	36	61.938	61.938
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		19.823	19.823	106.748	106.748
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado		-	-	289.001	289.001
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		-	-	186.261	186.261
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado		-	-	119.377	119.377
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado		-	-	71.203	71.203

(i) Em 4 de março de 2011, acontrolada indireta TMAR deu início ao processo de aquisição de 10% de participação acionária na Portugal Telecom SGPS S.A. (“PT”), conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011. Em 31 de março de 2012, a TMAR detinha 7,4% do capital social da PT, tendo pago o montante de R\$1.366.910 (R\$214.211 valor proporcional à participação indireta da Companhia no Consolidado), já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$157.735 (R\$24.719 valor proporcional à participação indireta da Companhia no Consolidado).

Através de sucessivas aquisições no decorrer de abril e de maio de 2012, a TMAR concluiu o processo de aquisição de 10% de participação na PT, tendo sido pago em tais aquisições o valor de R\$250.186 (R\$37.627 valor proporcional à participação indireta da Companhia no Consolidado), que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R\$951(R\$143 valor proporcional à participação indireta da Companhia no Consolidado).

A Administração da Oi considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) seus dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a TMAR apurou desvalorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$6.964, sendo o montante líquido de tributos de R\$4.596 (vide Nota 7).

Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 32 e 39, o montante da perda foi reconhecido em despesa financeira no consolidado.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

Notas Explicativas

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos, e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil. As debêntures de emissão das controladas indiretas LF Tel e Telemar, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto de ações da controlada indireta Telemar não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Contratos de mútuo: sem vencimento, sem juros e atualizações monetárias e imprevisibilidade para liquidação do mesmo.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira, referentes às demonstrações financeiras consolidadas, são mantidos basicamente, em fundos de investimentos, geridos exclusivamente para a Oi e suas controladas, e em “*time deposits*”. Quanto às demonstrações financeiras da Companhia não há ativos sujeitos a riscos cambiais.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 2,57% (2011 – 7,39%) do total das disponibilidades consolidadas que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada indireta TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	67.661	67.661	227.327	227.327
Aplicações financeiras	1.993	1.993	35.820	35.820
Ativo financeiro disponível para venda	136.262	136.262	109.540	109.540

Passivos

Determinadas controladas indiretas da Companhia possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos consolidados sujeitos a esse risco representam cerca de 24,8% (2011 – 19,5%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 97% (2011 – 96,2%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Consolidado	
	2012	2011
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” cambial	69.012	15.507
Operações de termo e opção de moeda	70.256	19.632
	<u>139.268</u>	<u>35.139</u>

Em 31 de dezembro de 2012, foram registradas em outros resultados abrangentes, de forma reflexa na Companhia, as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “<i>hedge</i>” em outros resultados abrangentes	
	CONSOLIDADO
Reorganização Societária:	
. Resultados dos “ <i>hedges</i> ” designados	4.932
. Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(1.677)
. “ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada da Oi	630

Notas Explicativas

. Tributos diferidos sobre "hedge" reflexo de controlada da Oi	(214)
Resultado dos "hedges" designados	1.969
Transferência da porção inefetiva ao resultado	43
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva	411
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(824)
Outros	2.054
Saldo em 2012	7.324

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos "swap" estão resumidos a seguir:

Derivativos Designados para Contabilidade de "Hedge"				Consolidado			
				Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar)/ a receber	
				2012	2011	2012	2011
	Indexador	vencimento					
Contratos de "swap crosscurrency" US\$/R\$ (i)							
Posição ativa	US\$ 2,21% a 5,50%	jul/15 a mar/21		256.182	265.843	288.223	270.610
Posição passiva	% CDI 70,40% a 103,52%	jul/15 a mar/21		(256.182)	(265.843)	(245.570)	(271.108)
Valor líquido						42.654	(498)
Contratos de "swap crosscurrency" US\$/R\$ Pré (ii)							
Posição ativa	US\$ 3,32% a 5,50%	out/20		215.180	27.147	242.301	32.209
Posição passiva	Pré 6,15% a 12,82%	out/20		(215.180)	(27.147)	(231.096)	(28.079)
Valor líquido						11.205	4.130
Contratos de "swap crosscurrency" US\$/R\$ (iii)							
Posição ativa	US\$ Libor 6M 1,07% a 2,50%	fev/16 a ago/20		276.190	253.902	280.572	253.698
Posição passiva	% CDI 88,65% a 109,54%	fev/16 a ago/20		(276.190)	(253.902)	(252.533)	(260.493)
Valor líquido						28.039	(6.795)

Contraparte:

(i) - Deutsche, Goldman Sachs, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Itaú BBA, Citibank

(ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley

(iii) - Credit Agricole, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, BNP Paribas e HSBC.

Derivativos Não Designados para Contabilidade de "Hedge"				Consolidado			
				Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar)/ a receber	
				2012	2011	2012	2011
	Indexador	Vencimento	Vencimento				
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)							
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/20	out/20	-	58.792	-	63.831
Posição passiva	Pré 11,80%	out/20	out/20	-	(58.792)	-	(61.241)
Valor líquido						-	2.590
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)							
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58% % CDI	nov/14 a fev/16	nov/14 a fev/16	46.212	58.658	51.247	58.008
Posição passiva	100,00 a 110,00	nov/14 a fev/16	nov/14 a fev/16	(46.212)	(58.658)	(51.887)	(68.239)
Valor líquido						(640)	(10.231)
Contratos de "swap crosscurrency" R\$/ US\$ (ii)							
Posição ativa	% CDI 100,00	fev/16	fev/16	29.682	38.121	30.110	40.692
Posição passiva	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/16	fev/16	(29.682)	(38.121)	(32.904)	(39.540)
Valor líquido						(2.794)	1.152

Contraparte:

(i) - Citibank, Deutsche e Santander

(ii) - Merrill Lynch

Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")

Notas Explicativas

US\$/R\$: Referem-se a operações de “*swap*” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “*swap*” cambial para reverter contratos de “*swap*”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “*swaps*” em Dólar revertidos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF “*Non Deliverable Forward*” estão resumidos a seguir:

	Indexador	Forward	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Consolidado Valor justo	
				2012	2011	Valores a (pagar) / a receber	
				2012	2011	2012	2011
Contratos de “Non Delivery Forward” US\$/R\$ (NDF) (i) Posição Líquida	US\$	2,0476 a 2,1314	jan/13 a mar/13	763.721	169.856	(16.008)	14.890
Contratos de “Non Delivery Forward” EUR/R\$ (NDF) (ii) Posição Líquida	US\$	2,7041 a 2,7554	jan/13 a fev/13	303.940	323.719	(560)	4.211

Contraparte:

- (i) - BNP, Bradesco, Goldman Sachs, HSBC, Itaú, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander
- (ii) - HSBC, Itaú, Merrill Lynch e Santander, BES, Deutsche, Morgan Stanley.

Contratos de NDF “*Non Deliverable Forward*”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Notas Explicativas

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2012. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2012	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,0435	0%
Euro	2,6954	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,5544	25%
Euro	3,3693	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,0653	50%
Euro	4,0431	50%

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente.

O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados, estão demonstrados na tabela a seguir:

Consolidado						
2012						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	163.111	377.299	318.694	1.379.168	2.238.271
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(837.580)	(181.745)	(133.637)	(518.174)	(1.671.136)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(69.603)	-	-	-	(69.603)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	7.815	15.631	320.620	-	344.066
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(301.736)	-	-	-	(301.736)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(51)	-	-	-	(51)
Total vinculado a taxas de câmbio		(1.038.044)	211.184	505.676	860.993	539.811
<i>Cenário Possível</i>						

Notas Explicativas

Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	204.610	472.067	398.367	1.723.959	2.799.004
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.046.975)	(227.182)	(167.047)	(647.718)	(2.088.921)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(87.004)	-	-	-	(87.004)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	9.769	19.538	400.775	-	430.082
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(377.170)	-	-	-	(377.170)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(63)	-	-	-	(63)
Total vinculado a taxas de câmbio		(1.296.832)	264.424	632.096	1.076.242	675.929
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	246.109	566.835	478.041	2.068.751	3.359.737
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.256.370)	(272.618)	(200.456)	(777.261)	(2.506.705)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(104.405)	-	-	-	(104.405)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	11.723	23.446	480.930	-	516.099
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(452.604)	-	-	-	(452.604)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(76)	-	-	-	(76)
Total vinculado a taxas de câmbio		(1.555.622)	317.663	758.515	1.291.490	812.046
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		(258.789)	53.240	126.419	215.248	136.118
Dólar		(185.296)	49.332	46.264	215.248	125.548
Euro		(73.493)	3.908	80.155	-	10.570
Cenário Remoto - Cenário Provável		(517.578)	106.479	252.838	430.497	272.235
Dólar		(370.593)	98.663	92.528	430.497	251.096
Euro		(146.986)	7.815	160.310	-	21.140

O impacto no valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio, nos cenários estimados, encontra-se apresentado abaixo:

Consolidado		
Exposição cambial sobre:		
Descrição	Risco	Saldo em 31/12/2012
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.695.106
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.566.101)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(69.603)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	304.994
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(301.414)

Notas Explicativas

Caixa em Euro (*)	Queda do Euro	(51)
Total vinculado a taxas de câmbio		62.931
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.118.883
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.957.626)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(87.004)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	381.242
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(376.767)
Caixa em Euro (*)	Queda do Euro	(63)
Total vinculado a taxas de câmbio		78.664
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.542.659
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.349.152)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(104.405)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	457.491
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(452.120)
Caixa em Euro (*)	Queda do Euro	(76)
Total vinculado a taxas de câmbio		94.397
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		15.733
Dólar		14.850
Euro		882
Cenário Remoto - Cenário Provável		31.466
Dólar		29.701
Euro		1.765

(d) Risco de taxa de juros**Ativos**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

Controladora

Notas Explicativas

	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	305.747	305.747
Aplicações financeiras	315.421	315.421	-	-
	315.421	315.421	305.747	305.747

	2012		Consolidado 2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo				
Equivalentes de caixa	1.571.212	1.571.212	2.847.724	2.847.724
Aplicações financeiras	996.981	996.981	365.092	365.092
	2.568.193	2.568.193	3.212.816	3.212.816

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCAe no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 65,4% (2011 – 74,5%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 70,3% (2011 – 77,4%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento consolidado da Companhia após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	Consolidado	
	2012	2011
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros e ações	(104.917)	(2.266)
	(104.917)	(2.266)

Em 31 de dezembro de 2012, foram registradas em outros resultados abrangentes, de forma reflexa na Companhia, as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Notas Explicativas

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes	
	CONSOLIDADO
Reorganização Societária:	
. Resultados dos "hedges" designados	(88)
. Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	30
. "Hedge" reflexo de controlada da Oi	(17)
. Tributos diferidos sobre "hedge" reflexo de controlada da Oi	6
Resultado dos "hedges" designados	924
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva	(68)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(291)
Saldo em 2012	496

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

Derivativos Designados para Contabilidade de "Hedge"				Consolidado		
				Valor Justo		
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,30% a 12,35%	out/20	55.491	27.147	64.812	28.079
Posição passiva	%CDI 103,35 a 113,70	out/20	(55.491)	(27.147)	(58.616)	(28.232)
Valor líquido					6.196	(153)
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/ US\$ Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 0,80%	jul/15	25.151	37.954	25.290	37.310
Posição passiva	US\$ 3,62% a 3,82%	jul/15	(25.151)	(37.954)	(26.310)	(38.961)
Valor líquido					(1.020)	(1.651)

Contraparte:

- (i) - Goldman Sachs e Morgan Stanley
(ii) - Itaú BBA.

Derivativos Não Designados para Contabilidade de "Hedge"				Consolidado		
				Valor Justo		
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" CDI + "spread"/CDI (i)						
Posição ativa	CDI+0,55%	mar/13	40.616	42.312	41.615	44.173
Posição passiva	%CDI 103,80	mar/13	(40.616)	(42.312)	(41.557)	(44.065)
Valor líquido					58	108
Contratos de "swap" Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82%	out/20	56.435	58.792	66.236	61.241
Posição passiva	% CDI 99,70 a 112,50	out/20	(56.435)	(58.792)	(57.594)	(59.413)
Valor líquido					8.641	1.828
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/16 a fev/22	588.243	239.765	1.002.346	227.513
Posição passiva	US\$ 1,58% a 5,88%	fev/16 a fev/22	(588.243)	(239.765)	(1.023.158)	(229.422)
Valor líquido					(20.812)	(1.909)
Contratos de "swap" US\$ Pré/US\$ LIBOR (iv)						
Posição ativa	US\$ 5,88%	fev/22	458.129	-	892.283	-
Posição passiva	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/22	(458.129)	-	(875.818)	-
Valor líquido					16.465	-

Contraparte:

- (i) - Citibank S.A.

Notas Explicativas

(ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley
 (iii) - Citibank S.A., Merrill Lynch, Morgan Stanley e Société Generale
 (iv) - Morgan Stanley

Contratos de “swap”

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Oi.

CDI+ “Spread”/CDI: Refere-se a operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a posição ativa é em CDI mais “spread” e a posição passiva é em percentual do CDI.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar que, a taxa TJLP se mantém estável, em 6% a.a., desde julho de 2009 até junho de 2012, tendo sido reduzida para 5,5% a.a. até dezembro de 2012, quando sofrerá nova redução, desta vez para 5,0% a.a.

2012											
Cenários de Taxas de juros											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M
6,90%	5,53%	5,50%	0,50825%	8,63%	6,91%	6,88%	0,63531%	10,35%	8,30%	8,25%	0,76238%

Notas Explicativas

Cenários de Taxas de juros											
2011											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M
10,87%	6,35%	6,0%	0,81%	13,59%	7,94%	7,50%	1,01%	16,31%	9,52%	9,0%	1,22%

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI, TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia e suas controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora				
2012				
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	Total
Cenário Provável				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	18.902	10.585	29.486
Total vinculado a taxas de juros		18.902	10.585	29.486
Cenário Possível				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	31.260	31.861	63.120
Total vinculado a taxas de juros		31.260	31.861	63.120
Cenário Remoto				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	33.714	36.133	69.847
Total vinculado a taxas de juros		33.714	36.133	69.847
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros				
Cenário Possível – Cenário Provável		12.358	21.276	33.634
CDI		12.358	21.276	33.634
Cenário Remoto - Cenário Provável		14.812	25.549	40.361

Notas Explicativas

CDI	14.812	25.549	40.361
-----	--------	--------	--------

Consolidado						
2012						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	168.051	229.024	131.915	35.733	564.724
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	59.469	117.410	95.691	29.588	302.158
Dívidas em TR	Alta do TR	52	112	91	76	332
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	43.034	78.258	51.647	46.028	218.967
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	73.217	100.459	59.481	26.168	259.326
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	12.528	17.811	6.799	2.385	39.523
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(7.082)	(8.782)	(3.785)	(1.299)	(20.948)
Total vinculado a taxas de juros		349.269	534.293	341.841	138.679	1.364.081
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	203.806	298.191	162.066	43.849	707.912
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	68.137	132.871	113.047	36.073	350.128
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	50.110	95.105	64.231	57.315	266.760
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	81.663	111.671	72.856	40.217	306.408
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	12.725	18.436	7.069	2.491	40.721
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(7.225)	(9.233)	(3.953)	(1.350)	(21.760)
Total vinculado a taxas de juros		409.217	647.042	415.316	178.595	1.650.170
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	228.792	347.752	190.651	52.069	819.264
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	75.278	148.264	129.645	42.903	396.090
Dívidas em TR	Alta do TR	52	112	91	76	332
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	57.122	111.846	76.720	68.512	314.200
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	83.942	120.124	88.299	61.266	353.631
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	12.923	19.061	7.339	2.597	41.920
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(7.367)	(9.683)	(4.121)	(1.400)	(22.571)
Total vinculado a taxas de juros		450.742	737.477	488.625	226.023	1.902.867
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>						
Cenário Possível – Cenário Provável		59.948	112.750	73.475	39.916	286.089
CDI		42.831	86.014	42.734	19.403	190.982
IPCA		8.669	15.461	17.356	6.485	47.971
TR		(52)	(112)	(91)	(76)	(332)
TJLP		8.446	11.211	13.375	14.049	47.082

Notas Explicativas

US Libor	55	175	102	56	387
Cenário Remoto - Cenário Provável	101.473	203.184	146.784	87.344	538.786
CDI	74.829	152.316	83.808	38.820	349.774
IPCA	15.809	30.854	33.954	13.315	93.932
TJLP	10.724	19.665	28.818	35.098	94.305
US Libor	110	349	204	111	775

Controladora				
2011				
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	Total
Cenário Provável				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	40.566	56.746	97.312
Total vinculado a taxas de juros		40.566	56.746	97.312
Cenário Possível				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	44.964	111.515	156.479
Total vinculado a taxas de juros		44.964	111.515	156.479
Cenário Remoto				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	45.786	122.526	168.312
Total vinculado a taxas de juros		45.786	122.526	168.312
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros				
Cenário Possível – Cenário Provável		4.399	54.769	59.167
CDI		4.399	54.769	59.167
Cenário Remoto - Cenário Provável		5.221	65.780	71.001
CDI		5.221	65.780	71.001

Consolidada						
2011						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	286.999	431.219	252.831	136.754	1.107.803
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	74.230	141.696	119.292	130.211	465.429
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	63.251	113.726	90.248	93.751	360.976
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	99.334	106.260	47.298	15.018	267.910
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	11.941	18.280	9.804	2.716	42.742
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(6.911)	(9.642)	(4.953)	(1.894)	(23.399)
Total vinculado a taxas de juros		528.844	801.540	514.521	376.556	2.221.460
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	332.580	569.888	309.865	167.129	1.379.463
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	84.943	162.285	143.891	155.910	547.029
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	73.908	139.599	111.576	116.493	441.577
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	106.948	122.115	60.163	29.782	319.008
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	12.152	18.977	10.186	2.841	44.156

Notas Explicativas

Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(7.078)	(10.201)	(5.252)	(1.980)	(24.510)
Total vinculado a taxas de juros		603.455	1.002.663	630.430	470.175	2.706.723
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	372.902	659.561	364.036	197.393	1.593.891
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	94.505	181.846	166.670	183.711	626.732
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	84.421	165.236	132.827	138.956	521.440
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	109.860	136.045	72.842	45.636	364.382
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	12.363	19.674	10.568	2.965	45.570
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(7.244)	(10.760)	(5.551)	(2.066)	(25.622)
Total vinculado a taxas de juros		666.805	1.151.601	741.392	566.595	3.126.394
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		74.611	201.122	115.910	93.620	485.262
CDI		56.239	164.542	78.362	53.118	352.261
IPCA		10.713	20.588	24.599	25.700	81.600
TJLP		7.614	15.855	12.865	14.764	51.099
US Libor		45	138	83	38	303
Cenário Remoto - Cenário Provável		137.961	350.061	226.872	190.039	904.934
CDI		107.072	279.852	153.784	105.845	646.552
IPCA		20.274	40.149	47.378	53.500	161.302
TJLP		10.526	29.785	25.544	30.618	96.473
US Libor		89	275	166	76	606

(e) Risco de crédito

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Grupo de Telecomunicações não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Notas Explicativas

O risco de crédito em relação às contas a receber do Grupo de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia e suas controladas não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Iguatemi

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Grupo de Telecomunicações

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinarciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à sua forte posição financeira continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

A Oi e suas controladas possuem duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para

Notas Explicativas

cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 18, na seção “*Covenants*”.

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 22.

(i) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Oi.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Oi junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, foi firmado junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

Notas Explicativas

- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Remessa ao exterior

O governo argentino impôs exigências sobre pessoas físicas e jurídicas para a compra, bem como para remessas em moeda estrangeira e pagamentos ao exterior a partir de outubro de 2011, reduzindo a compra de dólares norte-americanos à taxa de câmbio oficial. Esta situação originou um mercado de câmbio não oficial para a compra de dólares a uma taxa muito acima da taxa de câmbio oficial e que tornará um benchmark para as operações nesta moeda. A variação entre estas taxas de câmbio foi de 8% registrados no início de janeiro para 38% no final de dezembro. Estas exigências podem criar problemas em relação as remessas ao exterior e pagamentos de dividendos oriundos das empresas argentinas do grupo de Contact Center e Cobrança.

(k) Gestão de capital

(k.1) da Companhia

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

(k.2) das Controladas

Iguatemi

Os objetivos da controlada direta Iguatemi ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa subtraído do montante de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos.

Grupo de Telecomunicações

Notas Explicativas

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o seu crescimento sustentado, seu plano de investimentos estratégicos e retorno aos seus acionistas.

A Oi poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração do Grupo de Contact Center e Cobrança procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado.

Adicionalmente, o Grupo de Contact Center e Cobrança administra sua estrutura de capital para garantir a continuidade de suas operações e maximizar o retorno aos acionistas, por meio da otimização de uso de instrumentos de dívida e de capital. A sua estrutura de capital é constituída por dívida, que inclui os empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio atribuível aos acionistas controladores que inclui emissão de capital, reservas e lucros retidos.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.818	2.461	7.693.361	7.716.065
Deduções da receita bruta				
Tributos	(401)	(349)	(1.602.533)	(1.665.828)
Outras deduções	-	-	(948.074)	(926.874)
	(401)	(349)	(2.550.607)	(2.592.702)
Receita líquida de vendas e/ ou serviços	2.417	2.112	5.142.754	5.123.363

Notas Explicativas

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	(8.543)	(6.118)	(937.179)	(844.900)
Depreciação e amortização	(1)	-	(906.978)	(977.056)
Interconexão	-	-	(663.662)	(728.903)
Serviços de terceiros	(686)	(948)	(644.431)	(662.750)
Serviço de manutenção da rede	-	-	(343.977)	(346.507)
Aluguéis e seguros	-	-	(309.867)	(288.619)
FISTEL ^(*)	-	-	(107.464)	(105.598)
Perdas sobre contas a receber	-	-	(89.410)	(146.660)
Custos de aparelhos e outros	-	-	(81.517)	(36.386)
Publicidade e propaganda	-	-	(79.158)	(90.768)
Materiais	-	-	(23.549)	(29.977)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	(20.607)	(18.680)
Outros custos e despesas	(7.908)	(9.180)	(137.125)	(105.884)
	(17.138)	(16.246)	(4.344.924)	(4.382.688)

Classificadas como:	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(456)	(1.212)	(3.215.513)	(3.242.492)
Despesas com vendas	-	-	(628.052)	(615.359)
Despesas gerais e administrativas	(16.682)	(15.034)	(501.359)	(524.837)
	(17.138)	(16.246)	(4.344.924)	(4.382.688)

^(*) Fistel - Fundode Fiscalização das Telecomunicações

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis (i)	-	-	228.653	1.056.205
Recuperação de tributos e despesas recuperadas (ii)	-	343	111.718	106.886
Aluguéis de infraestrutura operacional e outros	-	-	67.214	62.764
Multas	-	-	40.073	36.931
Serviços técnicos administrativos	-	-	17.841	19.125
Dividendos prescritos	154	-	11.394	28.675
Ganhos de participações	-	-	10.527	33.143
Outras receitas	9	230	29.425	75.977
	163	573	516.845	1.419.706

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outras despesas operacionais				
Tributos	-	-	(202.582)	(184.573)
Provisões/reversões	(2.050)	(1.241)	(88.439)	(119.175)
Participação dos empregados e administradores	(1.673)	(753)	(78.385)	(24.861)
Perda na alienação de ativo permanente	-	-	(16.008)	(21.216)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(10.825)	(4.378)
Custas processuais	-	-	(10.252)	(5.675)
Multas	-	-	(3.016)	(9.865)
Perdas de participação societária	-	-	(834)	-
Descontos concedidos	-	-	-	(10.441)
Despesas com cobrança	-	-	-	(7.506)
Outras despesas	(1)	-	(89.300)	(82.622)
	(3.724)	(1.994)	(499.641)	(470.312)

(i) Em 2012, o valor refere-se substancialmente ao ganho referente a venda de fração ideal do Shopping Center Boulevard Rio Iguatemi, conforme acordo firmado entre a controlada Iguatemi e a Ancar Ivanhoe em 06 de agosto de 2012.

Em 2011, o valor refere-se substancialmente ao ganho registrado pela controlada direta Jereissati Telecom, com a venda de 35% da EDSP75 para a Bratel Brasil S.A., subsidiária integral da PT.

(ii) O saldo de 2011 inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, no valor de R\$71 milhões (R\$10 milhões valor proporcional à participação indireta da Companhia), cuja contrapartida está na rubrica "Ativo relacionado aos fundos de pensão".

7. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Rendimentos de aplicações financeiras	29.097	29.509	228.718	327.588
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	406	1.134	127.108	112.798
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	-	-	94.856	37.200
Dividendos recebidos (i)	488	-	15.515	35.350
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	2.184	12.526	4.580	16.487
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	-	4.770	-
Juros sobre debêntures	-	9.796	-	-
Descontos financeiros obtidos	-	-	-	14.997
Outras receitas	-	289	32.838	2.530
	32.175	53.254	508.385	546.950

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(28.960)	(35.576)	(289.017)	(298.298)
Juros sobre debêntures	-	-	(252.088)	(235.131)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	-	(662)	(195.807)	(156.257)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(81)	(1.922)	(138.928)	(190.118)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(1.411)	(1.759)	(43.691)	(69.766)

Notas Explicativas

Atualização monetária de provisões	-	-	(42.856)	(62.471)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	-	-	(14.204)	(27.607)
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(17.098)	(20.103)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	-	-	(6.964)	(104.672)
Juros sobre usufruto de ações	-	-	(4.562)	(5.272)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	-	-	(3.583)	(6.744)
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	-	(19)	(336)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(2.536)	(36)	34.351	32.873
Outras despesas	(153)	(212)	(55.267)	(33.835)
	(33.141)	(40.167)	(1.029.733)	(1.177.737)
	(966)	13.087	(521.348)	(630.787)

- (i) Refere-se, substancialmente, a dividendos recebidos em 25 de maio de 2012, pela controlada indireta TMAR, e pagos pela PT de € 0,435 por ação, perfazendo o montante de € 38.998(R\$ 97.749) (R\$14.810 valor proporcional a participação indireta da Companhia no consolidado).
- (ii) Conforme Nota 3 (a).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tributos correntes	(3.907)	(218.892)	(177.572)
Tributos diferidos	-	152.878	120.737
Total	(3.907)	(66.014)	(56.835)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado antes dos impostos e das participações	74.218	782.543	293.686	1.051.357
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL		-	(235.254)	(63.627)
Total do resultado tributável	74.218	782.543	58.432	987.730

IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)

	(25.234)	(266.065)	(19.867)	(335.828)
--	----------	-----------	----------	-----------

Ajustes para apuração da alíquota efetiva:

Notas Explicativas

Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	27.109	20.307
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	185	(442)	(36.522)	285.917
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	-	(5.569)	(663)	(5.561)
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	31.778	266.904	-	(2.695)
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	(5.841)	-	(38.341)	(31.299)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)	-	-	2.211	4.325
Baixa de ativo fiscal diferido relacionado a reestruturação societária	-	-	-	(24.959)
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	-	1.689	871	14.982
Outros	(888)	(424)	(812)	17.976
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	-	(3.907)	(66.014)	(56.835)
Alíquota efetiva	-	0,50%	112,98%	5,75%

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada indireta TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões, aplicação no FINOR, receita de usufruto de ações, atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	18	13	73.782	86.731

Notas Explicativas

Equivalentes de caixa	-	305.747	1.638.873	3.075.051
Total	18	305.760	1.712.655	3.161.782

	Controladora		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012
Fundos de investimentos exclusivos	305.747	1.485.750	2.628.651	
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	144.735	232.463	
Operações compromissadas	-	4.249	945	
<i>Time Deposits</i>	-	3.481	178.860	
Nota de Cupom Cambial	-	-	23.944	
Outros	-	658	10.188	
Equivalentes de caixa	305.747	1.638.873	3.075.051	

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2012	2011	2012
Fundos de investimento exclusivos	315.421	929.049	332.284	
Títulos privados	-	48.401	38.850	
Outras aplicações	-	21.524	29.778	
Aplicações financeiras	315.421	998.974	400.912	
Circulante	315.421	972.148	360.227	
Não circulante	-	26.826	40.685	

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos públicos	-	72.296	477.289	386.512
Operações compromissadas	-	-	466.967	763.364
Títulos privados	-	107.229	297.993	340.898
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	70.967	108.287	925.488
Time Deposits	-	-	51.639	13.750
Outros	-	55.255	83.575	198.639
Títulos classificados em equivalentes de caixa	-	305.747	1.485.750	2.628.651
Títulos públicos	100.126	-	540.157	286.856
Títulos privados	118.504	-	212.959	-
CDB – Certificado de Depósito Bancário	68.831	-	123.694	9.656
Time Deposits	-	-	-	35.586
Bonds	-	-	-	186
Outros	27.960	-	52.239	-

Notas Explicativas

Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>315.421</u>	<u>-</u>	<u>929.049</u>	<u>332.284</u>
Fundos de investimentos exclusivos	<u>315.421</u>	<u>305.747</u>	<u>2.414.799</u>	<u>2.960.935</u>

A Companhia e determinadas controladas direta e indireta possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços faturados	207	6	828.972	741.290
Serviços a faturar	-	-	323.031	336.426
Aparelhos e acessórios vendidos	-	-	87.031	55.789
Venda de imóveis	-	-	77.401	46.650
Aluguéis a receber	-	-	69.754	57.396
Co-participação a receber	-	-	32.855	25.858
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(124.073)	(156.804)
Total	<u>207</u>	<u>6</u>	<u>1.294.971</u>	<u>1.106.605</u>
Circulante	207	6	1.231.939	1.077.659
Não circulante	-	-	63.032	28.946

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2012</u>	<u>%</u>	<u>2011</u>	<u>%</u>
A faturar	323.031	22,8%	336.426	26,6%
A vencer	686.126	48,4%	517.040	40,9%
A receber de outros provedores	110.874	7,8%	129.021	10,2%
Vencidas até 60 dias	192.938	13,6%	163.331	12,9%
Vencidas de 61 a 90 dias	25.405	1,8%	26.074	2,1%
Vencidas de 91 a 120 dias	19.810	1,4%	23.890	1,9%
Vencidas de 121 a 150 dias	17.150	1,2%	20.713	1,6%
Vencidas de 151 a 180 dias	43.710	3,0%	46.914	3,8%
Total	<u>1.419.044</u>	<u>100%</u>	<u>1.263.409</u>	<u>100%</u>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

Saldo em 01/01/2011	<u>(210.421)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(89.496)

Notas Explicativas

Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	143.113
Saldo em 2011	(156.804)
Aumento por Reorganização Societária	5.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78.153)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	105.045
Saldo em 2012	(124.073)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2012	2011	2012	2011
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	4.962	4.291	144.275	85.787
CS a recuperar (i)	28	-	51.027	35.810
Impostos retidos na fonte- IR/CS (ii)	-	-	108.984	87.238
Outros tributos correntes	10	-	7.046	3.173
	<u>5.000</u>	<u>4.291</u>	<u>311.332</u>	<u>212.008</u>
Tributos diferidos a recuperar				
IR - sobre diferenças temporárias (v)	-	-	290.038	468.343
CS sobre diferenças temporárias (v)	-	-	83.018	145.388
IR sobre prejuízos fiscais (v)	-	-	173.567	194.541
CS sobre base negativa (v)	-	-	82.288	85.613
Provisão para perdas de recuperabilidade (v)	-	-	-	(827)
Outros tributos diferidos (vi)	4.615	-	54.215	67.254
	<u>4.615</u>	<u>-</u>	<u>683.126</u>	<u>960.312</u>
Circulante	5.000	4.291	311.332	212.008
Não circulante	4.615	-	683.126	960.312
Adições temporárias por natureza:				
Provisões	-	-	310.558	345.642
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	-	-	93.555	98.076
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	-	-	29.877	33.236
Variação cambial	-	-	41.892	29.828
Provisões Diversas	-	-	-	3.526
Participação nos lucros	-	-	22.714	2.990
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	-	25.205	21.382
Convergência ao IFRS - RTT:				
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	36.377	35.587
Subsídios e Fistel	-	-	8.100	9.354
Desmobilização de ativo	-	-	3.466	3.508
Reconhecimento de receita	-	-	2.127	7.486
Gastos pré-operacionais	-	-	-	4.768
Amortização diferida RTT	-	-	1.608	-
Contabilidade de "hedge"	-	-	(10.865)	(50)

Notas Explicativas

Ganho na alienação de investimento	-	-	(1.954)	-
Outros	-	-	7.030	18.398
	-	-	569.688	613.731

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	-	-	122.621	75.298
CS a pagar	-	12	56.799	32.220
Outros	253	231	19.651	13.360
Circulante	253	243	199.071	120.878

Tributos diferidos				
IR diferido	-	-	-	340.694
CS diferido	-	-	-	121.953
IR sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)	-	-	(219.091)	-
CS sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)	-	-	(78.873)	-
IR sobre diferenças temporárias (v)	-	-	(149.087)	-
CS sobre diferenças temporárias (v)	-	-	(47.546)	-
IR sobre prejuízos fiscais (v)	-	-	(70.367)	-
CS sobre base negativa (v)	-	-	(23.054)	-
IR Diferido - mais valia (iv)	-	-	492.428	-
CS Diferido - mais valia (iv)	-	-	173.962	-
Outros	-	-	5.466	4.678
Não circulante	-	-	83.838	467.325

Adições temporárias por natureza:

Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios	-	-	-	432.535
Outras diferenças temporárias	-	-	48.661	34.790
Efeito tributário da Reorganização Societária, líquidos de créditos fiscais incorporados	-	-	35.177	-

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Oi incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Oi registrados pelas empresas incorporadas em virtude da Reorganização Societária ocorrida no decorrer do exercício de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2012 a 2034.

Notas Explicativas

- (iv) Em decorrência da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, a Oi incorporou os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos (passivos) calculados sobre a mais valia de ativos imobilizados e intangíveis, apurada quando da aquisição do controlada Brasil Telecom S.A. na época.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2012, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros no montante de R\$24.775 (31/12/2011 - R\$18.934). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R\$857.077 (31/12/2011 - R\$897.727) (valores não proporcionalizados).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, líquidos da provisão reconhecida:

	<u>Consolidado</u>
Até 31 de dezembro de:	
2013	146.125
2014	186.251
2015	99.534
2016	107.260
2017	81.865
2018 a 2020	<u>297.928</u>
Total	<u>918.963</u>

- (vi) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Saldo em 2011	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Adições/ Compensações	Transf. SD inici. Do passivo diferido p/ Ativo diferido	Reconhecido o no resultado financeiro	Saldo em 2012
------------------	--	---	--------------------------	---	--	------------------

Notas Explicativas**Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:**

Provisão de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	21.382	3.823	-	-	-	-	25.205
Provisão para participação nos lucros	2.990	19.724	-	-	-	-	22.714
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	33.236	(3.359)	-	-	-	-	29.877
Provisões	345.642	(35.084)	-	-	-	-	310.558
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	98.076	(4.521)	-	-	-	-	93.555
Variações Cambiais	29.828	12.064	-	-	-	-	41.892
Provisões Diversas	3.526	-	-	-	-	-	3.526
Outras adições / exclusões temporárias	18.398	18.802	-	3.821	-	-	41.021
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	35.587	790	-	-	-	-	36.377
Subsídios e Fistel	9.354	(1.254)	-	-	-	-	8.100
Gastos pré operacionais	4.768	(4.768)	-	-	-	-	-
Reconhecimento de receita	7.486	(5.359)	-	-	-	-	2.127
Desmobilização de ativo	3.508	(42)	-	-	-	-	3.466
Contabilidade de "hedge"	(50)	1	(10.816)	-	-	-	(10.865)
Provisão para perda no valor recuperável de impostos e contribuições	(827)	827	-	-	-	-	-
Ágio incorporado	-	(32.668)	276.437	-	54.196	-	297.965
Ganho na alienação de investimentos	-	(1.954)	-	-	-	-	(1.954)
Amortização diferida RTT	-	1.608	-	-	-	-	1.608
IR sobre prejuízos fiscais	194.541	49.393	-	-	-	-	243.934
CS sobre base negativa	85.613	19.729	-	-	-	-	105.342
Outros tributos diferidos	67.253	6.588	-	(30.650)	-	11.025	54.216
Tributos Diferidos sob combinação de negócios BRT	-	41.118	-	-	-	-	41.118
Efeito tributário da Reorganização Societária	(467.325)	47.463	-	-	(330.632)	-	(750.494)
Total	492.986	132.921	265.621	(26.829)	(276.436)	11.025	599.288
Ativo não circulante	960.311	-	-	(277.185)	-	-	683.126
Passivo não circulante	(467.325)	-	-	383.487	-	-	(83.838)
Total	492.986	-	-	106.302	-	-	599.288

12. OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2011	2012	2011	2011
ICMS a recuperar (i)	-	297.878	-	266.611
PIS/COFINS	-	27.643	-	21.043
Impostos retidos na fonte	-	387	-	13.138
PAES a recuperar	-	-	-	1.413
Outros	2	23.502	-	7.649
Total	2	349.410	-	309.854
Circulante	2	234.271	-	224.360
Não circulante	-	115.139	-	85.494

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
PIS/COFINS	-	-	268.222	219.923
ICMS	-	-	210.749	180.434
FUST/FUNTTTEL/Radio difusão	-	-	107.720	99.650
ICMS Convênio Nº 69/1998	-	-	66.880	63.543
Impostos retidos na fonte	-	-	30	5.795
Outros	249	391	22.548	26.060
Total	249	391	676.149	595.405
Circulante	-	-	338.203	313.968
Não circulante	249	391	337.946	281.437

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis	-	-	1.210.481	956.397
Tributários	2	2	271.303	321.662
Trabalhistas	3.484	3.429	352.909	289.464
Bloqueios judiciais	-	-	47	45.069
Total	3.486	3.431	1.834.740	1.612.592
Circulante	-	-	316.083	343.768
Não circulante	3.486	3.431	1.518.657	1.268.824

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS**(a) Investimentos**

	Controladora	Consolidado
--	---------------------	--------------------

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	1.662.343	1.578.982	-	-
Custo de aquisição (i)	-	-	8.295	6.713
Incentivos fiscais, Líquidos das provisões para perdas	-	-	3.589	3.651
Propriedade para investimento	-	-	2.183.462	1.845.554
Outros investimentos	978	979	1.726	1.444
	<u>1.663.321</u>	<u>1.579.961</u>	<u>2.197.072</u>	<u>1.857.362</u>

- (i) Inclui substancialmente no saldo consolidado, o investimento da controlada indireta TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. A controlada indireta TMAR mantém participação de 19,04% na investida e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>
	<u>Iguatemi</u>	<u>Jereissati Telecom</u>	<u>BRIO</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2011	788.539	151.274	-	939.813	13.290
Subscrição / Aquisições de ações	43.705	-	-	43.705	-
Resultado de equivalência patrimonial	81.930	703.081	-	785.011	-
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(7.599)	-	-	(7.599)	-
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	4.417	653	-	5.070	-
Variações de ações em tesouraria reflexa	(3.535)	71	-	(3.464)	-
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	49	-	49	-
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(8.091)	-	(8.091)	-
Dividendos de controladas	(22.400)	(150.803)	-	(173.203)	-
Outros	(2.100)	(209)	-	(2.309)	(1.482)
Saldo em 31/12/2011	882.957	696.025	-	1.578.982	11.808
Subscrição / Aquisições de ações	4.940	-	1.375	6.315	-
Resultado de equivalência patrimonial	150.674	(56.911)	(297)	93.466	-
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(2.268)	-	-	(2.268)	-
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	2.448	(7.338)	-	(4.890)	-
Variações de ações em tesouraria reflexa (*)	2.969	(84.151)	-	(81.182)	-
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	2.635	-	2.635	-
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	15.848	-	15.848	-
Aumento investimento com reorganização societária	-	100.748	-	100.748	-
Dividendos de controladas	(46.842)	-	-	(46.842)	-
Outros	(126)	-	(343)	(469)	1.802
Saldo em 31/12/2012	994.752	666.856	735	1.662.343	13.610

(*) Substancialmente refere-se a participação indireta da Companhia sobre as ações em tesouraria da Oi originadas dos eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

Notas Explicativas

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Oi e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Oi naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Oi e as ações então detidas pela TNL da Oi, em decorrência da incorporação da Coari na Oi, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

A posição das ações em tesouraria da Oi é a seguinte:

	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	Valor	Ações preferenciais ⁽¹⁾	Valor
Saldo em 01/01/2012			13.231	149.643
Ações canceladas no processo de Reorganização Societária, item (i) acima	-	-	(13.231)	(149.643)
Ações registradas na Reorganização Societária, item (ii) acima	24.648	93.491		
Ações reembolsadas aos acionistas dissidentes, item (iii) acima	59.539	786.647	72.158	1.221.678
Outros	64	241	650	2.467
Saldo em 31/12/2012	84.251	880.379	72.808	1.224.145
Valor proporcional à participação indireta da Companhia		36.877	51.276	88.153

⁽¹⁾ Quantidade em milhares de ações

Participações avaliadas pela equivalência patrimonial:

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		2012	
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi (i)	1.773.112	823.859	150.550	88.824	-	56,1021	56,1021	994.752	150.674
Jereissati Telecom	840.186	226.047	(71.703)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	666.856	(56.911)
BRIO	1.335	1.875	(540)			55,0000		735	(297)
								1.662.343	93.466

(i) Cálculo excluindo ações em tesouraria

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		2011	
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi (i)	1.578.694	823.859	151.938	44.167	-	55,9296	55,9296	882.957	81.930
Jereissati Telecom	876.937	226.047	885.828	269.674	161.942	79,3700	80,0990	696.025	703.081
								1.578.982	785.011

(i) Cálculo excluindo ações em tesouraria

Informações das controladas consolidadas proporcionalmente

A partir de 2012, devido a reorganização societária (Nota1), para fins das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, estão proporcionalizadas e incluídas nas demonstrações contábeis da controlada indireta EDSP75, as principais rubricas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas das controladas indiretas Telemar, Oi, CTX, Alium e Oi (participação direta através da Jereissati Telecom).

Notas Explicativas

Para fins de resultado consolidado, estão proporcionalizadas e incluídas nas demonstrações contábeis da controlada indireta EDSP75, as principais rubricas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, TMAR, CTX e Privatinvest; e TNL (participação direta através da Jereissati Telecom).

Em 2011, as principais rubricas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, TMAR, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas demonstrações financeiras das controladas indiretas EDSP75 e TNL (participação direta através da Jereissati Telecom).

Informações das controladas consolidadas integralmente

	<u>Jereissati Telecom</u>		<u>Iguatemi</u>		<u>Brio</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>
Ativo					
Ativo circulante	3.685.773	4.552.746	1.084.865	837.686	1.486
Não circulante					
Realizável a longo prazo	2.590.800	2.579.952	182.784	94.162	-
Demais não circulantes	6.704.886	6.790.608	2.315.241	1.975.868	9
	<u>12.981.459</u>	<u>13.923.306</u>	<u>3.582.890</u>	<u>2.907.716</u>	<u>1.495</u>
Passivo					
Circulante	2.880.628	3.066.439	322.203	252.979	160
Não circulante	7.258.432	7.185.607	1.487.418	1.075.876	-
Participações dos acionistas não controladores	2.002.213	2.794.323	157	167	-
Patrimônio líquido	840.186	876.937	1.773.112	1.578.694	1.335
	<u>12.981.459</u>	<u>13.923.306</u>	<u>3.582.890</u>	<u>2.907.716</u>	<u>1.495</u>
Demonstrações dos resultados dos exercícios					
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>
Receitas líquidas de serviços e produtos	4.731.937	4.793.332	410.521	329.522	-
Custo dos serviços e produtos	(3.097.796)	(3.156.262)	(117.261)	(85.018)	-
Despesas com vendas	(628.052)	(615.359)	-	-	-
Despesas administrativas	(419.966)	(443.089)	(66.744)	(68.583)	(441)
Despesas financeiras líquidas	(471.157)	(622.997)	(49.225)	(20.877)	-
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(117.485)	917.585	138.578	33.372	(99)
Resultado de equivalência patrimonial	2.438	(6.541)	-	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(18.453)	(16.507)	(47.561)	(36.421)	-
Operações descontinuadas	49	(4.929)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(18.485)</u>	<u>845.233</u>	<u>268.308</u>	<u>151.995</u>	<u>(540)</u>

Informações das controladas consolidadas proporcionalmente

<u>EDSP75</u>		<u>Oi (2011-TNL)</u>	
<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>

Notas Explicativas

Ativo				
Ativo circulante	3.412.709	4.263.224	17.740	26.058
Não circulante				
Realizável a longo prazo	2.693.501	2.678.253	13.751	15.954
Demais não circulantes	6.649.701	6.732.033	33.778	39.847
	12.755.911	13.673.510	65.269	81.859
Passivo				
Circulante				
Circulante	2.861.508	3.026.694	14.320	17.390
Não circulante				
Participações dos acionistas não controladores	2.004.609	2.786.379	-	11.236
Patrimônio líquido	749.582	796.561	16.636	13.730
	12.755.911	13.673.510	65.269	81.859
	2012	2011	2012	2011
Demonstrações dos resultados dos exercícios				
Receitas líquidas de serviços e produtos	4.709.258	4.764.923	22.679	28.409
Custo dos serviços e produtos	(3.084.730)	(3.139.222)	(12.776)	(16.501)
Despesas com vendas	(623.682)	(610.172)	(4.370)	(5.187)
Despesas administrativas	(401.599)	(422.570)	(2.709)	(3.141)
Despesas financeiras líquidas	(490.923)	(642.238)	(2.068)	(3.504)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(115.995)	(109.381)	(274)	(576)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(16.595)	16.765	(66)	113
Operações descontinuadas	49	(4.929)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(24.217)	(146.824)	416	(387)

(b) Propriedade para investimentosAo custo

	Vida útil média remanescente em anos	Consolidado	
		2012	2011
Terrenos		375.196	400.871
Edificações, instalações e outros	38 a 60 (*)	1.996.154	1.603.255
Depreciação acumulada		(260.086)	(228.791)
		2.111.264	1.775.335
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP	38 a 60 (*)	28.811	28.811
Depreciação acumulada		(1.488)	(1.292)
		27.323	27.519

Notas Explicativas

Aquisição de 100% da Solway	38 a 60 (*)	30.058	30.058
Depreciação acumulada		<u>(3.233)</u>	<u>(2.851)</u>
		26.825	27.207
Subscrições de ações da Wtorre Iguatemi	38 a 60 (*)	8.240	5.433
Depreciação acumulada		<u>(23)</u>	<u>-</u>
		8.217	5.433
Aquisição de 65,14% da RAS	38 a 60 (*)	10.289	10.289
Depreciação acumulada		<u>(456)</u>	<u>(229)</u>
		9.833	10.060
		<u>2.183.462</u>	<u>1.845.554</u>

(*) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento foi determinada a partir do histórico e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela controlada direta Iguatemi.

(**) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para a construção do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto ("SCIRP") e capitaliza ao custo do ativo os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Até 31 de dezembro de 2012 a controlada Iguatemi capitalizou o montante de R\$4.447 no consolidado (R\$5.780 em 2011).

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	1.845.554	1.399.973
Adições	453.577	463.975
Baixas (*)	(83.546)	(17)
Transferências	-	3.943
Depreciações	<u>(32.123)</u>	<u>(22.320)</u>
Saldo final	2.183.462	1.845.554

(*)Inclui a baixa referente a participação de 68,87% da propriedade do Shopping Center Iguatemi Rio, bem como, a baixa do terreno de Votorantim.

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2012, era como segue:

Notas Explicativas

	2012			2011		
	Shoppings em operação (*)	Shoppings anunciados	Total	Shoppings em operação	Shoppings anunciados	Total
Valor justo	5.315.710	801.659	6.117.369	4.259.380	959.036	5.218.416
Área bruta locável própria (mil m ²)	279,4	151,0	430,4	277,6	173,6	451,2

(*) Este saldo não contempla a propriedade do Shopping Center Boulevard Rio Iguatemi.

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do “guidance”).

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

Taxa de desconto real	8,5% - 11% a.a.
Taxa de crescimento real na perpetuidade	2% - 2,5% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

15. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Obras em Andamento	Equipamentos de Comutação Automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infra-estrutura	Prédios	Outros Ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 2011	567.252	2.104.877	4.418.996	3.541.496	614.992	645.626	11.893.239
Aumento (Redução) por Reorganização Societária	(22.283)	(84.971)	(173.235)	(142.952)	(24.401)	(20.245)	(468.087)
Adições	483.886	41.427	248.831	64.019	25.136	31.166	894.465
Baixas	(25.826)	(1.312)	(18.977)	(49.005)	(15.849)	(23.483)	(134.452)
Transferências	(378.232)	37.317	213.622	92.748	3.095	46.875	15.425
Transferências para ativos mantidos para venda (i)	-	-	-	(4.575)	(67.877)	-	(72.452)
Saldo em 2012	624.797	2.097.338	4.689.237	3.501.731	535.096	679.939	12.128.138
Depreciação acumulada							
Saldo em 2011	-	(1.758.016)	(2.837.300)	(2.747.224)	(377.404)	(386.014)	(8.105.958)
Aumento (Redução) por Reorganização Societária	-	70.970	110.951	110.891	14.932	14.134	321.878
Despesas de depreciação	-	(62.082)	(332.486)	(106.220)	(24.357)	(52.365)	(577.510)
Baixas	-	623	12.111	27.771	10.202	16.647	67.354

Notas Explicativas

Transferências	-	12	495	-	134	(3.141)	(2.500)
Transferências para ativos mantidos para venda (i)	-	-	-	3.084	45.251	-	48.335
Saldo em 2012	-	(1.748.493)	(3.046.229)	(2.711.698)	(331.242)	(410.739)	(8.248.401)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2011	567.252	346.861	1.581.696	794.272	237.588	259.612	3.787.281
Saldo em 2012	624.797	348.845	1.643.008	790.033	203.854	269.200	3.879.737
Taxa anual de depreciação (média)		11,%	10%	7%	6%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

- (i) Em reunião do Conselho de Administração da Oi, realizada em 26 de setembro de 2012, foi aprovada alienação de 41 imóveis/estabelecimentos de sua propriedade e de suas subsidiárias. Em conformidade com os requerimentos do CPC 31 – IFRS 5, os imóveis foram transferidos para o “Ativo não circulante mantido para venda” e estão apresentados por seus valores contábeis uma vez que seus valores justos, menos as despesas de venda, superam os valores contábeis. Adicionalmente, os referidos imóveis possuem características administrativas e não possuem fluxos de caixa distintos do restante da Oi, razão pelo qual não são apresentados fluxos de caixa e operações descontinuadas desses ativos.

Informações adicionais (valores não proporcionalizados)

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Oi, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo residual dos bens reversíveis no consolidado é de R\$6.652.317 (2011 – R\$7.435.360), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$324.135 (2011 – R\$268.686) no consolidado, na taxa média de 10% a.a.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado								
	Ágio ("Goodwill")	Sistemas de processamento de dados	Licenças Regulatórias	Marcas e Patentes ⁽¹⁾	Outros ativos	Carteira de Clientes ⁽¹⁾	Concessão	Intangível em formação	Total
Custo do intangível									
Saldo em 2011	197.773	704.062	2.810.230	20.974	96.803	87.065	599.561	-	4.516.468
Aumento (Redução) por Reorganização Societária	(543)	(26.074)	(119.327)	(811)	(44.209)	(6.534)	-	40.130	(157.368)
Adições	13.168	57.893	59.631	33	47.857	-	-	47.006	225.587
Baixas	-	(5.696)	581	-	(580)	-	-	(12.060)	(17.755)
Transferências	-	40.352	(1.150)	(74)	(3.125)	3.377	-	(31.139)	8.241
Saldo em 2012	210.398	770.536	2.749.965	20.122	96.746	83.908	599.561	43.937	4.575.173

Notas Explicativas

Amortização acumulada								
Saldo em 2011	(16.865)	(464.040)	(630.510)	(1.275)	(23.931)	(60.611)	(210.826)	(1.408.058)
Aumento (Redução) por Reorganização Societária	79	18.416	31.925	76	1.188	6.534	-	58.218
Despesas de amortização	-	(82.346)	(165.079)	(512)	(19.263)	(2.387)	(27.757)	(297.344)
Transferências	-	(950)	(20)	16	375	(124)	-	(704)
Baixas	(1.679)	2.302	-	414	(369)	214	-	882
Saldo em 2012	(18.465)	(526.619)	(763.684)	(1.281)	(42.000)	(56.374)	(238.583)	(1.647.006)
Intangível líquido								
Saldo em 2011	180.908	240.022	2.179.720	19.699	72.872	26.454	388.735	3.108.410
Saldo em 2012	191.933	243.917	1.986.281	18.841	54.746	27.534	360.978	2.928.167
Taxa anual de amortização (média)	-	20%	7,44%	-	19,71%	40%	4,88%	

- (i) Inclui a parcela do ágio alocada nas aquisições realizadas durante o período de 2011 da controlada indireta Contax Participações e suas controladas.

Ágios (“Goodwill”)

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$14.025 (R\$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R\$89.608 (R\$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1).

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em 24 de abril de 2008 a controlada indireta LF Tel adquiriu 176.365.295 ações da CTX de propriedade da Lexpart pelo valor de R\$12.500, registrando um ágio no montante de R\$8.505, fundamentado na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, apresentando valor residual de R\$8.292. O saldo remanescente do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 01 (R1).

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 1 de julho de 2011 a controlada indireta Contax Participações, por meio de incorporações, adquiriu o controle integral da Dedic GPTI. O valor de mercado da operação foi de R\$118.097 sendo R\$31.396 referente ao ágio fundamentado no valor econômico em função de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada).

Em 18 de maio de 2011 foi concluída a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, pelo montante de R\$246.262, dos quais R\$161.978, refere-se a ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada).

Em setembro de 2010, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Ability

Notas Explicativas

Comunicação Integrada Ltda. (“Contax Ability”), gerando um ágio no valor de R\$74.365, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio. Em dezembro de 2010, a controlada indireta Contax transferiu o controle da Ability para a controlada indireta Contax Participações, através de uma cisão parcial. Neste processo foi transferido para a controlada indireta Contax Participações o valor do ágio líquido do crédito tributário no valor de R\$49.081. O valor de R\$25.284 foi reconhecido na Ability como imposto de renda e contribuição social diferidos.

Intangíveis de vida útil indefinida

A Oi e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) alocados nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) de TV e Meios de pagamento e valores de marcas e patentes alocados na UGC de Provedor de internet RII.

Em dezembro de 2012 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 22,5% para TV, 8,5% para Meios de pagamento e 33,1% para provedor de internet RII, taxa de desconto de 11,8% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

<u>Unidade Geradora de Caixa (UGC)</u>	<u>Saldo dos ativos</u>	<u>Ágio (“goodwill”) alocado à UGC</u>	<u>Base para avaliação do valor recuperável</u>	<u>Valor em uso</u>
TV	8.833	5.670	14.507	695.003
Meios de pagamento	6.058	5.447	11.505	15.266
Provedor de internet RII	6.260	17.416	23.676	341.142
Total	21.151	28.533	49.688	1.051.411

Licenças regulatórias

<u>Concessão / Autorização</u>	<u>Assinatura do termo</u>	<u>Prazo do termo</u>	<u>Custo de aquisição</u>
Radiofrequências e SMP BrT Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	28.807
Radiofrequências e SMP BrT Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	4.306
Radiofrequências e SMP BrT Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	73.444
Radiofrequências e SMP BrT Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	161
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	165.773
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	9.943
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	6.802
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	19.722
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	130.424
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	19.077

Notas Explicativas

Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	1.334
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	588
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	2.507
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	80
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	263
Valor justo das licenças STFC da aquisição de controle da BrT	08/01/2009	31/12/2025	2.177.806
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	34.603
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz) (i)	30/06/2012	30/06/2027	55.485
Outras licenças			18.840
Total			<u><u>2.749.965</u></u>

- (i) Aquisição de radiofrequência nas subfaixas de 2,5GHz (4G) e 450 MHz conforme detalhado na Nota 20. Os lotes adquiridos são compostos de:
- Subfaixa V2, na frequência 2,5 GHz (FDD) com abrangência nacional e banda de 10+10 MHz;
 - Subfaixa P, com lotes nas áreas regionais 11, 43, 51, 53, 71, 81, 88, 94, 95 e 96, na frequência 2,5 GHz (FDD) e banda de 10+10 MHz, e
 - Subfaixa de 450 MHz para a região Centro-Oeste e o estado do Rio Grande do Sul com banda de 7+7 MHz.

Concessão

O excesso pago em relação aos ativos líquidos das controladas indiretas Telemar, TNL e TMAR, anteriormente classificada como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), é classificado como intangível. Durante o exercício de 2001 a controlada indireta TMAR implementou o Plano Geral de Metas de Universalização, estabelecida pela ANATEL, o que lhe assegurou, entre outros, o direito de prorrogação da concessão até dezembro de 2025. Com base nesse novo cenário a Administração decidiu adequar a amortização desse ágio até a data que expirará a concessão, conforme previsto no ICPC 09.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecedores de:				
Materiais de infraestrutura e rede	-	-	154.494	387.407
Aluguel de postes e direito de passagem	-	-	135.397	2.348
Repasse (interconexão e "cobilling")	-	-	117.829	138.612
Serviços	-	-	86.392	6.781
Manutenção de planta	-	-	68.499	39.642
Estoques de aparelhos e "simcards"	-	-	44.430	12.979
Tecnologia da informação	-	-	36.429	18.577
Comissões de vendas	-	-	13.006	25.057
"Call center"	-	-	5.328	2.011

Notas Explicativas

Aluguel de espaço físico e equipamentos	-	-	3.851	134
Outros	106	188	75.692	156.066
Total	106	188	741.347	789.614

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(*inclui debêntures, ações preferenciais resgatáveis e ações em usufruto*)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Financiamentos	334.830	303.153	4.875.572	4.287.452
Debêntures	-	-	2.708.768	2.511.791
Juros provisionados sobre debêntures	-	-	160.889	135.898
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	6.262	8.922	159.309	131.845
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	114.332	135.119
Usufruto de ações	-	-	42.964	51.871
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais	-	-	41.678	38.956
Juros sobre usufruto de ações	-	-	917	4.803
Arrendamento mercantil	-	-	442	332
Notas promissórias	-	-	-	52.267
Juros sobre notas promissórias	-	-	-	2.358
Subtotal	<u>341.092</u>	<u>312.075</u>	<u>8.104.871</u>	<u>7.352.692</u>
Custos de transação incorridos	-	-	(97.445)	(94.659)
Total	<u>341.092</u>	<u>312.075</u>	<u>8.007.426</u>	<u>7.258.033</u>
Circulante	113.737	-	953.414	1.093.155
Não circulante	227.355	312.075	7.054.012	6.164.878

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	2012	2011	2012	2011	
BNDES					
Moeda nacional	-	-	1.426.883	1.277.502	Jan/2013 a Dez/2018
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	156.010	174.075	Dez/2018
Instituições financeiras					
Moeda nacional	341.092	312.075	1.582.390	1.685.533	
CCB	-	-	479.211	501.058	Jan/2013 a Jan/2028
CRI	-	-	204.698	264.912	Jan/2013 a Ago/2022
"Senior Notes"	-	-	171.028	178.075	Jan/2013 a Set/2016
Outros	341.092	312.075	727.453	741.488	Jan/2013 a Dez/2033
Moeda estrangeira	-	-	2.008.249	1.431.338	
"Senior Notes"	-	-	1.376.799	860.851	Jan/2013 a Out/2020
Linhas de crédito de ECA	-	-	620.362	446.599	Jan/2013 a Ago/2020
Outros	-	-	11.088	123.888	Jan/2013 a Fev/2014
Debêntures	-	-	2.869.657	2.647.689	Jan/2013 a Mai/2022
Usufruto de ações	-	-	43.881	56.674	Mai/2026
Instituições não financeiras	-	-	17.359	22.608	

Notas Explicativas

Arrendamento mercantil	-	-	442	332
Notas promissórias	-	-	-	54.625
Empréstimos com pessoas ligadas	-	-	-	2.316
Subtotal	341.092	312.075	8.104.871	7.352.692
Custos de transação incorridos	-	-	(97.445)	(94.659)
Total	341.092	312.075	8.007.426	7.258.033
Circulante	113.737	-	953.414	1.093.155
Não circulante	227.355	312.075	7.054.012	6.164.878

Sigla:

ECA - "Export Credit Agency" (Agência de crédito à exportação)

CCB - Cédula de Crédito Bancário

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Custos de transações por natureza

	Consolidado	
	2012	2011
BNDES		
Moeda nacional	988	644
Instituições financeiras		
Moeda estrangeira	64.397	64.831
Moeda nacional	23.434	21.601
Debêntures	8.310	7.218
Usufruto de ações	316	365
Total	97.445	94.659
Circulante	16.376	15.288
Não circulante	81.069	79.371

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reais	341.092	312.075	6.004.506	5.816.172
Dólar Norte-Americano	-	-	1.631.198	1.072.677
Euro	-	-	301.618	282.568
UMBNDDES - Cesta de Moedas do BNDES	-	-	70.104	86.616
Total	341.092	312.075	8.007.426	7.258.033

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
CDI	341.092	312.075	2.922.251	2.992.833

Notas Explicativas

Pré fixado	-	-	2.031.226	1.559.461
TJLP	-	-	1.370.449	1.218.003
IPCA	-	-	1.101.219	958.445
Libor	-	-	570.729	516.897
INPC	-	-	10.107	10.528
IGP - DI	-	-	1.445	1.866
Total	<u>341.092</u>	<u>312.075</u>	<u>8.007.426</u>	<u>7.258.033</u>

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo, líquidas do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	-	912.022
2015	113.678	948.018
2016	113.677	1.293.941
2017	-	1.310.565
2018 e exercícios seguintes	-	2.589.466
Total	<u>227.355</u>	<u>7.054.012</u>

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	<u>Consolidado</u>
2013	14.658
2014	15.075
2015	13.304
2016	11.484
2017 e exercícios seguintes	26.548
Total	<u>81.069</u>

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

(a) Empréstimos, financiamentos, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Linhas de crédito ECA

Companhia

A Companhia possui vigente o contrato de financiamento com o Banco Bradesco S.A. celebrado no ano de 2008.

Iguatemi

Em 09 de novembro de 2012, a CSC 41Participações Ltda., contratou um financiamento com o

Notas Explicativas

BNDES, no valor de R\$117.312, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. O financiamento tem taxa para o sub-crédito “A” de juros incidente de 2,26% a.a., acima da TJLP+1% totalizando 8,26% a.a.; sobre obra civil e instalações, para o sub-crédito “B” a taxa é de IPCA + 2,26% a.a.; sobre obra civil e instalações, para o sub-crédito “C” a taxa é 2,5% a.a.; para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, para o sub-crédito “D” a taxa é TJLP, para investimentos sociais. A carência é de 36 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 31 de dezembro de 2012 tinham sido liberados R\$58.743.

Em 16 de agosto de 2012 a controlada direta Iguatemi celebrou um aditamento do contrato celebrado em 30 de dezembro de 2008 com o Banco Santander para redução de taxa, sendo a taxa anterior TR+12% e ajustada para TR+10%.

Adicionalmente, a controlada Iguatemi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos, celebrados nos anos de 2006, 2009, 2010 e 2011, contratados para a construção e expansão de shoppings centers.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada direta Iguatemi amortizou parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R\$115.662.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a dívida da Oi aumentou significativamente devido a Reorganização Societária, ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, causando um acréscimo no montante de R\$21.102 milhões no consolidado. As dívidas originárias da Reorganização Societária são compostas por “*Senior Notes*” em moeda estrangeira, Debêntures Privadas e Debêntures Públicas, BNDES em TJLP, inclusive.

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Oi e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em dezembro de 2012, a Oi e suas controladas celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$5.417 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014. Do total da linha contratada, ao final deste mês foram desembolsados R\$2.000 milhões (sendo R\$566 milhões para a Oi, R\$888 milhões para a TMAR, R\$412 milhões para a TNL PCS e R\$133 milhões para a Brt Celular). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Adicionalmente, a Oi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$1.857 milhões no consolidado.

“Senior Notes” e CCBs

Em 2011, a Oi emitiu “Senior Notes” no mercado de capitais internacional no valor total de R\$1.100 milhões. No mesmo ano, sua controlada indireta TMAR assinou o segundo aditivo para a Cédula de Crédito Bancário (CCB), captada em 2008, no montante de R\$3.071 milhões estendendo seu vencimento final até 2018. Essas captações tiveram o objetivo de reduzir o custo da dívida, além de propósitos corporativos gerais.

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a Oi e sua controlada TMAR transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para a Copart 5 e de 162 bens reversíveis para sua subsidiária Copart 4, respectivamente.

A Copart 5 e a Copart 4 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE, realizada em 20 de outubro de 2010, foi aprovada a emissão privada pela controlada indireta TMAR de debêntures simples não-conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$999 milhões.

Adicionalmente, em AGE, realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela Oi, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$470 milhões. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Oi e de sua controlada TMAR.

Em junho de 2012, a Copart 5 e a Copart 4 promoveram o resgate antecipado de uma das duas séries do CRI no montante de R\$392,5 milhões.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Oi, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na sua controladora.

Financiamentos em moeda estrangeira

“Senior Notes”

Em fevereiro de 2012, a Oi emitiu “Senior Notes” no valor de US\$1.500 milhões (R\$2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Oi transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma “indenture” suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$12 milhões (US\$6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Notas Explicativas

A Oi possui outras emissões de “*Senior Notes*” em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à sua dívida, que substituiu a TMAR como emissora.

O objetivo dessas captações, que totalizam R\$9.152 milhões no consolidado, é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da Oi, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Linhas de crédito de ECA

A TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em 2012, a TMAR desembolsou US\$394,8 milhões (R\$784,1 milhões) de contratos de financiamento junto a essas agências. Esse montante é compreendido pelo desembolso de US\$291,9 milhões junto ao “*Finnish Export Credit*”, em contratos celebrados em 2009 e 2011; US\$14,1 milhões junto a SEK – “*Swedish Export Corporation*”, em um contrato celebrado em 2011; e US\$88,8 milhões junto a ONDD – “*Office National Du Ducroire*”, em um contrato celebrado em 2010.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “*Swedish Export Corporation*”; CDB – “*China Development Bank*”; ONDD – “*Office National Du Ducroire*”; e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em Abril de 2012 a Contax captou o montante de R\$120.000 com a emissão de 60 notas promissórias, aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2012, com encargos financeiros de 100% CDI + spread de 5% a.a. Em outubro de 2012 a operação foi liquidada no montante de R\$123.806.

As entidades que compõem o Grupo Allus contrataram uma série de empréstimos na modalidade de capital de giro com diversas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, os valores destes empréstimos somaram R\$48.565.

Em setembro de 2012 a Contax captou o montante de R\$38.463, divididos em três subcréditos: (i) Subcrédito “A”: montante de R\$23.496 que será destinado à sua controlada TODO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA S/A, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções, no âmbito do programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – BNDES PROSOFT; (ii) Subcrédito “B”: montante de R\$13.536 que será destinado a investimentos na ampliação de posições de atendimento, em infraestrutura, mobiliário e treinamento, no âmbito do programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – BNDES PROSOFT; (iii) Subcrédito “C”: montante de R\$1.431 que será destinado a investimentos em projeto de âmbito social, Projeto Estação do Conhecimento Contax (ECC). O principal da dívida decorrente deste empréstimo será pago em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, a partir de outubro de 2014, cujo vencimento está previsto para o dia 15 (quinze) de setembro de 2018.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram amortizadas parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R\$363.489.

Adicionalmente, a controlada indireta Contax Participações e suas controladas, possuem vigentes os contratos de financiamentos celebrados com o BNDES em 2007, 2010 e 2011, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. celebrado em 2010.

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Emissões em 2012

Iguatemi

Em fevereiro de 2012, a controlada direta Iguatemi realizou sua terceira emissão através de oferta pública, em série única, de 30.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de fevereiro de 2018 e com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$300.000, com prazo de seis anos, contados da data de emissão e carência de cinco anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 1º de fevereiro de 2017 e 1º de fevereiro de 2018. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescidas exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,0% ao ano, pagos semestralmente a partir da data de emissão. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em fevereiro de 2012.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo, e apresentados como redução da dívida no passivo circulante e não circulante. Os custos desta emissão a serem amortizados em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$1.719 (não circulante R\$1.436).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada direta Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da primeira emissão e juros atualizados da segunda emissão no montante de R\$134.073.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em Reunião do Conselho de Administração da Oi, realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a nona emissão, sendo a sétima pública, pela Oi, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 400/2003), no valor de até R\$2 bilhões. Em 14 de março de 2012 a CVM concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em duas séries, sendo a primeira série no valor de R\$400 milhões e a segunda série no valor de R\$1,6 bilhão. A liquidação financeira de ambas as séries ocorreu em 23 de março de 2012. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$22.959, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em março de 2012, a Oi promoveu o resgate antecipado da terceira emissão de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações emitidas originalmente pela TNL no montante de

Notas Explicativas

R\$1.651 milhões, que haviam sido incorporadas pela Oi em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar realizada em 27 de março de 2012 foi aprovada a décima primeira emissão de debêntures nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor de R\$500.000, a qual será objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476.

As debêntures possuem as seguintes características e condições: valor nominal unitário de R\$1.000; 500 unidades de série única; quirografária; com emissão em 05 de abril de 2012 e vencimento em 05 de abril de 2019. O pagamento do valor nominal ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% do valor total da emissão, em 25 de abril de 2017; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% do valor total da Emissão, em 25 de abril de 2018; e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 33,34% do Valor Total da Emissão, em 5 de abril de 2019. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI over extra grupo de um dia, base 252 dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,20% ao ano. A remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: 25 de outubro de 2012; 25 de abril de 2013; 25 de outubro de 2013; 25 de abril de 2014; 25 de outubro de 2014; 25 de abril de 2015; 25 de outubro de 2015; 25 de abril de 2016; 25 de outubro de 2016; 25 de abril de 2017; 25 de outubro de 2017; 25 de abril de 2018; 25 de outubro de 2018 e 5 de abril de 2019.

Os custos da transação para a colocação da 11ª emissão de debêntures foram de R\$1.660 sendo R\$237 reconhecido no passivo circulante e R\$1.423 no passivo não circulante.

A captação financeira desta décima primeira emissão de debêntures ocorreu em 05 de abril de 2012.

Em abril de 2012, a controlada indireta Telemar efetuou os pagamentos das seguintes debêntures: última parcela da oitava emissão - 1ª série no valor de R\$230.000 acrescida de juros no montante de R\$26.839; juros referentes a oitava emissão - 2ª série no montante de R\$27.196 e; juros referentes a décima emissão no montante de R\$32.986.

Em junho de 2012, a Oi promoveu o resgate antecipado da quinta emissão (2ª. série) de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações emitidas originalmente pela Oi no montante de R\$771.272.

Em junho de 2012, a Oi amortizou o montante de R\$128 milhões da debênture privada da sexta emissão (originalmente emitida pela TMAR e subscrita pela Copart 4, subsidiária integral da TMAR) que em função da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, foi incorporada pela Oi, e foi emitida em conexão com a operação do CRI.

Em junho de 2012, a Oi baixou o montante de R\$2.255 milhões da debênture privada da terceira emissão com a controlada BrT Celular através de redução do capital social da investida, essa emissão foi acrescida à dívida da Oi em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Em junho de 2012, a Oi promoveu o resgate antecipado integral da quinta emissão de debênture pública (originalmente emitida pela BrT) pelo saldo devedor remanescente, que em função da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, foi substituída pela Oi.

Notas Explicativas

Em AGE da controlada indireta Telemar, realizada em 20 de dezembro de 2012 foi aprovada a alteração da cláusula 4.7 da Escritura da 9ª emissão pública de debêntures com o objetivo de estabelecer novas datas de vencimento das debêntures, conforme segue: (i) 1ª série: vencimento em 29/06/2015; (ii) 2ª série, vencimento em 29/06/2016; (iii) 3ª série: vencimento em 29/06/2017; (iv) 4ª série, vencimento em 28/06/2018 e (v) 5ª série, vencimento em 01/04/2019.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

No segundo semestre de 2012, a Contax Participações captou o montante de R\$256.508, originário da emissão debêntures com o BNDES, aprovada em reunião do seu Conselho de Administração realizada em 25 de julho de 2012. As debêntures foram emitidas em duas séries, sendo a primeira no valor de R\$126.719, à taxa de IPCA + 6,5% a.a., conversível em ações preferenciais; a segunda série no valor de R\$126.719, à taxa de TJLP + 2,5% a.a.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram amortizadas parcelas de principal mais juros atualizados, no montante de R\$136 milhões.

Em 15 de março de 2012, a controlada indireta CTX captou junto ao Banco HSBC uma Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB) no valor de R\$1.750, cujo pagamento ocorreu em 3 de maio de 2012 acrescido de juros de R\$23.

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Iguatemi

<u>Emissor</u>	<u>Emissão</u>	<u>Principal</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
				<u>2012</u>	<u>2011</u>
Iguatemi	1ª	R\$200 milhões	2014	134.078	201.900
Iguatemi	2ª	R\$330 milhões	2016	338.747	343.341
Iguatemi	3ª	R\$300 milhões	2018	310.008	-
Total				782.833	545.241

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada indireta LF Tel amortizou parcelas do principal mais juros atualizados referente à sua quarta emissão de debêntures no montante de R\$128.478.

<u>Emissor</u>	<u>Emissão</u>	<u>Principal</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
LF Tel	4ª	R\$665 milhões	2011 a 2019	673.952	729.762
Total				673.952	729.762

Notas Explicativas**Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)**

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Consolidado	
				2012	2011
TPART	8ª (1ª série)	R\$1,1 bilhão	2009 a 2013	233.919	471.539
TPART	8ª (2ª série)	R\$460 milhões	2014 e 2015	467.980	471.682
TPART	9ª (1ª série)	R\$41 milhões	2015	49.476	44.778
TPART	9ª (2ª série)	R\$38 milhões	2016	45.884	41.527
TPART	9ª (3ª série)	R\$36 milhões	2017	42.784	38.723
TPART	9ª (4ª série)	R\$33 milhões	2018	40.065	36.262
TPART	9ª (5ª série)	R\$31 milhões	2019	37.688	34.111
TPART	10ª	R\$ 500 milhões	2014 a 2018	530.077	514.282
TPART	11ª	R\$ 500 milhões	2019	507.016	-
TNL / Oi	3ª	R\$ 1,5 bilhão	2012	-	1.609.889
Oi ⁽ⁱ⁾	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.158.069	-
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.351.458	2.353.298
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.031.926	1.049.243
Oi	5ª	R\$ 1.080 milhões	2013	-	728.665
Oi ⁽ⁱ⁾	5ª (1ª série)	R\$ 1.754 milhões	2013	1.783.127	1.797.235
Oi ⁽ⁱ⁾	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2013	302.288	286.413
Oi ⁽ⁱ⁾	1ª (2ª série)	R\$ 540 milhões	2013	552.921	560.384
Oi	2ª	R\$ 30 milhões	2021	41.517	39.012
Total				10.176.195	10.077.043

(i) Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essa emissão foi acrescida a dívida da Oi, que substituiu a TMAR como emissora.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Consolidado	
				2012	2011
CTX	1ª	R\$55 milhões	2016	57.894	56.894
Contax	1ª	R\$100 milhões	2012	-	102.948
Contax	2ª (1ª série)	R\$212,64 milhões	2016	213.135	213.550
Contax	2ª (2ª série)	R\$187,36 milhões	2018	196.713	188.228
Contax	2ª (1ª série)	R\$126,71 milhões	2018	133.676	-
Contax	2ª (2ª série)	R\$126,71 milhões	2018	129.827	-
Total				731.245	561.620

As debêntures emitidas pelas controladas indiretas da Companhia, não possuem cláusulas de repactuação.

(c) Ações preferenciais resgatáveis (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a controlada indireta Telemar aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais,

Notas Explicativas

todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239,61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

- (i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;
- (ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades abaixo para tal resgate (“Resgate Programado”):

<u>Data Resgate</u>	<u>Quantidade</u>	<u>% do Total</u>
30/04/2011	66.666	6,66%
30/10/2011	66.666	6,66%
30/04/2012	66.666	6,66%
30/10/2012	66.666	6,66%
30/04/2013	66.666	6,66%
30/10/2013	66.667	6,67%
30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
Total	1.000.000	100%

Em virtude da Reorganização Societária – Oi S.A (Nota 1), a controlada indireta Telemar e o BNDESPAR alteraram algumas cláusulas do contrato de subscrição de ações de emissão de ações da controlada indireta Telemar e outras avenças (“Contrato”), através da emissão do 3º e 4º aditivos ao Contrato, que contemplaram os seguintes direitos e vantagens:

Notas Explicativas

- (a) As ações preferenciais resgatáveis poderão ser resgatadas por opção da BNDESPAR a qualquer tempo, por meio de pagamento com ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Oi S.A. de titularidade da controlada indireta Telemar, (“Ações Oi”), observado que: (i) durante o primeiro ano a partir da data do início da negociação das Ações Oi em Bolsas de Valores, a BNDESPAR poderá, livremente, indicar por ocasião do resgate, e caso venha a exercê-lo dentro deste prazo, a quantidade das ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Oi S.A. que deverão ser utilizadas para efetuar o resgate, (ii) transcorrido o prazo referido no item (i) anterior sem que a BNDESPAR, no prazo de até 15 dias seguintes ao término do primeiro ano notificar a controlada indireta Telemar para o fim de fixar os percentuais da espécie de Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate em Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate em Ações, caso venha a BNDESPAR a exercer esse resgate, percentuais estes que não mais poderão ser alterados e (iii) se ao final do prazo de 15 dias referidos no item (ii) anterior, a BNDESPAR não tiver feito a indicação dos percentuais em espécie de Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate de Ações Oi, a controlada indireta Telemar deverá notificar a BNDESPAR para fixá-los no prazo de 24 horas úteis, prazo este que, se não for atendido pela BNDESPAR, fará com que o Resgate das Ações somente possa ser realizados em ações preferenciais de emissão da Oi S.A., sem possibilidade de alteração. Em qualquer uma das hipóteses previstas acima, o Resgate de Ações deverá observar a fórmula abaixo:

1 ação preferencial da Telemar = 47,282914 ações ordinárias da Oi S.A.

1 ação preferencial da Telemar = 54,527166 ações preferenciais da Oi S.A.

- (b) A BNDESPAR deverá notificar a controlada indireta Telemar, informando sua intenção de exercer o Resgate das Ações e esclarecendo qual espécie ou proporção de cada espécie das Ações Oi que deseja receber, caso a BNDESPAR escolha exercer o Resgate das Ações sobre as duas espécies de ações de emissão da Oi S.A.
- (c) Após o recebimento da notificação da BNDESPAR, a controlada indireta Telemar deverá, no prazo de 15 dias, tomar as providências necessárias para operacionalizar o Resgate das ações, transferindo para o BNDESPAR as Ações Oi de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista no item anterior, conforme espécie e proporção estabelecidas na notificação da BNDESPAR, procedendo ao imediato cancelamento das Ações Preferenciais Resgatáveis objeto do resgate e adotando todas as demais providências de caráter societário que se façam necessárias para tal fim.
- (d) Caso as Ações Oi indicadas na notificação da BNDESPAR estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das Ações Preferenciais Resgatáveis notificar a controlada indireta Telemar para promover o Resgate das Ações, conforme espécie e proporção estabelecidas na Notificação da BNDESPAR, e preservar o controle societário da Oi S.A., a controlada indireta Telemar deverá cientificar a BNDESPAR dessa circunstância em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Notificação do BNDESPAR, e a BNDESPAR poderá solicitar, mediante o envio de nova notificação da BNDESPAR e a seu exclusivo critério, que a controlada indireta Telemar (i) promova o Resgate das Ações sobre a quantidade de Ações Oi eventualmente disponíveis, livres e desembaraçadas de gravames, (observada também a condição de preservação de controle societário da Oi S.A.), no prazo de 15 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, complementando em dinheiro o

Notas Explicativas

pagamento do valor total correspondente às Ações Oi não disponíveis para a entrega ao Acionista Resgatável, conforme espécie e proporção estabelecidas na notificação da BNDESPAR, com base no valor da respectiva cotação média das Ações Oi ponderado pelo volume, no período de 15 pregões da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros que anteceder à primeira notificação da BNDESPAR, o que deverá ser feito em um prazo máximo de 90 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, devidamente corrigido pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação do período, até o efetivo pagamento; ou (ii) pague em dinheiro o valor total correspondente às Ações Oi que deveriam ter sido entregues ao Acionista Responsável, conforme espécie e proporção estabelecidas da BNDESPAR, com base no valor da cotação média das respectivas Ações Oi ponderado pelo volume, no período de 15 pregões da BMF&Bovespa S.A. que anteceder à primeira notificação da BNDESPAR, o que deverá ser feito em um prazo máximo de 90 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, devidamente corrigido pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação no período, até o efetivo pagamento. Na hipótese do item (i) referido acima, a controlada indireta Telemar deverá transferir ao Acionista Resgatável, ainda, quando do efetivo resgate, quaisquer valores de dividendos ou juros sobre capital próprio declarados até a data do efetivo resgate.

- (e) A controlada indireta Telemar, observada a mesma relação de troca informada anteriormente, terá a opção de resgatar, total ou parcialmente, antecipadamente as Ações Preferenciais resgatáveis, por meio do pagamento com ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A., a qualquer tempo, desde que:
- a média da cotação das ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das Ações Preferenciais Resgatáveis ao Acionista Resgatável, seja de no mínimo, respectivamente, R\$36,70 (trinta e seis reais e setenta centavos) ou R\$31,83 (trinta e um reais e oitenta e três centavos), ambos os valores corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, e desde que nesse período as ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A., a serem entregues ao Acionista Resgatável de acordo com a espécie que tenha atingido a média das cotações indicadas neste item, não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (ex-dividendos); e
 - as ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A. que deverão ser entregues à BNDESPAR como pagamento do resgate das ações preferenciais por ela detidas, estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame.
- (f) A partir da data do recebimento da notificação de resgate antecipado das Ações Preferenciais Resgatáveis, todos os direitos patrimoniais das Ações Preferenciais Resgatáveis serão atribuídos à controlada indireta Telemar enquanto que todos os direitos patrimoniais das Ações Oi a serem entregues à BNDESPAR serão atribuídos à BNDESPAR;

As Ações Preferenciais Resgatáveis não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da controlada indireta Telemar. A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal,

Notas Explicativas

corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A controlada indireta Telemar deverá manter na Conta Vinculada valor suficiente para a realização do resgate de ações preferenciais resgatáveis, programado para os 12 meses subsequentes, acrescido do montante necessário para o pagamento dos dividendos fixos das ações preferenciais resgatáveis do exercício subsequente. A controlada indireta Telemar poderá substituir ou complementar a quantia destinada à conta vinculada por fiança bancária, em valor equivalente, de banco de primeira linha, aprovado previamente pelo BNDESPAR, ou outra garantia que venha a ser aceita pelo BNDESPAR.

Nos meses de abril e outubro de 2012, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, um total de 133.332 ações preferenciais no valor de R\$165.280, acrescida de juros no montante de R\$42.877. No mês de abril, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$65.784 e a parcela equivalente a dividendos fixos no montante de R\$5.830.

Em AGE da controlada indireta Telemar, realizada em 23 de novembro de 2012, foi aprovada a extinção das 133.332 ações preferenciais resgatadas, que encontravam-se em tesouraria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante da dívida era de R\$1.240.438, sendo R\$278.619 reconhecido no passivo circulante e R\$961.819 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses de abril e outubro de 2013.

(d) Usufruto de ações (valores não proporcionalizados)

Em 22 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto”) sobre 150.000 ações preferenciais da sua subsidiária integral Valverde, de sua titularidade, em favor do Votorantim, mediante pagamento, pelo Votorantim, no valor de R\$120.000.

Cada uma das ações, objeto do Usufruto, fará jus ao pagamento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos, que serão equivalentes ao montante resultado da variação do CDI, acrescida da taxa efetiva de 1% a.a., *pro rata temporis*, multiplicado pelo valor de integralização de cada uma das ações, até o efetivo pagamento, nos termos do estatuto social da Valverde. Caso os dividendos fixos não sejam pagos nas datas estabelecidas no estatuto social da Valverde, a variação do CDI será acrescida de taxa equivalente de 2,5% a.a. até o seu efetivo pagamento.

O Usufruto vigorará até o dia 31 de março de 2019. Caso o Votorantim não tenha recebido durante o prazo do Usufruto pelo menos a quantia de R\$120.000, ou caso não sejam pagos os dividendos fixos cumulativos durante o prazo de vigência do usufruto, o Usufruto permanecerá válido até o pagamento do referido valor, pelo prazo máximo de 30 anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a Valverde deliberou o montante de dividendos fixos no valor de R\$7.331 e de R\$50.017, respectivamente.

Notas Explicativas

Nos meses de junho e dezembro de 2012, houve pagamentos de amortização e encargos do usufruto ao Banco Votorantim, totalizando o valor de R\$57.438, sendo R\$35.284 referente ao principal e R\$22.064 aos juros, devido ao recebimento de dividendos fixos da Valverde.

Em 20 de dezembro de 2012, foi aprovado o 4º aditivo ao Usufruto, fixando novas datas de vencimento dos dividendos fixos das ações e alterando a taxa efetiva para 0,75%, sendo mantidas as demais características de remuneração constante no Usufruto e aditivos correspondentes.

Em 30 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Itaú BBA S/A (“IBBA”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto IBBA”) sobre 44.091.619 OiBR3 ações ordinárias nominativas, de sua titularidade, em favor do IBBA, mediante pagamento, pelo IBBA, no valor de R\$300.000.

Em 25 de abril de 2012 a controlada indireta Telemar celebrou o 1º Aditamento ao Usufruto IBBA para refletir a substituição de 19.069.120 ações TNLP3 objeto do usufruto por 44.091.619 ações OIBR3.

O Usufruto IBBA terá o prazo de duração de 15 anos e será remunerado através da CDI mais *spread* de 1,37% a.a., caso o usufruto seja liquidado, total ou parcialmente, através (i) do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”), ou (ii) através do pagamento de penalidade de natureza compensatória, motivada por (a) mudança de controle acionário direto ou indireto; (b) quaisquer mudanças que resultem na impossibilidade da controlada indireta Telemar atingir as metas estabelecidas no *business plan*, será aplicado um aumento de 1% a.a. na taxa interna de retorno mínimo, elevando-se, portanto, a CDI + 2,37% a.a. sobre as parcelas liquidadas nas modalidades acima.

O IBBA fará jus ao recebimento direto de todos os proventos das ações que serão pagos pela controlada Oi, durante o período de vigência do usufruto, que serão creditados diretamente à sua conta corrente pela controlada Oi.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 houve um pagamento de amortização e encargos do uso fruto no montante de R\$ 11.302, devido ao recebimento de dividendos da controlada TNL.

Nos meses de maio e agosto de 2012, houve pagamentos de amortização e encargos do usufruto ao IBBA, totalizando o valor de R\$80.654, sendo R\$35.456 referente ao principal e R\$45.198 referente a juros, devido ao recebimento de dividendos e bonificação de ações resgatadas da controlada Oi.

(e) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A.

Iguatemi

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú Unibanco S.A., contrato de abertura de crédito de R\$13.000, a controlada direta Iguatemi apresentou a fração ideal de 15,61% de cada unidade

Notas Explicativas

autônoma do imóvel atual, descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Shopping Center Galleria registrado nas matrículas 110.523 a 110.631 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1,12.2,12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado “Alphaville Centro Industrial e Empresarial”.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

LF Tel

As debêntures de emissão da controlada indireta LF Tel possuem garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de sua propriedade, inclusive as que vierem a ser adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado (24.450.848 ações da OiBR4), pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures.

Grupo de Telecomunicações

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à 11ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, tendo como garantia o penhor de ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Oi na proporção de 120% do valor da emissão, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à 10ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, tendo como garantia o penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Oi,

Notas Explicativas

correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração. A garantia foi outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela controlada indireta Telemar por sua controlada Valverde.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à 9ª emissão e o Usufruto com o Banco Votorantim, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da Valverde, de titularidade da controlada indireta Telemar, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à 8ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da Oi, de titularidade da controlada indireta Telemar.

O Usufruto IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da Oi em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal acrescido de juros).

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Oi e de suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular. A Oi presta aval para suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular para tais financiamentos no montante de R\$4.164 milhões (valor não proporcionalizado).

Grupo de Contact Center e Cobrança

As debêntures públicas emitidas pela controlada indireta CTX possuem garantia real representada pela alienação fiduciária de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da sua controlada Contax Participações.

Os empréstimos obtidos pela controlada indireta CTX com os Bancos Itaú BBA e Votorantim estão garantidos pelo penhor das ações de emissão da Contax Participações.

A controlada indireta Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em agosto de 2007, por opção contratual, apresentou garantias através de fianças de instituições financeiras, não sendo neste caso, aplicáveis as estruturas de recebíveis e de cláusulas restritivas (*financial covenants*) em 31 de dezembro de 2012.

Em garantia ao financiamento contratado com o BNDES em março de 2010, que teve como objetivo a ampliação da capacidade instalada e modernização da controlada indireta Contax, a controlada oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviço firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A. (“Oi Móvel”) e a Telemar Internet Ltda.

A controlada indireta Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em setembro de 2012, ofereceu garantias através de fianças por meio de Instituições Financeiras.

(f) “Covenants”

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos, os quais foram cumpridas pela Companhia e controladas no fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2012, exceto pelo Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente ao contrato firmado entre a controlada indireta Contax e o BNDES em março de 2010.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que prevêm o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas.
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Iguatemi

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente.

As debêntures possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem: (i) primeira emissão Dívida Líquida / EBITDA < 2,75 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,75; (ii) segunda emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,50; e a terceira emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00.

LF Tel

Até a integral liquidação das debêntures, a controlada indireta LF Tel possui obrigações e restrições de natureza societária, contábil e financeira previstas na cláusula 8 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures. As principais são:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e reestruturações.

Notas Explicativas

Grupo de Telecomunicações

As emissões de debêntures da controlada indireta Telemar exigem cumprimento de índices financeiros que são apurados em bases trimestrais e anuais, conforme cláusula específica das respectivas escrituras de cada emissão.

A Oi e suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Oi.

Grupo de Contact Center e Cobrança

De acordo com as cláusulas contratuais de financiamentos e emissão de debêntures, a controlada indireta Contax Participações deverá cumprir os seguintes índices durante a vigência destes contratos:

Financiamento obtido com o BNDES em março de 2010:

A controlada indireta Contax Participações deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“Índice”) igual ou maior que 1,65, sendo:

- a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA, pelo Serviço da Dívida, em base semestral;
- b) LAJIDA (EBITDA) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre;
- c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 31 de dezembro de 2012, referido índice não foi cumprido. Atualmente a Administração da Contax e o BNDES estão em negociação, com o objetivo da obtenção do *waiver* e a atualização dos *covenants*.

Emissão de Debêntures ocorrida em 15 de dezembro de 2011

A controlada indireta Contax Participações deverá manter, durante a vigência do presente contrato, os seguintes índices financeiros:

- (a) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 (três) vezes; e
- (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 1,65 (um inteiro e sessenta e cinco centésimos) vez. Onde:

Notas Explicativas

"Dívida Líquida" corresponde ao somatório das dívidas onerosas da controlada indireta Contax Participações, em bases consolidadas, menos as disponibilidades de curto e longo prazo (somatório do caixa mais aplicações financeiras não restritas);

"EBITDA" corresponde ao lucro (prejuízo) operacional, adicionado da depreciação e amortização e diminuído do resultado financeiro, apurados de forma acumulada nos últimos 12 (doze) meses; e

"Despesa Financeira Líquida" corresponde à diferença entre despesas financeiras e receitas financeiras conforme demonstrativo consolidado de resultado da Contax Participações, apurados nos últimos 12 (doze) meses.

Emissão de Debêntures com o BNDES em setembro de 2012

A controlada indireta Contax Participações deverá manter, durante a vigência do presente contrato, os seguintes índices financeiros:

- (a) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e 5 décimos) vezes; e
- (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 1,5 (um inteiro e sessenta e cinco décimos) vez.

(g) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Iguatemi

As principais linhas de crédito contratadas pela controlada direta Iguatemi e suas controladas são: (a) em 9 de novembro de 2012, financiamento com o BNDES no valor de R\$117.312 para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 31 de dezembro de 2012 tinham sido liberados R\$58.743; (b) em 27 de dezembro de 2011, financiamento com o BNDES no valor de R\$141.441, para a construção do Shopping Iguatemi Ribeirão Preto. Em 31 de dezembro de 2012 tinham sido liberados R\$125.000; e (c) em 5 de outubro de 2010, financiamento com o BNDES, no valor de R\$89.798, para a construção do JK Iguatemi. Até 31 de dezembro de 2012 tinham sido liberados R\$87.310.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em dezembro de 2012 a Oi, contratou uma linha de crédito rotativo ("*Revolver Credit Facility*"), no valor de R\$1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander.

Em julho de 2012 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao "*Export Development Canada*", no valor de US\$200 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

Em novembro de 2011 a Oi, TMAR, TNL PCS e BrT Celular contrataram uma linha de crédito rotativo ("*Revolver Credit Facility*"), no valor de US\$1.000 milhão para um prazo de cinco anos, junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos "*Bank of America N.A Merrill Lynch*", "*Pierce, Fenner & Smith Incorporated*", "*HSBC Securities*

Notas Explicativas

(USA) Inc”, “RBS Securities Inc” e “Citibank N.A.”. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos “Tokio Mitsubishi UFJ”, “Barclays PLC”, “Deutsche Bank AG”, “Morgan Stanley N.A” e “Sumitomo Mitsui”.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Oie suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	2012	2011
Ativos		
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	11.679	28.159
Contratos de "swap" - cambial	105.749	38.640
Contratos de "swap" - taxa de juros	31.361	2.771
	148.789	69.570
Circulante	96.309	41.029
Não circulante	52.480	28.541

	Controladora	Consolidado	
	2011	2012	2011
Passivos			
Contratos de "swap" - cambial	-	27.286	48.293
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	-	28.247	9.058
Contratos de "swap" - taxa de juros	-	21.832	4.551
Contratos de "swap" – outros (i)	36	-	36
	36	77.365	61.938
Circulante	36	46.566	37.804
Não circulante	-	30.799	24.134

(i) Em 22 de novembro de 2011, a Companhia celebrou uma Operação de Derivativos – Swap com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Goldman”), visando assegurar o preço de compra de uma determinada quantidade de ações da sua controlada direta Iguatemi. Os termos e disposições aplicáveis a esta operação foram: (a) data de vencimento foi 19 de março de 2012; (b) valor do nocional era de R\$26.849 referente a 784.600 ações, ao preço médio de R\$34,22; (c) o valor de liquidação foi negativo, calculado conforme as condições contratuais, tendo a Companhia pago ao Goldman o valor de R\$2.572, na data de liquidação do contrato.

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Consolidado	
	2012	2011

Notas Explicativas

SMP (i)	304.004	289.001
Concessões STFC	20.619	-
Total	324.623	289.001
Circulante	159.285	65.148
Não circulante	165.338	223.853

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

- (i) No leilão realizado pela ANATEL nos dias 13 e 14 de junho de 2012, foram adquiridas as autorizações para uso de radiofrequência nas subfaixas de 2,5GHz (4G) e 450 MHz. Em 16 de outubro de 2012, no ato da assinatura dos Termos de Autorização, foi desembolsado 10% do valor ofertado. A Oi pretende desembolsar o valor restante, totalizando 90%, em até 12 meses, sendo a importância a ser paga atualizada, pela variação do IGP-DI, desde a data da entrega dos Documentos de Identificação e de Regularidade Fiscal, das Propostas de Preço e da Documentação de Habilitação até a data do efetivo pagamento.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Consolidado
2012	159.285
2013	54.812
2014	54.812
2015	54.812
2016	301
2017 em diante	601
Total	324.623

21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Parcelamento da Lei 11.941/2009 (i)	163.925	183.233
REFIS II - PAES	1.830	3.028
Total	165.755	186.261
Circulante	16.259	17.674
Não circulante	149.496	168.587

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

Consolidado

Notas Explicativas

				2012	2011
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	46.077	7.314	51.095	104.486	119.217
Imposto de renda	10.198	1.453	13.194	24.845	28.940
IOF	-	-	-	-	11.560
Contribuição social	2.778	459	3.050	6.287	7.381
INSS - SAT	1.129	619	5.213	6.961	5.530
CPMF	2.589	259	2.150	4.998	4.651
Outros	9.029	1.071	8.078	18.178	8.982
Total	71.800	11.175	82.780	165.755	186.261

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Consolidado
2013	16.259
2014	14.422
2015	14.422
2016	13.788
2017	13.788
2018 a 2020	41.364
2021 a 2023	41.364
2024 a 2025	10.348
Total	165.755

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

Determinadas controladas da Companhia aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos da controlada Iguatemi foram pactuados para pagamentos em 30 meses, os quais vêm sendo efetuados regularmente, e não foi utilizado de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

Os débitos da controlada indireta LF Tel foram pactuados para pagamentos em 30 meses, os quais vêm sendo efetuados regularmente, e não foi utilizado de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

Os débitos da Oi e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

Notas Explicativas

22. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas				
(i) Horas extras	-	-	95.527	115.325
(ii) Indenizações	-	-	32.294	34.662
(iii) Estabilidade/ Reintegração	-	-	27.185	23.784
(iv) Adicionais diversos	-	-	26.005	35.459
(v) Complemento de aposentadoria	-	-	14.762	11.979
(vi) Diferenças salariais	-	-	12.558	38.143
(vii) Honorários advocatícios/periciais	-	-	6.330	9.239
(viii) Verbas rescisórias	-	-	5.958	6.986
(ix) Multas trabalhistas	-	-	3.385	4.276
(x) FGTS	-	-	2.770	3.826
(xi) Vínculo empregatício	-	-	776	616
(xii) Subsidiariedade	-	-	655	1.599
(xiii) Demais ações	8.479	6.550	39.653	37.575
Total	8.479	6.550	267.858	323.469
Tributárias				
(i) ICMS	-	-	67.410	94.793
(ii) FUNTTEL	-	-	21.456	18.903
(iii) ISS	-	-	10.287	6.549
(iv) ILL	-	-	2.930	4.347
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	-	-	1.845	2.636
(vi) Demais ações	278	278	54.061	43.647
Total	278	278	157.989	170.875
Cível				
(i) Societário	-	-	351.096	368.282
(ii) Estimativas ANATEL	-	-	82.907	81.864
(iii) Multas ANATEL	-	-	67.274	67.161
(iv) Juizados Especiais	-	-	16.318	30.776
(v) Corella	-	-	22.310	9.983
(vi) Demais ações	-	-	97.444	103.799
Total	-	-	637.349	661.865
Total das provisões	8.757	6.828	1.063.196	1.156.209
Circulante	-	-	240.998	286.278
Não circulante	8.757	6.828	822.198	869.931

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Notas Explicativas**Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)**

Risco	2012			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	157.989	267.858	637.349	1.063.196
Passivos contingentes	2.677.023	357.428	156.197	3.190.648

Risco	2011			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	170.875	323.469	661.865	1.156.209
Passivos contingentes	2.878.458	381.975	206.363	3.466.796

Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2011	241.223	417.706	934.680	1.593.609
Adições, líquidas de reversões	13.100	46.365	64.089	123.554
Aumento por Reorganização Societária	(57.345)	(112.900)	(251.681)	(421.926)
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(39.302)	(58.719)	(103.478)	(201.499)
Atualização monetária	13.199	31.017	18.255	62.471
Saldo em 2011	170.875	323.469	661.865	1.156.209
Adições, líquidas de reversões	20.558	(7.952)	75.712	88.318
Aumento por Reorganização Societária	(5.332)	(11.908)	(26.067)	(43.307)
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(43.541)	(51.603)	(85.736)	(180.880)
Atualização monetária	15.429	15.852	11.575	42.856
Saldo em 2012	157.989	267.858	637.349	1.063.196

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Trabalhista**

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iii) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

Notas Explicativas

- (iv) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (vi) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (x) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Oi ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;
- (xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Oi e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xii) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Oi, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a Oi concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Oi tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Como consequência, a Oi reconheceu efeitos no resultado de R\$53.074 (valor não proporcionalizado), contabilizado como

Notas Explicativas

outras despesas operacionais na conta “Provisões/reversões” e R\$63.566 (valor não proporcionalizado), contabilizado como despesas financeiras na conta “Atualização monetária de provisões”.

Tributária

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL.
- (iii) ISS - A Oi e a sua controlada TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado, técnicos e administrativos.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações –Para a Oi, refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Para controlada direta Iguatemi refere-se a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Em 31 de dezembro de 2012, os valores montam a R\$15.559 (2011 - R\$15.267) para a COFINS e R\$3.368 (2011 - R\$3.518) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância. Adicionalmente a controlada direta Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com impostos e contribuições como PIS, Cofins, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos valores no consolidado montam R\$2.502 (2011 - R\$1.752).

Na controlada indireta Contax, o questionamento refere-se principalmente à dedução do custo do ISS sobre a base de cálculo para apuração de PIS/COFINS, no montante de R\$29.237 (2011 – R\$26.753) e à aplicação do multiplicador FAP – Fator Acidentário de

Notas Explicativas

Prevenção incidente sobre a alíquota do encargo previdenciário RAT – Risco de Acidente de Trabalho, cuja nova sistemática de cálculo passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010, no montante de R\$45.746 (2011 – R\$31.073).

Adicionalmente, em outubro de 2012, a controlada indireta Mobitel foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$45 milhões. Os autos de infrações recebidos compreendem os anos calendários de 2006 e 2007 e referem-se ao não recolhimento das contribuições previdenciárias e glosa dos valores contabilizados como despesas dedutíveis, para fins de apuração de IRPJ e CSLL, acrescidos de multas e penalização por realização de campanhas de marketing de incentivo, com o pagamento de bônus a determinados empregados, mediante medição de cartões corporativos. A controlada indireta Mobitel impugnou administrativamente os autos de infração e atualmente aguarda julgamento, tendo em 31 de dezembro de 2012, constituído provisão para fazer face a potenciais perdas no montante de R\$4 milhões.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Oi, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Oi provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Oi a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Oi, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a sua Administração, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Oi atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Oi, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou

Notas Explicativas

definitiva, os critérios deverão ser baseados em(i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2012, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Oi.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO’s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (v) Corella - A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCBRI, equivalente a 3,58% desse empreendimento. A ação, que poderá elevar a participação da controlada direta Iguatemi no empreendimento, totaliza R\$22.310 (2011 - R\$9.983). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.
- (vii) Demais ações – Para a Oi, referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Oi, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Já a controlada indireta Contax possui (i) três ações judiciais discutindo a renovação dos contratos de locação (“Ações Renovatórias”) e (ii) duas ações em que se discutem os valores de aluguel fixados no contrato de locação do imóvel situado à Rua do Passeio, no Rio de Janeiro. Adicionalmente, a controlada indireta Contax foi multada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (“Correios”) por quebra de obrigações do contrato celebrado entre as partes em 13 de maio de 2002 para vigorar pelo prazo de seis anos. As multas aplicadas totalizam R\$2.645 por alegada violação de confidencialidade de mensagens telefônicas; falha em não transferir linhas telefônicas reservadas (0800); e falha em não atender integralmente as ligações telefônicas. Apesar de a controlada indireta

Notas Explicativas

Contax possui fortes fundamentos jurídicos para contestar a equidade de tais multas, a controlada indireta Contax provisionou o valor de R\$442. A controlada indireta Contax ajuizou Ação Anulatória, garantindo o valor discutido através de apólice de seguro. Em junho de 2010, os Correios efetuaram o depósito do valor de R\$2.645, a favor da controlada indireta Contax, em cumprimento à liminar judicial.

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista(valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$1.051.868 (2011 - R\$1.262.177).

Durante o exercício de 2011, a Oi concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Oi tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 21 de julho de 2011, a controlada indireta Contax foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, esfera previdenciária, no montante de R\$26.334. Foram analisados e identificados valores efetivamente devidos de R\$1.957 e quitados com desconto de 70%. Este montante foi registrado no grupo de outras despesas operacionais, na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os autos de infração ainda ativos compreendem o período de janeiro a dezembro de 2007, sendo que o valor de R\$24.377 refere-se à descaracterização do pagamento de alimentação ao colaborador dentro dos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Administração da controlada indireta Contax impugnou administrativamente os autos de infração, por entender que não há incidência de tributação de INSS sobre o fornecimento de alimentação “in natura”. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avalia a probabilidade de perda desta causa como possível, não sendo, portanto, no julgamento da Administração requerida a constituição de qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

Em 22 de janeiro de 2010, a controlada indireta Contax foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio de Janeiro, no montante de R\$29.136. No auto de infração,

Notas Explicativas

que atinge o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2009, são exigidos os valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) e a Contribuição Social (Lei Complementar nº 110/01) incidentes sobre os pagamentos em dinheiro, aos seus colaboradores, do valor correspondente ao benefício indireto do vale transporte. A controlada indireta Contax impugnou administrativamente o auto de infração e atualmente aguarda julgamento. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, que avaliam a probabilidade de perda desta causa na esfera judicial como possível, não constituiu qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

Adicionalmente na esfera administrativa, em 31 de dezembro de 2012, encontram-se pendentes de julgamento 298 autos de infração, lavrados pelas Secretarias Regionais do Trabalho e Emprego nas áreas de atuação da Contax e Dedic. As autuações decorrem de supostas violações trabalhistas referentes, substancialmente, à (i) descumprimento das normas que regulam a saúde e a segurança dos empregados no ambiente de trabalho; (ii) descumprimento das normas trabalhistas relativas a jornada de trabalho; (iii) descumprimento da legislação que regulamenta a atividade de *call center*.

Os valores envolvidos nesses autos de infração dependem do tipo de violação, da quantidade de colaboradores envolvidos e do fato de a suposta infração ter sido cometida pela primeira vez. Ultrapassada a fase de defesa prévia da integralidade dos autos de infração, foram interpostos recursos administrativos, no corrente ano, no valor aproximado de R\$545, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Caso sejam mantidas as autuações na esfera administrativa, resta a via judicial, com o objetivo de anular todas e quaisquer dívidas atribuídas à controlada indireta Contax, bem como reembolso de qualquer multa anteriormente quitada.

Tributária

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2012 os valores estimados totalizam R\$18.119 (2011- R\$20.958).

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi e suas controladas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórios surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2012 os valores estimados de perda totalizam R\$104.106 (2011- R\$1.371), R\$1.371 (2011 - R\$1.147) e R\$4.118 (2011 - R\$93) respectivamente.

Jereissati Telecom

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2012 os valores estimados de perda totalizam R\$2.757 (2011 - R\$13.230).

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Notas Explicativas

A controlada indireta LF Tel possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os valores estimados de perda totalizam R\$7.873.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$5.755.124 (2011 - R\$5.645.994);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$1.787.183 (2011 - R\$2.487.025);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Oi, no montante aproximado de R\$956.585 (2011 - R\$1.589.917); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$8.761.255 (2011 - R\$6.084.827).

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$2.534.951, substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da companhia resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida.

A TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$658.156, permanecendo como possível o montante de R\$1.876.795. Contra tal decisão, foi interposto Recurso Voluntário, o qual foi integralmente provido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para cancelar a autuação. O referido acórdão transitou em julgado em 19 de março de 2012, com decisão favorável a Oi, sucessora da TNL em virtude da Reorganização Societária aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012. Tendo em vista Decisão Favorável, o referido montante foi baixado em março 2012.

Cível (valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

Notas Explicativas

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$991.269 (2011 - R\$1.262.449).

Garantias

A Oi possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$12.216.671(2011 -R\$ 2.697.529) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Ativo contingente (valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Oi, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF – Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Oi e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Oi em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Oi aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Oi, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$22.000 (2011 - R\$21.304) para o consolidado.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas a apropriar (i)	-	-	172.370	155.096
Adiantamento de clientes	-	-	118.502	90.133
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	32.870	32.908
Ações bonificadas a resgatar	-	-	15.038	119.377
Contraprestação contingente (ii)	-	-	10.460	17.368
Consignação a favor de terceiros	-	-	6.235	1.047
Repasse a acionistas	-	-	5.890	5.934
Valores a pagar - grupamento de ações	-	-	3.286	33.132
Lucros a apropriar	3.408	3.532	3.408	3.532
Outros	69	1.717	50.517	69.990

Notas Explicativas

	<u>3.477</u>	<u>5.249</u>	<u>418.576</u>	<u>528.517</u>
Circulante	69	1.717	236.554	315.820
Não circulante	3.408	3.532	182.022	212.697

- (i) Em telecomunicações referem-se aos serviços pré-pagos que são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. Já na controlada Iguatemi referem-se aos recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) contabilizados como receitas a apropriar líquidas dos impostos e das contribuições incidente, considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.
- (ii) Refere-se ao valor na proporção do percentual de participação indireta da Companhia, nas contraprestações contingentes, nas aquisições pela Contax da Ability e o Grupo Allus, e incorporações das ações da Dedic, sendo o valor justo da contraprestação contingente na data de cada uma das aquisições correspondente ao valor do saldo remanescente para pagamento (preço adicional). O pagamento do preço adicional está vinculado substancialmente ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade das companhias.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital total em ações		
Ações ordinárias	385.823	385.823
Ações preferenciais	<u>578.116</u>	<u>578.116</u>
Total	963.939	963.939
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(49)	(49)
Ações preferenciais	<u>(6.099)</u>	<u>(6.099)</u>
Total	(6.148)	(6.148)
Ações em circulação		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	<u>572.017</u>	<u>572.017</u>

Notas Explicativas

Total das ações em circulação	957.791	957.791
Valor patrimonial por ação em circulação (R\$)	1,75	1,76⁽¹⁾

⁽¹⁾ Desconsiderando o complemento dos dividendos mínimos obrigatórios aprovados em AGO em 27 de abril de 2012, no valor de R\$16.539.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, pelo custo histórico de aquisição no montante de R\$3.615.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data do fechamento do trimestre era o seguinte:

	2012		2011	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	6.099	49	6.099	49
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,63	1,70	1,39	1,37
Valor de mercado	9.941	84	8.477	68

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante em 31 de dezembro de R\$195.665 (2011 - R\$214.666), constituída pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente.

Movimentação da reserva de lucros a realizar no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Reversão saldo constituído anteriormente em 31 de dezembro 2011	214.666
Parcela realizada financeiramente	(47.204)
Saldo constituído anteriormente não realizado	167.462
Constituição de reserva no ano corrente:	28.203
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2012	195.665

Notas Explicativas

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante em 31 de dezembro de 2012 e 2011 de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas. Em 2012, com a reorganização societária, o plano de opções da TNL e TMAR foi extinto e a reserva foi realizada conforme Nota 23 (c).

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Proposta de dividendos a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas:

Lucro líquido do exercício	74.218
Reserva legal - 5%	<u>(3.711)</u>
	70.507
Dividendo mínimo obrigatório antes da constituição da reserva de lucros a realizar - 40%	28.203
Parcela destinada a constituição de reserva de lucros a realizar	28.203
<u>Lucros a realizar</u>	
Lucro líquido do exercício	74.218
Equivalência patrimonial não realizada	<u>93.466</u>
Lucro líquido realizado no exercício	-
<u>Proposta do dividendo mínimo obrigatório</u>	
Dividendo mínimo obrigatório com base na parcela realizada da reserva de lucros a realizar	28.203
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios com base na parcela realizada da reserva de lucros a realizar, e com base na reserva especial de dividendos e reserva de investimentos.	<u>66.797</u>
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais declarados e pagos (i)	95.000
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais por ação ordinária e preferencial em Reais	0,099187
<u>Destinação do resultado do exercício</u>	

Notas Explicativas

Lucro líquido	74.218
Destinação:	
Reserva legal	3.711
Reserva de lucros a realizar	28.203
Reserva de investimentos	42.304
	<u>74.218</u>

- (i) Em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$95.000, ou seja, R\$ 0,099187 por ação ordinária ou preferencial à conta de reservas e foram imputados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os dividendos ora declarados tiveram como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012 e foram pagos no decorrer do mês de junho de 2012.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas os ajustes reflexos de ágio em transação de capital das controladas indiretas, ágio pago na aquisição de ações de acionistas não controladores e as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes reflexos das controladas indiretas que incluem itens de receita, despesa, ajustes de conversão, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e.3) Ajuste de avaliação Patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes reflexos de ações em tesouraria das controladas indiretas.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e “Ajustes acumulados de conversão” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações”, tampouco a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e a rubrica “Ajustes acumulados de conversão”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados Abrangentes e Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Total (*)
Saldos em 31/12/2011	(40.366)	1.285	(5.523)	(44.604)
Reflexo de variação em ações em tesouraria (i)	-	-	(81.185)	(81.185)
Ágio e variação na porcentagem de participação na controlada Iguatemi	(4.479)	-	-	(4.479)
Aumento (redução) patrimônio com a reorganização societária	21.518	-	-	21.518
Reflexo de variação cambial de controladas	-	3.501	-	3.501
Reserva reflexa de operações de derivativos, líquida de tributos	-	2.811	-	2.811
Reserva reflexa de hedge accounting	-	223	-	223
Outros	(3.213)	-	-	(3.213)
Saldos em 31/12/2012	(26.540)	7.820	(86.708)	(105.428)

(*) No formulário das Demonstrações Financeiras arquivado sistema Empresas.Net da CVM foi classificado como “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e Ajustes Acumulados de conversão” no balanço patrimonial e como “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(i) Conforme Nota 14 (a).

(f) Lucro por ação**Lucro básico:**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios.

Lucro líquido atribuível à Companhia

	2012	2011
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	74.218	778.636
Lucro alocado às ações ordinárias	29.893	313.615
Lucro alocado às ações preferenciais	44.325	465.021
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,0775	0,8129
Ações preferenciais	0,0775	0,8129

(*) em centavos por ação

Notas Explicativas

Lucro líquido resultante das operações continuadas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	74.179	782.548
Lucro alocado às ações ordinárias	29.878	315.191
Lucro alocado às ações preferenciais	44.301	467.357
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,0774	0,8170
Ações preferenciais	0,0774	0,8170

(*) em centavos por ação

Lucro Diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta CTX e Oi, considerando os efeitos de plano de opções de ações. No caso da Oi, os efeitos foram considerados somente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 devido ao encerramento do plano conforme Nota 24 (c);
- (iii) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da controlada indireta Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
- (iv) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da controlada indireta LF Tel por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Para os eventos descritos acima, os quais geraram efeito anti dilutivo, não foram considerados no cálculo abaixo.

Lucro líquido atribuível à Companhia

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	74.218	778.636
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(956)	(596)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX - plano de opções de ações	(6)	-
	<u>73.256</u>	<u>778.040</u>

Notas Explicativas

Lucro alocado às ações ordinárias	29.506	313.375
Lucro alocado às ações preferenciais	43.750	464.665
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,0765	0,8123
Ações preferenciais	0,0765	0,8123

(*) em centavos por ação

Lucro líquido resultante das operações continuadas

	2012	2011
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	74.179	782.548
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(956)	(596)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX - plano de opções de ações	(6)	-
	<u>73.217</u>	<u>781.952</u>
Lucro alocado às ações ordinárias	29.490	314.951
Lucro alocado às ações preferenciais	43.727	467.001
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,0764	0,8164
Ações preferenciais	0,0764	0,8164

(*) em centavos por ação

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(a) Fundos de pensão**

A Oi e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2012.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL

Notas Explicativas

TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNLPCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar, controladora da Oi, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Oi, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Planos BrTPREV	87.300	97.185
Plano PAMEC	571	557
Total	87.871	97.742
Circulante	15.595	12.184
Não circulante	72.276	85.558

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Oi reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

Notas Explicativas

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Plano TCSPREV	16.612	17.635
Plano PBS-A	-	59.513
Total	16.612	77.148
Circulante	1.401	37.196
Não circulante	15.211	39.952

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e

Notas Explicativas

(iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) **PBS-Telemar**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) **TelemarPrev**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) **TCSPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

Notas Explicativas

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2012, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 5,39% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 6,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

Notas Explicativas

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Oi

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Oi, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Oi.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido (valores não proporcionalizados):

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.222.876	476.262	265.881	2.641.209
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	39.648	95.523	11.516	625.647

Notas Explicativas

(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano	(1.396.614)	(1.543.104)	(323.480)	(3.526.899)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(285.570)	(27.406)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	-	888.300	46.083	260.043
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	580.340	(110.425)	-	-

	CONSOLIDADO			
	2011			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.116.407	220.270	1.849.787	388.728
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	505.293	9.920	55.220	83.085
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.621.700	230.190	1.905.007	471.813
Valor justo dos ativos do plano	(3.205.747)	(296.076)	(1.213.900)	(1.376.344)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(584.047)	(65.886)	691.107	(904.531)
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	584.047	65.886	-	779.949
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	-	-	620.149	(112.525)

⁽¹⁾A Oi determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Oi, no valor de R\$110.425 (2011 - R\$112.525) (valores não proporcionalizados), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.905.007	471.813	230.190	2.621.700
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	50	-
Benefícios pagos líquidos	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	319.212	82.598	40.249	605.658
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.213.900	1.376.344	296.076	3.205.748
Rendimentos dos ativos do plano	136.664	156.476	33.085	359.265
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	104.604	42.051	10.401	196.389
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	-	143	-
Patrocinadora	-	-	93	-
Participantes	-	-	50	-
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835	-	-	-
Pagamento de benefícios	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.396.614	1.543.104	323.480	3.526.899
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(285.570)	(27.406)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	-	888.300	46.083	260.043
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	580.340	(110.425)	-	-

	CONSOLIDADO			
	2011			

Notas Explicativas

	Telemar Prev	PBS- Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.304.984	207.874	1.744.324	420.683
Juros sobre obrigação atuarial	240.205	21.535	180.365	43.844
Custo do serviço corrente	5.619	183	1.807	1.161
Benefícios pagos líquidos	(165.035)	(15.305)	(155.039)	(29.035)
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	235.927	15.903	133.550	35.160
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.621.700	230.190	1.905.007	471.813
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.931.733	272.648	1.104.844	1.242.078
Rendimentos dos ativos do plano	312.919	29.001	119.414	134.393
Ganho/ (perda) atuariais nos ativos do plano	126.130	9.641	53.989	28.908
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	162	53	-
Patrocinadora	-	91	-	-
Participantes	-	71	53	-
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	-	-	90.692	-
Pagamento de benefícios	(165.035)	(15.376)	(155.092)	(29.035)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.205.747	296.076	1.213.900	1.376.344
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(584.047)	(65.886)	691.107	(904.531)
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	584.047	65.886	-	779.949
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	-	-	620.149	(112.525)

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Rendimento dos ativos do plano	(136.664)	(156.476)	(33.085)	(359.265)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(3)	1.084	29.848	409.268
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	-	117.686	(19.802)	(324.004)
Total da despesa (receita) reconhecida antes do ajuste	55.027	11.435	94	-
Ajustes para conciliação com lançamentos contábeis locais	-	(9.335)	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida após ajuste	55.027	2.100	94	-

	CONSOLIDADO			
	2011			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV (i)
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	5.619	183	1.807	1.161
Contribuições dos participantes	-	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	240.205	21.535	180.365	43.844
Rendimento dos ativos do plano	(312.921)	(29.001)	(119.414)	(134.393)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	109.798	6.262	(2.222)	6.947
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(42.701)	1.112	-	62.535
Total da despesa (receita) reconhecida	-	91	60.536	(19.906)

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2013, são no montante de R\$103.625 (valor não proporcionalizado).

Notas Explicativas

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado				4,5% a
	8,68%	8,68%	8,68%	14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	11,69%

	2011			
	Telemar Prev	PBS- Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,50% a 14,95%	9,31%	9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	Nula	5,5% a.a	5,5% a.a

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2012

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2012.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2012, projetados para 31 de dezembro de 2012.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC) (valores não proporcionalizados).

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	-

Notas Explicativas

Obrigações atuariais com benefícios a conceder	-	-	2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	6.717.800	-	(53.299)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.033)	4.877	(24.729)	(1.805)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	2.123	(1.080)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.064.029	-	24.729	1.805
(=) Passivo/ (Ativo) atuarial líquido	(381.881)	3.797	-	-
Provisão para ativo de realização duvidosa	381.881	-	-	-
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	-	3.797	-	-

	CONSOLIDADO			
	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.660.173	3.720	20.150	-
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	-	-	2.870	157
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.660.173	3.720	23.020	157
Valor justo dos ativos do plano	(5.709.271)	-	(40.069)	(1.657)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.049.098)	3.720	(17.049)	(1.500)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.669.341	-	17.049	1.500
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	-	(166)	-	-
(=) Passivo / (ativo) atuarial líquido reconhecido	(379.757)	3.554	-	-

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.650.439	3.720	23.020	157
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Custo do serviço corrente	-	-	44	7
Benefícios pagos líquidos	(321.254)	(135)	(1.610)	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	37	4
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	567.834	914	4.778	(56)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.694.180	-	40.069	1.657
Rendimento esperado no ano	718.490	-	4.955	213
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	611.294	-	9.826	54
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	135	59	9
Patrocinadora	-	135	22	5
Participantes	-	-	37	4
Pagamento de benefícios	(321.254)	(135)	(1.610)	-
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.717.800	-	53.299	1.933
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.448.033)	4.877	(24.729)	(1.805)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	2.122	(1.080)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.064.029	-	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	3.797	-	-
Provisão para ativo de realização duvidosa	381.881	-	-	-
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	-	3.797	-	-

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.400.770	3.569	20.447	172
Juros sobre obrigação atuarial	350.606	382	2.126	18
Custo do serviço corrente	-	-	26	7
Benefícios pagos líquidos	(313.160)	(40)	(1.430)	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	-	5
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	221.957	(191)	1.851	(45)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.660.173	3.720	23.020	157
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.679.562	-	40.053	1.357
Rendimento esperado no ano	642.519	-	4.461	159
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(299.650)	-	(3.033)	129
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	40	46	12
Patrocinadora	-	40	18	7
Participantes	-	-	28	5
Pagamento de benefícios	(313.160)	(40)	(1.458)	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.709.271	-	40.069	1.657
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.049.098)	3.720	(17.049)	(1.500)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.669.341	-	17.049	1.500
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	(166)	-	-
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	(379.757)	3.554	-	-

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	-	-	44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(718.490)	-	(4.955)	(213)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(41.335)	-	(5.048)	(110)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	400.045	-	7.680	305
Total da despesa (receita) reconhecida	3.233	378	22	5

	CONSOLIDADO			
	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) A SER RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	-	-	26	7
Custo dos participantes	-	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	350.606	382	2.126	18
Rendimento dos ativos do plano	(642.519)	-	(4.461)	(159)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	521.607	211	4.885	(174)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(609.451)	-	(2.557)	315
Total da despesa (receita) reconhecida	(379.757)	593	19	7

Notas Explicativas

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2013, são no montante de R\$3 (valor não proporcionalizado).

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	N/A	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,61%	N/A	11,33%	11,73%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	N/A	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício salgado

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2012

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2012.
 b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2012 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2012, ambos projetados para 31 de dezembro de 2012.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios

Notas Explicativas

está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS- Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS- TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS- Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS- TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	81,00%	81,00%	81,79%	87,72%	81,00%	81,00%	73,83%
Renda variável	11,00%	11,00%	14,98%	11,17%	11,00%	11,00%	17,80%
Investimentos estruturados	6,00%	6,00%	-	-	6,00%	6,00%	0,05%
Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	1,00%	1,00%	-	-	1,00%	1,00%	7,34%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,23%	1,11%	1,00%	1,00%	0,98%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

Companhia, Iguatemi, Jereissati Telecom e a LF Tel

A Companhia, as controladas direta Iguatemi e Jereissati Telecom e a controlada indireta LF Tel, possuem plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos

Notas Explicativas

empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Grupo de Telecomunicações

A Oi e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações (“Plano”) para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Crítérios gerais dos programas de outorga

Programa 2007

Em 22 de março de 2007, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2007 (“Programa 2007”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2007, na data de outorga, é de R\$13,50 por ação, correspondente ao preço de emissão da ação na oferta pública inicial de nossas ações na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado um desconto de 10%, nos termos do Programa 2007. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 (“Programa 2008”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R\$13,78 por ação, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30 pregões da

Notas Explicativas

BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2012

Em 14 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração da controlada direta Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2012 (“Programa 2012”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012, na data de outorga é de R\$18,00 por ação, correspondente ao preço médio das ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga (31 de março de 2012), ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011 respectivamente, segue um resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

	2012		2011	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	2.062.400	R\$ 14,71	2.144.000	R\$ 14,21
Opções concedidas	3.348.000	R\$ 18,00	-	-
Opções exercidas	(1.388.400)	R\$ 15,01	(58.000)	R\$ 14,16
Opções canceladas	(264.000)	R\$ 15,19	(23.600)	R\$ 14,97
Opções em circulação no fim do exercício	3.758.000	R\$ 17,58	2.062.400	R\$ 14,71

As opções de compra de ações em circulação no final de cada período têm as seguintes características:

DATA	Opções em circulação			
	Opções em circulação no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
31 de dezembro de 2011	2.062.400	36	13,95 – 14,90	865.600
31 de dezembro de 2012	3.758.000	70	14,67 – 18,25	1.790.000

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

Notas Explicativas

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$10.339 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$7.204). O impacto no patrimônio líquido foi de R\$4.367 devido as opções exercidas no montante de R\$5.972.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Black-Scholes”. Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

Grupo de Telecomunicações

A Oi possuía plano de remuneração baseadas em ações cujo prazo limite para exercício das opções se encerrou em 31 de dezembro de 2011 e as mesmas foram integralmente canceladas naquela data.

A TNL, incorporada em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, e as controladas indiretas TMAR e TNL PCS possuíam um programa de opções de ações, em vigor no último exercício social, que envolvia ações da TNL, que foi extinto conforme previsto no item 11.2 do regulamento Plano de Opções de Compra de Ações. Neste sentido todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas foram canceladas.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

As opções de compra de ações da controlada indireta Contax Participações têm como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de sua emissão, em favor dos administradores e colaboradores beneficiários com a finalidade de retê-los (ou mantê-los) e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Contax Participações e suas controladas. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a quatro anos de serviço (períodos de aquisição de direito).

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a controlada indireta Contax Participações e suas controladas e os Outorgados, sejam eles empregados ou não.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reúnem-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os administradores, colaboradores e prestadores de serviço que serão contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções. Estão habilitados a participar dos planos, a critério do Comitê de Remuneração, administradores, empregados, e pessoas naturais que prestem serviços a controlada indireta Contax Participações e suas controladas.

Informações sobre os planos de compra de ações

Programa 2007

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2007, foi estabelecido em conformidade com o Art. 169, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O plano, cuja gestão compete ao Comitê Gestor definido pelo Conselho de Administração e formado por

Notas Explicativas

membros do mesmo, objetiva atrair executivos para a Contax Participações e suas controladas, além de reter e assegurar o estreito alinhamento entre os interesses da Administração e de seus acionistas.

O Programa de Opção de Compra de Ações iniciado em 2007 (“Programa 2007”), concede aos executivos beneficiários, um total correspondente a até 1,9% do capital social subscrito e integralizado, representando 350.000 ações ordinárias concedidas no âmbito do Programa 2007. As opções são exercíveis a partir de 1º de outubro de 2007, em 4 (quatro) lotes anuais iguais. Em decorrência do grupamento e simultâneo desdobramento das ações realizado em 18 de janeiro de 2010, o Programa 2007 passou a ser representado por 1.400.000 ações ordinárias.

Em 4 de setembro de 2009, foram aprovadas pelo Comitê Gestor as seguintes modificações no formato do Programa 2007, mantendo as condições previamente disciplinadas: (i) ajustar o número de opções outorgadas aos executivos beneficiários do Programa 2007 em virtude do grupamento das ações, na proporção de 20 ações para 1 ação, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de outubro de 2007; (ii) ajustar o preço de exercício das opções de R\$51,20 para R\$45,00; (iii) alterar o índice de correção do preço de exercício das opções do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a ser aplicado sobre o preço de exercício dos próximos lotes anuais do Programa 2007; (iv) determinar a extinção da obrigação de destinar um valor mínimo do bônus anual para adquirir ações decorrentes de opções, cujo prazo inicial de carência já tenha decorrido.

A seguir estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

	Quantidade original de opções	Quantidade de opções pós-grupamento /desdobramento	Data da outorga/ alteração	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Preço de exercício (*)	Consolidado
							Valor justo na data da outorga (*)
Programa 2007							
<u>1ª outorga:</u>							
Lote 1	87.500	350.000	16/04/2007	abr/07	01/10/2014	51,20	14,13
Lote 2	87.500	350.000	16/04/2007	out/08	01/10/2014	45,00	37,31
Lote 3	87.500	350.000	16/04/2007	out/09	01/10/2014	45,00	37,31
Lote 4	87.500	350.000	16/04/2007	out/10	01/10/2014	45,00	37,31
Total de opções	350.000	1.400.000					

(*) Na data de outorga do plano, com relação ao 1º lote e na data da alteração do plano para os demais lotes.

Programa 2010

Em Reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, foi aprovada a criação de um Programa de Opção de Compra de Ações da Contax Participações para o ano de 2010 (“Programa 2010”), na forma do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”), nos termos do Art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, que prevê que a Contax Participações, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com Plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgue opção de compra de ações a seus administradores ou colaboradores. A gestão do Programa 2010 compete ao Comitê Gestor, definido pelo Conselho de Administração, e formado por membros do mesmo.

O Programa 2010 objetiva atrair executivos para a Contax Participações e suas controladas, visando

Notas Explicativas

obter um maior alinhamento dos interesses dos executivos com os interesses dos acionistas, além do compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O Programa 2010 concede aos beneficiários um volume global equivalente a 3,1% do capital social total da Contax Participações, a época da aprovação, correspondendo a 2.244.611 ações ordinárias. Este limite foi reduzido pelo Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para 1,6% do capital social total da Contax Participações, a época da aprovação, correspondendo a 1.182.000 ações ordinárias.

A opção pode ser exercida pelos executivos beneficiários em 4 (quatro) lotes anuais iguais (“lotes anuais”), cada qual correspondendo a 25% do total da opção concedida, conforme definido nos contratos. A opção referente ao primeiro lote anual poderia ser exercida a partir de 1º de outubro de 2010, sendo que as demais opções poderão ser exercidas, anualmente e sucessivamente, a partir de 1º de outubro de 2011.

O preço de exercício das opções corresponde ao valor médio das ações dos últimos 30 pregões na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado, conforme autorizado pelo Plano, um desconto de 15%. O preço de exercício das opções referentes aos lotes anuais será corrigido com base no IPCA.

Abaixo estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

	Consolidado					
Programa 2010	Quantidade de opções	Data de outorga	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Preço de exercício	Valor justo na data da outorga
1ª outorga:						
Lote 1	255.000	31/08/2010	out/10	out/18	25,00	6,84
Lote 2	255.000	31/08/2010	out/11	out/18	25,00	8,19
Lote 3	255.000	31/08/2010	out/12	out/18	25,00	9,23
Lote 4	255.000	31/08/2010	out/13	out/18	25,00	9,88
Total de opções	1.020.000					
2ª outorga:						
Lote 1	12.500	01/12/2010	dez/10	out/18	27,29	4,46
Lote 2	12.500	01/12/2010	out/11	out/18	27,29	6,99
Lote 3	12.500	01/12/2010	out/12	out/18	27,29	8,79
Lote 4	12.500	01/12/2010	out/13	out/18	27,29	9,84
Total de opções	50.000					
3ª outorga:						
Lote 1	28.000	02/05/2011	mai/11	out/18	22,16	3,84
Lote 2	28.000	02/05/2011	out/11	out/18	22,16	4,12
Lote 3	28.000	02/05/2011	out/12	out/18	22,16	4,97
Lote 4	28.000	02/05/2011	out/13	out/18	22,16	5,71
Total de opções	112.000					

Notas Explicativas

Programa 2012

Em Reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, foi aprovada a criação de um Programa de Opção de Compra de Ações da Contax Participações para o ano de 2012 (“Programa 2012”), na forma do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”), nos termos do Art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, que prevê que a Contax Participações, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com Plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgue opção de compra de ações a seus administradores ou colaboradores. A gestão do Programa 2012 compete ao Comitê Gestor, definido pelo Conselho de Administração, e formado por membros do mesmo.

O Programa 2012 objetiva atrair executivos para a Contax Participações e suas controladas, visando obter um maior alinhamento dos interesses dos executivos com os interesses dos acionistas, além do compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O Programa 2012 concede aos beneficiários um volume global equivalente a 1,5% do capital social total da Contax Participações, a época da aprovação, correspondendo a 1.062.611 ações ordinárias.

A opção pode ser exercida pelos executivos beneficiários em 4 (quatro) lotes anuais iguais (“lotes anuais”), cada qual correspondendo a 25% do total da opção concedida, conforme definido nos contratos. A opção referente ao primeiro lote anual poderia ser exercida a partir de 14 de novembro de 2012, sendo que as demais opções poderão ser exercidas, anualmente e sucessivamente, a partir de 14 de novembro de 2013.

O preço de exercício das opções corresponde ao valor médio das ações dos últimos 30 pregões na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado, conforme autorizado pelo Plano, um desconto de 15%. O preço de exercício das opções referentes aos lotes anuais será corrigido com base no IPCA.

Abaixo estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

Programa 2010	Quantidade original de opções	Data da outorga/ alteração	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Preço de exercício (*)	Valor justo na data da outorga (*)
<u>1ª outorga:</u>						
Lote 1	67.000	14/11/2012	nov/12	nov/18	18,69	4,29
Lote 2	67.000	14/11/2012	nov/12	nov/18	18,69	4,29
Lote 3	67.000	14/11/2012	nov/13	nov/18	18,69	3,36
Lote 4	67.000	14/11/2012	nov/14	nov/18	18,69	2,93
Total de opções	268.000					

Informações sobre a precificação dos planos de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com o modelo de precificação *Black & Scholes*.

No caso do Programa 2007, o valor justo das opções foi recalculado em 04 de setembro de 2009, data das alterações anteriormente descritas e estão demonstradas no quadro abaixo referentes aos

Notas Explicativas

lotes 2, 3 e 4 do respectivo plano.

Dados inseridos no modelo:	Programa 2007		Programa 2010			Programa 2012
	1ª outorga		1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	1ª outorga
	1º lote (antes da modificação)	2º a 4º lotes (após modificação)				
Preço da ação na data da outorga	64,00	79,00	32,40	31,50	26,00	23,95
Preço do exercício	51,20	45,00	25,00	27,29	22,16	18,69
Duração da opção	1 a 4 anos	1 a 4 anos	até 8 anos	até 8 anos	até 8 anos	até 6 anos
Taxa de retorno livre de risco	11,08%	11,07%	11,19%	12,01%	12,33%	7%
Taxa de rendimento (dividendos)	1,40%	1,50%	6%	6%	6%	6%
Volatilidade esperada	19,64%	17,59%	38,44%	45,26%	26,98%	10%
Valores justos das opções (média ponderada)	14,13	37,31	8,54	7,52	4,66	3,72

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 101.868 opções de compra pelos beneficiários do Programa 2007.

Registro contábil do benefício de pagamentos baseados em ações

Em função das informações sobre os planos de compra de ações e respectivas premissas usadas para cálculo do valor justo das opções, a controlada indireta Contax Participações registrou R\$1.619 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$4.859) como despesa operacional “remunerações baseadas em ações”, tendo como contrapartida reserva de capital no patrimônio líquido, impactando o resultado consolidado da Companhia na proporção da sua participação indireta em R\$50 e R\$229 respectivamente.

Em 18 de dezembro de 2012, foi exercido direito de compra de 101.868 ações, por beneficiário do Programa 2007, gerando registro de R\$2.120 pertinentes ao ajuste do preço de venda das ações, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido, impactando o patrimônio líquido consolidado da Companhia na proporção da sua participação indireta em R\$50.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços, no caso de telecomunicações.

- Telefonia fixa/dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax, Grupo Allus e Dedic);
- Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e informática (TODO e GPTI);
- Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability);
- Prestação de serviços e administração de shopping centers; e
- Outros: Inclui substancialmente, o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii)

Notas Explicativas

TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (“*Direct to home*”), (iii) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito, e (iv) despesas e receitas relacionadas a Companhia.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Grupo de Telecomunicações						Grupo de Contact Center e Cobrança						Grupo de Shopping Center						
	Telefonia Fixa/Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (1)		Serviços de Teletendimento em geral		Serviços de TI em geral e Informática		Serviços de agenciamento de publicidade e propaganda		Itens não alocados aos segmentos		Eliminações		Total		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Receitas	3.024.205	3.258.855	1.886.024	1.681.633	172.846	160.169	755.104	652.985	541.133	41.494	41.924	410.521	329.522	2.417	2.112	1.204.420	1.032.795	5.142.754	5.123.363
Custos dos serviços vendidos	(2.171.790)	(2.239.053)	(944.887)	(917.632)	(78.747)	(85.685)	(649.912)	(571.678)	(42.506)	(36.900)	(33.228)	(117.261)	(85.018)	(457)	(1.212)	823.275	717.024	(3.242.492)	(3.242.492)
Interconexão e Despesa	(98.141)	(928.776)	(36.107)	(368.742)	(1.072)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	679.933	568.615	(663.662)	(728.903)
Serviço de manutenção de rede	(454.203)	(592.355)	(231.504)	(230.871)	(4.596)	(6.522)	-	-	-	-	-	(40.667)	(26.048)	-	-	(16.498)	(29.622)	(747.468)	(885.418)
Alugéis e seguros	(31.253)	(303.758)	(52.655)	(54.776)	(542)	(241)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.755	12.268	(343.977)	(346.507)
Custos de aparelhos e acessórios	(277.254)	(229.200)	(97.772)	(102.448)	(6.455)	(7.462)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.820	120.085	(271.661)	(219.025)
Outros custos e despesas	-	-	(81.451)	(35.222)	(108)	(2.318)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	1.154	(81.517)	(36.386)
Outros custos e despesas	(146.382)	(184.964)	(120.398)	(125.573)	(65.974)	(69.142)	(649.912)	(571.678)	(42.506)	(36.900)	(33.228)	(76.594)	(58.970)	(457)	(1.212)	28.223	44.524	(1.107.228)	(1.026.253)
Lucro bruto	852.415	1.019.802	941.137	764.001	94.099	74.484	105.192	81.307	11.627	4.594	8.696	293.260	244.504	1.960	900	(381.145)	(315.771)	1.927.241	1.880.871
Recargas (Despesas) operacionais	(504.196)	(476.701)	(335.281)	(374.426)	(74.106)	(78.249)	(6.746)	(7.697)	(110)	(509)	(252)	-	-	-	-	292.639	322.468	(628.052)	(615.359)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.874)	(95.722)	(43.297)	(41.479)	(2.492)	(7.110)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	(89.647)	(144.311)
Comissão de vendas	(11.607)	(67.971)	(144.965)	(150.383)	(14.423)	(12.774)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.461	4.721	(255.003)	(226.407)
Protagem e cobrança	(69.886)	(69.523)	(16.885)	(15.242)	(2.492)	(2.284)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	284	(89.203)	(86.765)
Publicidade e Propaganda	(25.969)	(32.796)	(51.151)	(54.415)	(5.845)	(7.117)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.807	3.560	(79.158)	(90.768)
Outros serviços terceiros	(32.075)	(26.084)	(9.550)	(11.252)	(1.295)	(2.045)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.884	2.495	(40.036)	(36.886)
Outros custos e despesas	(21.631)	(184.605)	(69.433)	(101.655)	(47.559)	(46.919)	(6.746)	(7.697)	(110)	(509)	(252)	(76.594)	(58.970)	(457)	(1.212)	265.411	311.408	(75.005)	(30.222)
Despesas gerais e administrativas	(365.934)	(339.866)	(114.288)	(112.516)	(27.816)	(33.460)	(55.558)	(41.528)	(5.957)	(4.769)	(4.588)	(66.744)	(68.583)	(34.570)	(34.898)	174.096	114.524	(501.359)	(524.837)
Outras receitas (despesas) líquidas	(44.983)	(14.783)	(18.113)	(19.064)	25.227	(593)	(15.766)	(9.167)	(162)	(361)	(76)	138.578	33.372	82.089	1.819.003	(149.590)	(866.920)	17.204	941.468
Outras receitas	254.123	264.745	53.068	49.327	38.400	9.343	2.299	5.188	-	-	-	179.012	62.570	106.963	1.837.390	(117.020)	(816.784)	516.845	1.411.780

Notas Explicativas

operacionais	(299.106)	(279.528)	(71.181)	(68.391)	(13.173)	(9.946)	(18.065)	(14.355)	(162)	(361)	(76)	(19)	(40.434)	(29.198)	(24.874)	(18.387)	(32.570)	(50.136)	(499.641)	(470.311)
Outras despesas operacionais																				
Resultado Financeiro	(458.006)	(666.409)	114.084	142.196	(14.662)	62.031	(19.890)	(13.006)	941	(435)	161	135	(49.225)	(20.877)	(25.038)	(15.044)	(67.831)	4.744	(521.348)	(630.787)
Receitas financeiras	326.006	259.184	144.866	235.638	13.999	48.797	19.728	8.668	371	391	241	222	89.565	102.605	60.763	99.743	(147.154)	(208.298)	508.385	546.950
Despesas financeiras	(78.401,2)	(925.633)	(30.782)	(93.442)	(28.661)	(110.828)	(39.618)	(21.674)	(1.312)	(82,6)	(80)	(87)	(138.790)	(123.482)	(85.801)	(114.787)	79.323	213.042	(1.029.733)	(1.177.737)
Resultado antes das tribuições	(520.704)	(478.017)	587.539	400.191	2.742	(99.849)	7.232	9.909	4.457	(1.480)	3.941	3.180	315.869	188.416	24.441	1.769.961	(131.831)	(740.985)	293.686	1.051.356
Provisão para imposto de renda e contribuição social	153.434	142.202	(15.191,9)	(94.095)	(11.632)	(27.986)	(2.956)	(2.575)	(2.246)	995	(1.357)	(1.206)	(47.561)	(36.421)	(1.792)	(37.292)	15	(557)	(66.014)	(56.835)
Lucro líquido	(367.270)	(335.715)	435.620	306.096	(8.890)	(127.835)	4.276	7.334	2.211	(485)	2.584	1.974	268.308	151.995	22.649	1.732.669	(131.816)	(741.512)	227.672	994.521
Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Recorrentes																				
Resultado Operações Contínuas	(367.270)	(335.715)	435.620	306.096	(8.890)	(127.835)	4.276	7.334	2.211	(485)	2.584	1.974	268.308	151.995	22.649	1.732.669	(131.816)	(741.512)	227.672	994.521
Lucro líquido atribuído ao controlador																				
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores																				
Informações adicionais																				
Services Prestados	2.801.434	3.055.939	1.223.236	1.189.007	114.153	102.535	755.104	652.985	54.133	41.494	41.924	29.388	410.521	329.522	2.417	2.112	(352.332)	(305.494)	5.050.590	5.097.488
Vendas de clientes externos	-	-	92.164	25.875	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.164	25.875
Recetta entre segmentos	222.771	202.916	570.623	466.752	58.612	57.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	852.006	726.927
Recetta Total	3.024.205	3.258.855	1.886.023	1.681.634	172.765	159.794	755.104	652.985	54.133	41.494	41.924	29.388	410.521	329.522	2.417	2.112	(352.332)	(305.494)	5.994.760	5.850.290
Depreciações e amortizações	538.777	636.554	245.828	238.407	11.787	11.736	42.809	34.695	3.069	2.227	2.377	1.596	40.667	26.048	-	-	24.664	25.793	906.978	977.056

Notas Explicativas

- (i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet, TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, seguem abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	Internet		TV		Meios de pagamento	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita de clientes externos	60.049	71.460	55.064	32.471	1.218	3.257
Receita de juros	4.160	3.839	198	251	3.369	2.514
Despesa de juros	(1.199)	(913)	(192)	(316)	(2.142)	(4.433)
Depreciação e amortização	(3.403)	(3.666)	(3.677)	(2.804)	(2.833)	(1.740)
Lucro (prejuízo) líquido	13.317	11.686	(21.506)	(22.180)	(15.036)	(11.151)
Ativos	145.869	114.928	128.960	74.965	11.762	29.587

O quadro a seguir apresenta os componentes das receitas por linha de produtos.

	2012	2011
Residencial	1.507.555	1.645.632
Mobilidade pessoal	1.375.752	1.283.470
Empresarial / Corporativo	1.286.272	1.327.349
Outros serviços	84.038	116.907
Total	4.253.617	4.373.358

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes (*)	
	2012	2011	2012	2011
No país sede da entidade	5.030.541	5.064.874	11.259.185	11.479.922
Em países estrangeiros	112.213	58.489	510.985	23.266
Total	5.142.754	5.123.363	11.770.170	11.503.188

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados aos fundos de pensão e aos tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

	Encargos remuneratórios atuais	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2012
Saldos					
Ativo circulante					

Notas Explicativas

Dividendos e JCP a Receber				
Iguatemi	35.742	19.944	-	1
LF Tel	1	1	-	-
Jereissati Telecom.	384	15.874	384	5.914
	36.127	35.819	384	5.915
Ativo não circulante				
Crédito (mútuo) com partes relacionadas				
Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A (i)		100% CDI CETIP a.a.	-	87.296
Itatinga Soc Coml Indl Agrícola S.A.		100% CDI CETIP a.a.	-	1.238
Southmall Holding Ltda		Taxa Pré: 12% a.a.	-	6.226
Iguatemi x Outras			41.964	23.935
			87.296	118.695
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
LF Tel			2.660	2.660
Total não circulante:			48.047	121.355
Total ativo circulante e não circulante:	36.127	123.115	48.431	127.270
Passivo circulante				
Dividendos a Pagar				
Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A			332	332
Outras partes relacionadas			-	16.887
			332	17.219
Passivo não circulante				
Exigível a longo prazo				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Outras pessoas ligadas		3.903	-	3.903
Contrato de mútuo				
EDSP75 com Jereissati Telecom(ii)		-	71.203	71.203
Total não circulante:		3.903	71.203	75.106
Total passivo circulante e não circulante:		20.790	71.535	92.325
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício				
Receitas (despesas)				
Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A	2.184	11.180	2.183	11.410
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.		29	104	363
JP Sul Participações Rep. Coml S.A.		23	-	23
Iguatemi - receita de serviços prestados	2.364	1.869	-	-
Southmall Holdings Ltda	-	-	757	674
Anwold Malls Corporation	-	-	(451)	(808)
Receitas com debêntures Jereissati Telecom	-	1.773	-	-
	4.548	14.874	2.593	11.662

(i) Em 23 de março de 2012 a controladora da Companhia, Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A, realizou o pagamento antecipado da totalidade do saldo do empréstimo mantido com a Companhia, no valor de R\$89 milhões.

(ii) Em 31 de março de 2011, a controlada Jereissati Telecom celebrou com a sua controlada em conjunto EDSP75 Participações S.A., instrumento particular de contrato de mútuo, que prevê a obtenção de empréstimo no montante de R\$203.457 (R\$71.203 valor proporcional a participação da

Notas Explicativas

Companhia), sem juros e correção monetária e liquidável em 20 anos contados a partir da data de celebração inicial. Tal contrato pode, a qualquer momento durante o seu prazo de vigência, a critério da controlada Jereissati Telecom, ser amortizado parcialmente ou liquidado, não possuindo a Administração, contudo, previsibilidade quanto a tal liquidação.

(b) Garantias

Companhia

A Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e no período findo em 31 de dezembro de 2012, registrou à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$758.

Iguatemi

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada CSC41 Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 732/2012, de 17.07.2012, financiamento no valor de R\$117.312, divididos em 4 (quatro) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP.

Em 01 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIRP Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 437/2001, de 10.05.2011, financiamento no valor de R\$141.441, divididos em 3 (três) subcréditos, sendo que recebido até a presente data R\$35.000, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto/SP.

Em 7 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 456/2010, de 25.05.2010, financiamento no valor de R\$138.760, divididos em 3 (três) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Alphaville, em Barueri/SP.

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R\$90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

Grupo de Telecomunicações(valores não proporcionalizados)

Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Oi registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de

Notas Explicativas

R\$43.172 (2011 - despesas de R\$37.744). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$492 (2011 – R\$550).

Grupo de Contact Center e Cobrança(valores não proporcionalizados)

Em 31 de dezembro de 2012, existem avais e fianças concedidos a outras sociedades controladas referentes à empréstimos com terceiros e às contestações judiciais, as quais estão apresentadas a seguir:

Fianças	2012	2011
Fiança bancária (BNDES)	390.319	97.537
Fiança bancária (Contingências)	33.557	48.851
Total	423.876	146.388

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios de curto prazo	3.943	3.634	22.525	24.560
Remuneração com base em ações	-	-	3.929	4.676
	3.943	3.634	26.454	29.236

28. SEGUROS

Iguatemi

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada direta Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros⁽¹⁾:

a) Seguro de riscos nomeados

A controlada direta Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A (60%) e com a Itaú Seguros S.A. (40%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$290.000 relativos aos danos materiais; e R\$180.698 relativos a lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2013.

<u>Locais Segurados</u>	<u>Danos Materiais</u>	<u>Lucros Cessantes</u>	<u>Total</u>
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torre	266.919	180.698	447.617

Notas Explicativas

Shopping Center Iguatemi Campinas	284.825	99.143	383.968
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	182.145	100.706	282.851
Shopping Center Iguatemi Alphaville	201.969	45.557	247.526
Shopping Center Iguatemi Brasília	179.268	58.891	238.159
Shopping Center Praia de Belas	175.185	45.049	220.234
Market Place Shopping Center	164.026	55.897	219.923
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	169.509	35.594	205.103
Shopping Center Galeria	111.316	25.158	136.474
Market Place Tower I	65.164	13.661	78.825
Shopping Center Iguatemi São Carlos	67.529	9.246	76.775
Market Place Tower II	59.362	13.661	73.023
Power Center Campinas	17.675	4.746	22.421
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	7.117	-	7.117

Com a abertura do Shopping Center JK Iguatemi foi contratado seguro de riscos nomeados específico que abrangem os usuais riscos que podem impactá-lo. Tal seguro, contratado com a Allianz Seguros S.A. (51%) e Itaú Seguros S.A. (49%), prevê o limite máximo para a indenização de R\$294.000 relativos a danos materiais e R\$46.430 relativos a lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 1 de maio de 2013.

O Esplanada Shopping Center possui apólice de riscos nomeados contratada com a Chubb do Brasil e que a controlada direta Iguatemi passou a administrar a partir de 16 de março de 2012, cuja apólice possui limite máximo de cobertura de R\$75.820 referente a danos materiais. A vigência desta apólice estende-se até 31/12/2012. A controlada direta Iguatemi já contratou a inclusão do Esplanada Shopping Center no seguro global a partir de 1 janeiro de 2013.

b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada direta Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresse pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2013.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$10 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados; (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R\$1.000); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$300); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

Da mesma forma, o Esplanada Shopping Center, que a controlada direta Iguatemi passou a administrar, já havia contratado um seguro de responsabilidade civil com a Chubb do Brasil. Sua

Notas Explicativas

apólice possui importância segurada com valor máximo de indenização de R\$39.500, podendo ser dividida em: (i) operações de shopping center; (ii) responsabilidade civil do empregador; (iii) riscos contingentes de veículos; (iv) danos ao conteúdo das lojas; (v) falha profissional da área médica; e (vi) danos morais para todas as coberturas. A vigência desta apólice estende-se até 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, a controlada direta Iguatemi já contratou a inclusão do Esplanada Shopping Center no seguro global a partir de 1 janeiro de 2013.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Oi e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A sua Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens⁽¹⁾:

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	500.000	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	163.480	150.064
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Garantia de concessão – TMAR	75.227	64.971
Garantia de concessão – Oi	28.616	40.443
Roubo – estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	15.000
Responsabilidade civil – veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2012 (ptax): R\$ 2,0435 x US\$ 1,00

(1) Não auditado

Grupo de Contact Center e Cobrança

Possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da controlada indireta Contax Participações. Todas as apólices de seguro do Grupo são renováveis automaticamente.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores

Notas Explicativas

independentes.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a controlada indireta Contax Participações possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, proporcionando as seguintes coberturas, de acordo com os riscos e a natureza dos ativos⁽¹⁾:

Ramos	2012		2011	
	Importâncias seguradas	Vencimento	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores (i)	219.144	13.01.2013	199.848	13.01.2012
Incêndio de bens do imobilizado	200.000	13.06.2013	109.370	15.06.2012
Lucros cessantes	200.000	13.06.2013	64.677	15.06.2012
Responsabilidade civil geral	10.000	13.06.2013	10.000	15.06.2012

(i) Limite máximo de garantia estipulado em US\$ 120 milhões.

(1) Não auditado

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Iguatemi

Em janeiro de 2011, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Votorantim, no Estado de São Paulo. O shopping terá 39.550 m² de área bruta locável, com expansão prevista para 2018 que adicionará mais 13.700 m² de ABL. A controlada direta Iguatemi terá 100% do shopping e será responsável pelo desenvolvimento, pela comercialização e pela administração do futuro shopping. O shopping tem inauguração prevista para 2013.

Em 22 de fevereiro de 2010, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. O shopping terá 43,6 mil m² de área bruta locável e o terreno destinado ao empreendimento é de 100 mil m². A controlada direta Iguatemi terá 88% do shopping e será responsável pelo desenvolvimento, pela comercialização e pela administração do futuro shopping. Em virtude do acordo de permuta do terreno, a Iguatemi arcará com 100% do investimento do projeto, estimado em R\$291.800 líquido de luvas. O shopping tem inauguração prevista para 2014.

Em julho de 2008, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, em conjunto com o Grupo F. A. Oliva, por meio da empresa Oliva OS Administração de Bens Ltda. O projeto contempla, além do shopping center, torres comerciais e um complexo residencial de alto padrão. A área total do terreno é de 225.000 m², sendo 103,5 mil m² destinados à construção do shopping. A controlada direta Iguatemi terá uma participação de 79% no shopping center e será responsável pelo desenvolvimento e pela administração deste. O investimento total está estimado em R\$112.200 líquido de luvas.

Em maio de 2008, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, em conjunto com o grupo empreendedor do complexo Condomínio Residencial Vila do Golfe. O acordo prevê a construção de um shopping center anexo ao Condomínio, em uma área destacada de 100.000 m², pertencente à região de alto

Notas Explicativas

potencial de crescimento e adensamento populacional, principalmente das classes A e B. Em junho de 2011, a controlada direta Iguatemi divulgou as novas premissas do empreendimento, que terá 40,7 mil m² de ABL e será inaugurado em abril de 2013. O investimento total previsto é de R\$259.500 líquido de luvas.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

(a) Política de Remuneração aos Acionistas

Em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração da Oi aprovou uma Política de Remuneração aos Acionistas para o período de 2012 a 2015 (referente aos exercícios sociais de 2011 a 2014).

A Política de Remuneração aprovada consiste no pagamento de um valor total de R\$8.000.000.000,00, com observância do seguinte cronograma: (i) R\$2.000.000.000,00 a serem declarados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011, (ii) R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2012, R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2013 e R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2014; e (iii) R\$1.000.000.000,00 por ocasião da realização de cada Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, em adição aos dividendos pagos nos meses de agosto de cada ano conforme item (ii).

A Política de Remuneração estará sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da Oi e ao ambiente legal/regulatório aplicável. Poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas, observada para cada um dos exercícios a alavancagem máxima correspondente a 3,0 x o índice Dívida Líquida (incluindo a remuneração a ser paga no exercício) / EBITDA (apurado no exercício anterior ao pagamento da remuneração).

(b) Revisão dos contratos de concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, a Oi firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (PNBL - Plano Nacional de Banda Larga).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a Oi se compromete com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao

Notas Explicativas

saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a Oi firmou voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(c) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

No dia 21 de dezembro de 2011, a ANATEL aprovou o reajuste das tarifas de STFC. Esses reajustes, em vigor a partir de 24 de dezembro de 2011, são de 1,97% nas modalidades local (assinatura e tráfego) e para interconexão TU-RL, e de 1,63% no caso da tarifa de TUP.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

(a) Substituição do INSS patronal nos setores de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Com a recente conversão da Medida Provisória nº 540/2011 na Lei nº 12.546/2011, ficou regulamentada a redução da alíquota do INSS a partir de Abril de 2012. Os artigos 7º, 8º, 9º e 52º da referida Lei estabelecem que a alíquota patronal de INSS de 20% sobre a remuneração dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais das empresas que prestam exclusivamente serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC) será substituída, no período de 1º de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, pela alíquota de 2,5% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Em 04 de abril de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 563/2012 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 12.546/2011 reduzindo os atuais 2,5% para 2,0% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. A nova alíquota entrou em vigor no mês de agosto de 2012.

(b) Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados

Atualmente, não existe legislação específica referente à contratação de terceirizados no Brasil. O Poder Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema por meio da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

Notas Explicativas

Em 2010 e 2012, a Seção de Dissídios Individuais – SDI 1, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por maioria de votos, que a terceirização de serviços de contact center de outra operadora de telefonia móvel era ilícita.

No mesmo período, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu duas liminares, em Reclamações Constitucionais apresentadas por uma empresa de telefonia móvel e outra do setor de energia elétrica, suspendendo decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os pedidos das empresas demonstravam que Lei posterior à Súmula nº 331 do TST não poderia por ela ser revogada e que a terceirização nas atividades das telecomunicações e energia elétrica está expressa em lei em razão da especialização e de interesses, inclusive de segurança nacional, tendo em vista a natureza da atividade exercida.

Diante da inexistência de lei específica sobre os contratos de serviços terceirizados e as relações de trabalho deles decorrentes, bem como da necessidade do legislador em ratificar os conceitos sobre o tema, o Poder Legislativo encontrou causa para a proposição de três projetos de leis abordando o tema. Em outubro de 2011, uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados encaminhou um relatório com propostas para regulamentação do trabalho terceirizado. Atualmente, a principal proposição em tramitação é o Projeto de Lei nº 4.330/2004, já aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e sob apreciação da Comissão de Constituição de Justiça. Ambos os textos trazem importantes avanços como, por exemplo, o fim do conceito de atividade fim e atividade meio e a responsabilidade subsidiária. No entanto, as polêmicas que envolvem essa matéria tornaram difícil uma posição do Poder Legislativo no ano de 2012.

As decisões provenientes dos Tribunais do Trabalho e a promulgação de uma eventual lei que estabeleça limites à terceirização configurarão um cenário mais estreito no âmbito dos serviços atualmente permitidos. Adicionalmente, outras ações do governo podem afetar o posicionamento de clientes atuais e futuros do Grupo de Contact Center e Cobrança, no sentido de não optarem pela terceirização, exercendo, portanto, um efeito negativo sobre suas operações.

(c) Termo de ajustamento de conduta (TAC)

Em setembro de 2002 a Contax celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Procurador Geral do Trabalho. O referido TAC objetivou a implementação de um programa para a contratação de colaboradores que sejam beneficiários reabilitados da previdência social. As vagas atualmente disponíveis ainda não foram totalmente preenchidas, devido à dificuldade de contratação destes profissionais. Contudo, o referido TAC vem sendo cumprido.

(d) Ativo classificados como mantido para venda

A controlada indireta Contax Participações celebrou, por meio da sua controlada Dedic, contrato de compra e venda ("Contrato") com terceiros, referente à alienação de determinados ativos vinculados aos contratos de prestação de serviços dos clientes Vivo e Telefônica.

O referido Contrato, firmado em 30 de novembro de 2011, mencionava que o valor de alienação desses ativos (basicamente carteira de clientes e ativo imobilizado) seria de R\$85.000, impactando as demonstrações consolidadas da Companhia na proporção da sua participação indireta em R\$19.774.

A conclusão dessa operação de venda estava sujeita à implementação de determinadas condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações, que não foram realizadas por

Notas Explicativas

motivos alheios à vontade da Contax Participações.

Os ativos e passivos que compunham o acervo dessa operação, foram reclassificados para as respectivas linhas do balanço, a partir do momento em que a operação não foi concluída. Os resultados da operação descontinuada foram reclassificados para os resultados das operações continuadas.

(e) Descontinuidade da operação de teleatendimento na Contax Argentina

Em agosto de 2011, as atividades operacionais da Contax Argentina foram descontinuadas, em virtude de não apresentar o crescimento previsto e pela aquisição do Grupo Allus, que já possuía operação madura na Argentina apresentando rentabilidade superior.

Os resultados classificados como operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado estão apresentados a seguir (efeitos relacionados à “descontinuidade da operação de teleatendimento na Contax Argentina”):

Demonstrativo do resultado do exercício das operações descontinuadas	Resultado das operações descontinuadas	
	2012	2011
Receita operacional líquida	1.007	162.336
Custos dos serviços prestados	(629)	(168.195)
Lucro (prejuízo) operacional bruto	378	(5.859)
Receitas e (despesas) operacionais		
Comerciais	-	(534)
Gerais e Administrativas	-	(12.415)
Receitas financeiras	115	143
Despesas financeiras	(100)	(4.075)
Outras despesas operacionais, líquidas	(165)	(2.960)
	(150)	(19.841)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas antes dos impostos	228	(25.700)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14)	4.279
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	214	(21.421)
Impacto nas demonstrações consolidadas da Companhia na proporção da sua participação indireta	49	(4.929)

Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	Fluxo de caixa		Impacto nas demonstrações consolidadas da Companhia na proporção da sua participação indireta	
	2012	2011	2012	2011
Proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	660	(11.554)	150	(2.626)
Utilizado nas atividades de investimento	(820)	(5.146)	(186)	(1.169)
Utilizado nas atividades de financiamento	42	16.612	10	3.775

Notas Explicativas

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Iguatemi

Em fevereiro de 2013, a controlada direta Iguatemi concluiu a sua quarta emissão de debêntures, via Instrução CVM nº 400/2003, no valor de R\$450.000. As debêntures são simples, quirografárias e não conversíveis em ação, com a 1ª série vencendo de 50% no 6º ano (2019) e 50% no 7º ano (2020) e a 2ª série integralmente no 8º ano (2021). A remuneração da 1ª série é CDI mais 0,82% ao ano com pagamento de juros semestrais e a 2ª série é IPCA mais 4,31% com pagamento de juros anuais.

Grupo de Telecomunicações

Alteração do Diretor Presidente

Em 22 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da Oi aprovou a indicação do Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Oi e de suas controladas, em substituição ao Sr. Francisco Tosta Valim Filho. O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha se licenciou do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Oi, tendo sido indicado para assumir tal função o seu suplente Sr. José Augusto da Gama Figueira.

Alteração do art. 7º do Estatuto Social da controlada indireta Telemar

Em AGE realizada em 25 de janeiro de 2013, a controlada indireta Telemar aprovou a alteração do art. 7º do seu Estatuto Social, que trata das ações preferenciais resgatáveis, que contemplou algumas mudanças no cálculo dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis.

Reorganização Societária

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Oi a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, no montante de R\$30.324 (valor não proporcionalizado), através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*”.

Tal Reorganização visava simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Oi e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 28 de janeiro de 2013, a Contax Participações divulgou Fato Relevante ao mercado, sobre os termos da proposta encaminhada pelos seus acionistas, Skopos e Credit Suisse Hedging Griffo.

Notas Explicativas

Ambos, detentores de 38,99% do capital social da Contax Participações, realizaram uma proposta de incorporação da controladora CTX pela sua controlada Contax Participações visando a migração da companhia para o segmento especial de listagem Nivel 2 da BM&FBovespa.

A operação contemplava a incorporação da CTX por sua controlada Contax Participações, incluindo a assunção da dívida detida pela CTX. Adicionalmente foi proposto uma relação de substituição, conferindo um prêmio de 25% pelas ações ordinárias detidas pela CTX.

Em 11 de março de 2013, em reunião do Conselho de Administração das controladas Contax Participações e CTX, foi aprovado dentre outras matérias (i) a cisão parcial da CTX com incorporação da parcela cindida pela Contax Participações (“Cisão Parcial”); e (ii) submeter aos seus respectivos acionistas, em assembleias gerais extraordinária e especial a serem realizadas até o dia 08.04.2013, proposta que contempla, dentre outras matérias, a deliberação sobre a implementação da Cisão Parcial. Os detalhes da referida operação estão descritos em aviso de fato relevante publicado pelas controladas em 12 de março de 2013.

31 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração da Companhia, em 19 de março de 2013, examinou e autorizou a divulgação das presentes Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Jereissati Participações S.A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Avaliação de investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Jereissati Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., em conformidade com as atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes, é da opinião de que a documentação supra mencionada reflete, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, recomenda sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 19 de março de 2013.

Presidente: Sr. Rui Ortiz de Siqueira
Secretário: Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino – “ad hoc”

Conselheiros:

Rui Ortiz de Siqueira
Jorge Moyses Dib Filho
Francisco Asclépio Barroso Aguiar
Eugemar Taipinas Ramos
Alexandre Luiz Oliveira de Toledo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/12, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 19 de março de 2013.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Pedro Jereissati
Diretor Vice Presidente

Erika Jereissati Zullo
Diretora de Mix e Varejo

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/12, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 19 de março de 2013.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Pedro Jereissati
Diretor Vice Presidente

Erika Jereissati Zullo
Diretora de Mix e Varejo

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	inclusão parecer fiscal